



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Artenisia da Costa Lima

**ENTRE SOMBRAS E LAMPEJOS: NARRATIVAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS**

CAMPINA GRANDE PB

2024

Maria Artenisia da Costa Lima

**ENTRE SOMBRAS E LAMPEJOS: NARRATIVAS DE TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa: Cultura e Cidades.

Orientador: **Prof. Dra. Keila Queiroz e Silva**

CAMPINA GRANDE-PB

2024

L732e

Lima, Maria Artenisia da Costa.

Entre sombras e lampejos: narrativas de trabalhadoras domésticas /
Maria Artenisia da Costa Lima. – Campina Grande, 2024.
147 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva".

Referências.

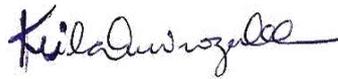
1. História Social e Cultural. 2. Trabalho Doméstico –
Invisibilidade e Resistência. 3. Cultura e Cidades. 4. Trabalhadoras
Domésticas – Histórias e Memórias. I. Silva, Keila Queiroz e. II. Título.

CDU 930.85(043)

Maria Artenisia da Costa Lima

ENTRE SOMBRAS E LAMPEJOS: NARRATIVAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 22 de março de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof.(a), Dr.(a) Keila Queiroz e Silva
Orientador(a)



Prof.(a), Dr.(a) Joedna Reis de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande



Prof.(a) Dr.(a) Maria do Socorro Cipriano
Universidade Estadual da Paraíba

Prof.(a) Dr.(a) Regina Coeli Gomes do Nascimento (Suplente interna)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof.(a) Dr.(a) Patrícia Cristina de Aragão (Suplente externa)
Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande, 2024.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDECENTRO DE
HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE
HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 09h00 (nove horas) do dia 22 (vinte e dois) de março de 2024 (dois mil e vinte e quatro), através de sala de videoconferência do mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Maria Artenisia da Costa Lima**, intitulada: “ ENTRE SOMBRAS E LAMPEJOS: NARRATIVAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS”, em ato

público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**aprovada**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Keila Queiroz e Silva - Orientador(a), Joedna Reis de Menezes - Examinador(a) Interno(a), Maria do Socorro Cipriano - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e a Coordenadora do PPGH Michelly Pereira de Sousa Cordão, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A banca aprovou a dissertação da mestranda e ao mesmo tempo a orientou para que ela fizesse as devidas revisões formais ortográficas e referentes às normas da ABNT.

Lista de Presença

Orientador(a)	Keila Queiroz e Silva	PPGH/ UFCG	
Examinador(a) Interno(a)	Joedna Reis de Menezes	PPGH/ UFCG	
Examinador(a) Externo(a)	Maria do Socorro Cipriano	UEPB	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino		Documento assinado digitalmente YAGGO FERNANDO XAVIER DE AQUINO Data: 21/05/2024 12:50:30-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Coordenadora	Michelly Pereira de Sousa Cordão		MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDAO Data: 08/05/2024 16:30:38-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Campina Grande-PB, 22 de março de 2024.

DEDICATÓRIA

Às trabalhadoras domésticas, dedico.

AGRADECIMENTOS

O ciclo de dois anos do mestrado se encerra, e como em todos os ciclos não estamos sozinhos, nesse também contei com companhias importantes que me ajudarão nessa travessia marcante e desafiadora da minha trajetória as quais gostaria de registrar nessas páginas os meus agradecimentos.

Aos meus pais, Assis Mário e Vera Lúcia, por todo apoio e incentivo que recebi deles, por me proporcionar as melhores e essenciais coisas da vida por meio do amor, cuidado e valores a mim transferidos. À minha irmã, Ana Livia, por todo incentivo. Aos demais familiares, avós e tios, que também sempre me apoiaram com palavras e gestos afetuosos.

Às minhas amigas Elielma Nóbrega e Jessica Kaline. Elielma esteve comigo desde o processo de seleção do mestrado, e no decorrer de todo o processo incentivamos e ajudamos uma à outra, escrevemos artigos juntas, acompanhamos algumas das entrevistas uma da outra, buscamos crescer e também acompanhar o desenvolvimento da outra nesse processo, obrigada pelo coleguismo, trocas de conhecimento e amizade. Jessica foi uma amiga que encontrei ainda na graduação, me incentivou também desde o processo de seleção do mestrado, sempre se colocou prontamente a me ouvir quando me sentia angustiada em alguma fase da pesquisa, obrigada pelos toques e amizade sincera.

À minha orientadora, Keila Queiroz e Silva, que acreditou na minha pesquisa e no meu potencial como pesquisadora, e que me oportunizou no decorrer desses dois anos experiências de aprendizado e crescimento acadêmico. Obrigada pela oportunidade, pelo convívio que me proporcionou inúmeros aprendizados, como por exemplo, o quanto a vivência sensível da pesquisa é importante e pode viabilizar resultados ainda mais frutíferos. Que você continue a ser fonte de inspiração para muitos outros alunos o quanto é para mim.

À professora de Teoria da História, Joedna Reis de Menezes, que me oportunizou também um maior conhecimento em meio às teorias, desde as mais tradicionais, às mais modernas que já foram ou são consolidadas no ambiente acadêmico, até as mais recentes como a teoria da decolonialidade e a teoria/método da interseccionalidade, cujos os aprendizados foram de extrema relevância para a construção dessa pesquisa.

À professora, Maria do Socorro Cipriano, que foi minha professora na graduação e orientou o meu Trabalho de Conclusão de Curso, desde a graduação a tenho como uma das minhas principais inspirações acadêmicas e profissionais. Agradeço por todo conhecimento que me oportunizou desde aquele período e agora como examinadora externa dessa dissertação de mestrado.

Às professoras Regina Coelli Gomes Nascimento e Patrícia Cristina de Aragão que prontamente se disponibilizarão a participar da suplência da banca. Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, que me oportunizou experiências de aprendizagens e crescimento no decorrer desse ciclo.

À coordenação e a todos os funcionários que compõem o Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, que sempre instantaneamente nos atendeu de forma solícita para o esclarecimento de dúvidas e disponibilizando todo o suporte necessário.

Às depoentes da pesquisa, que aceitarão narrar os fatos vivenciados em suas profissões, mulheres acima de tudo resilientes, que as suas vozes ecoem e rompem com as marcas invisíveis da escravidão brasileira que insistem em nos assombrar ainda nos tempos mais próximos.

A oportunidade de vivenciar o mestrado me transformou positivamente de muitas formas, profissionalmente e também como pessoa. Ao escolher estudar uma temática sensível e desafiadora, movida por uma inquietação inicial que se desmembrou em muitas outras no decorrer do processo e, em meio aos desafios e os sentimentos pouco agradáveis que nos permeiam nesses momentos, entendo que estes são derivados do nosso próprio crescimento, ao aceitar vivenciar algo é preciso estar disposto a desfrutar de tudo o que ele tem a nos oferecer naquele momento para podermos ser edificados: “Não esquecer que por enquanto é tempo de morangos. Sim.” (LISPECTOR, 2020, p.89).

Como cristã, agradeço a Deus, por me permitir vivenciar e ser instrumento dos seus planos, por me amparar em sua infinita rede de misericórdia e proteção. “Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas”. (ROMANOS 11:30).

“Assim era Eremita. Que se subisse à tona com tudo o que encontrará na floresta seria queimada em fogueira. Mas o que vira – em que raízes mordera, com que espinhos sangrara, em que águas banhara os pés, que escuridão de ouro fora a luz que a envolvera – tudo isso ela não contava porque ignorava: fora percebido num só olhar, rápido demais para não ser senão um mistério.”.
(LISPECTOR, 1998, p. 75).

RESUMO

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é marcado pela invisibilidade e pela clandestinidade, sua origem no período do regime da escravidão brasileira, continua a reverberar em torno dessa categoria de trabalho até o período mais recente da nossa história. A pesquisa consiste em analisar os impactos do trabalho doméstico remunerado na vida das mulheres que o exerce e em como elas se reconhecem enquanto categoria de trabalho. Para isso, analisamos as dinâmicas do trabalho doméstico no Brasil por meio de vozes atreladas a militância social e no segundo momento da pesquisa, a vozes distantes desse cenário, por meio de narrativas orais de trabalhadoras domésticas inseridas no contexto cultural da cidade de Picuí, localizada do interior da Paraíba, onde realizamos uma análise percorrendo pelas distinções étnicas. As dinâmicas de classe, gênero e etnia são imprescindíveis para a realização da análise sobre esta categoria de trabalho, dado os personagens sociais que exercem a profissão. Diante disso, utilizamos a abordagem interseccional DAVIS (2016), e permeamos pelas nuances de subordinação e resistência das trabalhadoras, através das suas narrativas, para que possamos compreender as facetas do trabalho doméstico no Brasil e na cidade de Picuí, bem como, os sentidos atribuídos pelas trabalhadoras do contexto de trabalho que estiveram inseridas. Os nossos principais aportes metodológicos são os depoimentos do ciberativismo da página *Eu, empregada doméstica*, os documentários *Trabalho doméstico: construindo igualdade no Brasil* e *Trabalhadoras domésticas* e também relatos orais, onde nos apoiamos em autores como BOSI (1994) e THOMPSON (2002). A pesquisa evidenciou na análise macro e micro e no contexto étnico que as trabalhadoras são expostas a situações trabalhistas semelhantes, no entanto apontou posicionamentos distintos das trabalhadoras no cenário macro, cujas narrativas foram retiradas de um contexto militante, das demais trabalhadoras. Na segunda fase da pesquisa, quando adentramos a uma análise étnica dentro do contexto picuiense, as narrativas das trabalhadoras são em sua maioria semelhantes em relação à situação de trabalho quanto a postura adotada por elas enquanto categoria trabalhista.

Palavras-Chave: Trabalho doméstico; invisibilidade; Resistência.

ABSTRACT

Paid domestic work in Brazil is marked by invisibility and clandestinity, its origins in the period of the Brazilian slavery regime, continuing to reverberate around this category of work until the most recent period in our history. The research consists of analyzing the impacts of paid domestic work on the lives of women who do it and how they recognize themselves as a work category. To this end, we analyzed the dynamics of domestic work in Brazil through voices linked to social activism and in the second stage of the research, voices far from this scenario, through oral narratives of domestic workers inserted in the cultural context of the city of Picuí, located from the interior of Paraíba, where we carried out an analysis covering ethnic distinctions. The dynamics of class, gender and ethnicity are essential to carry out the analysis of this category of work, given the social characters who carry out the profession. In view of this, we use the intersectional approach DAVIS (2016), and permeate the nuances of subordination and resistance of workers, through their narratives, so that we can understand the facets of domestic work in Brazil and in the city of Picuí, as well as the meanings attributed by the workers in the work context in which they were inserted. Our main methodological contributions are the testimonies of cyberactivism on the page I, a domestic worker, the documentaries *Domestic work: Building equality in Brazil* and *Domestic workers* and also oral reports, where we rely on authors such as BOSI (1994) and THOMPSON (2002). The research showed in the macro and micro analysis and in the ethnic context that the workers are exposed to similar labor situations, however it pointed out different positions of the workers in the macro scenario, whose narratives were taken from a militant context, from the other workers. In the second phase of the research, when we enter into an ethnic analysis within the context of Picuí, the workers' narratives are mostly similar in relation to their work situation and the stance adopted by them as a labor category.

Keywords: Domestic work; invisibility; Resistance.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Joyce Fernandes

Imagem 2: Cidade de Picuí

Imagem 3: Abastecimento de água em Picuí

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	As trabalhadoras domésticas.....	15
1.2	Aproximação com o tema	21
1.3	As escolhas que (re) desenham a pesquisa:	23
2	CAPÍTULO I - “O BRASIL É O PAÍS DO SAMBA, DO FUTEBOL E DO TRABALHO DOMÉSTICO”: AS DINÂMICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL	29
2.1	O feminismo das mulheres pobres, negras e latino americanas:	29
2.1.2	A luta por direitos das trabalhadoras domésticas	32
2.1.3	Vozes da resistência: Mergulhando nos discursos das Trabalhadoras Domésticas, quando e o que elas falam?	40
2.1.4	“Que senhor quer perder seu escravo, não é?”: Relatos sobre a exploração e opressão em meio ao trabalho doméstico	45
2.1.5	“achando que ‘era isso que ela queria’.”: O assédio sexual vivenciado pelas trabalhadoras domésticas:	54
2.1.6	“a sinhá almoçou enquanto minha avó teve que comer arroz gelado e cascas de tomate.”: Distinção de classe social em meio aos costumes alimentares dos patrões e das trabalhadoras domésticas:	57
2.1.7	“Escola é buxo cheio”: a valorização da educação formal como principal ferramenta de romper com o ciclo de exploração trabalhista:	63
2.1.8	“minha mãe tem muitas histórias tristes e abomináveis para contar, mas com certeza a que ela nunca vai esquecer é a da dona J. e do seu S.!”: os casos de relacionamento de respeito entre as domésticas e os patrões.....	66
3	CAPÍTULO II – OS LAMPEJOS EM TORNO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA CIDADE DE PICUÍ: MULHERES NEGRAS	70
3.1	Breve mapeamento sócio cultural da cidade de Picuí	70
3.1.2	“É por isso que ainda sou gente”: a resiliência de Girassol diante do amargor de uma vida submetida ao trabalho análogo à escravidão.	75
3.1.3	“O povo diz assim: doméstica é um trabalho como qualquer outro. Não é, porque a maioria das pessoas humilha muito a pessoa lá”: o relato de resistência de Cravina.	85
3.1.4	“não é como a empregada, é como se fosse um lixo, sei lá”: o tratamento destinado aos refugados no depoimento de Violeta.....	88
3.1.5	“vontade tive de morrer, assim eu não tenho inveja de nada, mai eu tenho inveja de quem ler”: sobre a falta de tempo para si e a inacessibilidade da educação no relato de Rosa.....	89

3.1.6 “Era como se eu fosse filha. Naquele tempo era assim mesmo as coisas.”: o desconhecimento e a conformidade em torno da ausência dos direitos trabalhistas de Margarida.....	94
3.1.7 “eu mesmo comecei a me manter com meus catorze anos de idade”: o labor como o principal recurso contra as limitações da vida no relato de Orquídea	97
3.1.8 “Saia às vezes de duas hora da madrugada, com uma trouxa na cabeça, e a outra na cangaia do burro pra o rii e os dois menino que era a minha companhia e mais quatro ou cinco muié”: o relato de resiliência de Amarílis	103
4 CAPÍTULO III – OS LAMPEJOS EM TORNO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA CIDADE DE PICUÍ: MULHERES BRANCAS	106
4.1 “porque a gente, além de trabalhar muito ainda passava precisão”: aspectos do trabalho doméstico feminino no relato de Tulipa.....	106
4.1.2 “O povo chamava a pessoa de piniqueira”: as diferentes jornadas de trabalho das mulheres da classe popular no relato de Bromélia.....	111
4.1.3 “só não vale a pena quando você pega as pessoas que querem te escravizar”: a narrativa cautelosa de Petúnia.....	115
4.1.4 “E eu trabalhei muito que o ortopedista disse que atrofiou os braço, perdeu as força de tanto movimento”: a experiência como diarista de Íris	119_Toc168745976
4.1.5 “Era ruim demais, eu não gostava não, trabalhava porque era o jeito”: as diferentes funções de trabalho executadas por Camélia	121
4.1.6 “queriam que eu priorizasse o trabalho e não a minha vida”: a experiência de trabalho de Jasmim	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO USADO NAS ENTREVISTAS.....	143
APÊNDICE B – LISTA DE DEPOENTES	144
ANEXO A - FONTES.....	145
ANEXO B - PARECER DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	146

1 INTRODUÇÃO

“Quem tem ambições literárias sabe muito bem que é da “vida viva” que vêm os grandes e pequenos motivos que impulsionam a mão a escrever: a ânsia de contar a pena de amor, a pena de viver, a angústia da morte; a necessidade de alinhar o mundo todo torto; a busca de um novo *éthos* que nos remodele; a urgência de dar voz aos últimos, de desnudar o poder e suas atrocidades; a necessidade de profetizar desventuras, mas também de arquitetar mundos felizes por vir.”

Elena Ferrante

1.1 As trabalhadoras domésticas

A autora de literatura italiana, Elena Ferrante, expressa na citação acima o fascínio pela vida humana, fascínio que também nós, historiadores, sentimos em narrar histórias de vidas. Embora os nossos métodos se distanciem em muitos pontos, buscamos fatos concretos e reais para analisar em nossas narrativas, raramente nos preocupamos em profetizar acontecimentos futuros, mas é o fascínio pela vida que pulsa nos processos humanos que nos desperta enorme interesse. Nas próximas linhas analisaremos alguns aspectos do trabalho doméstico no Brasil.

O trabalho doméstico é um integrante da cultura brasileira, estando expresso no interior das narrativas das famílias brasileiras, de quem tem acesso ao trabalho dessas funcionárias em casa, ou de quem tem algum parente que realize esse tipo de trabalho, as narrativas também estão expressas nas telenovelas, no cinema e nos comerciais. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) de 2022, o Brasil possui atualmente 5,8 milhões de trabalhadores domésticos, desse percentual, 29% equivalem a mulheres brancas, 66% mulheres pretas e pardas e 5% a outros. Destas, 4,5 milhões não tem carteira assinada. Esses dados numéricos demonstram o quanto o trabalho doméstico remunerado faz parte da nossa cultura.

Segundo BARBOSA (2013) em sua pesquisa que aborda as trabalhadoras domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa-PB, existiam cerca de 117 mil pessoas trabalhando no emprego doméstico na Paraíba, sendo mais de 90% mulheres, e na capital João Pessoa existiam 26.347 trabalhadores domésticos de acordo com o censo do IBGE de 2010.

A escolha do título do nosso trabalho *Entre sombras e Lampejos: narrativas de trabalhadoras domésticas* remete a constatação ao longo da pesquisa que os trabalhadores

domésticos, em geral, especialmente no caso dos sujeitos da pesquisa aqueles designados aos cuidados de limpeza, organização, preparo dos alimentos e cuidados de crianças, cujo trabalho é ocupado majoritariamente por mulheres e por esse motivo nos referimos à categoria no feminino, ocupam um lugar de pouca visibilidade em nossa sociedade.

Esta falta de visibilidade está presente de diferentes formas, na negação de direitos trabalhistas e nos diversas violências que as trabalhadoras são submetidas, nas representações estereotipadas que a mídia costuma fazer e que paira sobre a mentalidade cultural da sociedade.

Contudo, buscamos também os lampejos em torno das trabalhadoras por meio das narrativas sobre as suas experiências de trabalho, acreditamos que a busca das vozes dessas trabalhadoras é uma forma de atribuir luzes a esta categoria que foi relegada a escuridão no processo histórico do Brasil, e também diante do fato de que a historiografia ainda pouco têm se debruçado em torno da temática.

Dessa forma, buscamos contribuir com a historiografia em torno da temática indo até o porão da nossa sociedade com lanternas acesas em busca desses sujeitos que habitam no escuro social, descartados e invisibilizados, atentos aos vestígios que encontramos.

São considerados como trabalhadores domésticos aqueles que exercem a função de jardineiros, motoristas, arrumadeiras, cozinheiras, babás, entre outros, cujas tarefas são realizadas geralmente no interior de uma residência. Costumamos observar em nossa cultura os termos, trabalhadoras domésticas, empregadas domésticas e domésticas referentes aqueles que são responsáveis, na maioria dos casos, mulheres, por manter a organização e a limpeza da casa. O termo doméstica é relativo à casa e à família, as “domésticas”, portanto, são aquelas responsáveis pelo cuidado no ambiente privado.

O trabalho doméstico foi inserido no Brasil ainda no processo de colonização, nesse período quem realizava o trabalho doméstico para terceiros eram pessoas escravizadas.¹ Mas, o triste passado escravocrata do Brasil tem insistido em nos assombrar em relação às relações trabalhistas, especialmente no que diz respeito ao trabalho doméstico, de forma que nos últimos anos nos deparamos com casos chocantes denunciados pelas plataformas de comunicação. Pois,

¹ As mucamas eram escravas que prestavam trabalho doméstico aos senhores, costumavam ser jovens e belas, podendo atuar também como amas de leite. As amas de leite eram escravas grávidas ou paridas que amamentavam os filhos dos senhores, quando a mãe natural estava impossibilitada, eram também alugadas gerando rendas aos seus senhores. Essa forma de aleitamento perdurou até o século XVI, quando surgia definição de uma nova noção de maternidade, em que a mãe passou a ser responsabilizada pelos cuidados higiênicos e de atenção com as crianças, pois os pais e os médicos nutriam a inquietação que as crianças fossem contaminadas através do leite por doenças como tuberculose e sífilis.

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. (CERTEAU, 2011).

Um dos casos que tomou uma grande repercussão nacional foi o caso de Madalena Gordiano. Na véspera do Natal de 2020, o programa televisivo de alto alcance de público, o Fantástico, exibiu uma reportagem que chocou parte do país, no qual demonstrava uma mulher negra de 46 anos que havia sido resgatada após ter sido submetida a trinta e oito anos de trabalho análogo à escravidão.

Quando tinha oito anos, Madalena Gordiano bateu na porta da família que a escravizou para pedir pão, pois tinha fome, e a dona da casa se ofereceu para adotá-la, a mãe de Gordiano com nove filhos e sem condições financeiras para cuidar de todos eles, aceitou a proposta, mas a adoção nunca foi formalizada. Ao chegar à casa nova, Gordiano foi tirada da escola, cresceu ajudando a cuidar da casa e dos filhos da patroa. “As crianças ricas brincam nos jardins com seus brinquedos prediletos. As crianças pobres acompanham suas mães a pedirem esmolas pelas ruas. Que desigualdade trágica e que brincadeira do destino”. (JESUS, 2019).

Após vinte e quatro anos de trabalho escravo, Gordiano foi rejeitada pelo marido da patroa, a solução encontrada foi doá-la ao filho da dona da casa, o professor universitário Dalton César Milagres Rigueira. Nessa segunda casa, ela cumpria jornadas de trabalhos que começavam antes do amanhecer, habitava um pequeno quarto sem janela, não possuía acesso a aparelhos de comunicação como televisão e celular. O caso começou a chamar a atenção dos vizinhos, quando Gordiano passou a deixar bilhetes pedindo quantias ínfimas de dinheiro para comprar itens de higiene pessoal, pois, o seu patrão lhe pagava apenas duzentos reais por mês, nos meses em que era paga por seu trabalho.

Além disso, Madalena Gordiano possuía legalmente direito a uma pensão, mas quem recebia a pensão e usava o dinheiro eram os seus patrões, pois foi levada a casar com o tio da esposa do patrão, que já estava doente, como uma forma de negócio em que a família lhe envolveu para ter acesso à referida pensão, um homem com quem nunca conviveu e que morreu pouco tempo após o casamento. O seu patrão alegou ainda, que não a incentivou a estudar, pois acreditava que ela não se beneficiaria e que não a considerava uma empregada e que Madalena se sentia como parte da família.

Em 2022 o podcast apresentado pelo jornalista Chico Felitti da Folha, A mulher da casa abandonada investigava em um tom de mistério a figura excêntrica de uma mulher que habitava uma casa abandonada, que em outro período tivera sido uma grande mansão, localizada no bairro Higienópolis, na cidade de São Paulo - BR.

O jornalista descobriu que a mulher misteriosa apareceu na lista de procurados do FBI (Federal Bureau of Investigation) por manter sua funcionária doméstica em condições análogas à escravidão nos Estados Unidos entre os anos de 1970 e 2000. Esse caso teve início ainda no Brasil.

A moradora do imóvel, Margarida Bonetti, pertence a uma família bastante influente e que acumulou riquezas no estado de São Paulo, filha do médico paulistano Geraldo Vicente de Azevedo e neta de um dos paulistas mais influentes de seu tempo; Francisco de Paula Vicente de Azevedo, conhecido como Barão da Bocaína, que em 1880 assumiu a chefia do Partido Conservador e posteriormente se tornou vereador. O imóvel que a mulher da casa abandonada, Margarida Bonetti, vivia até a publicação do podcast, pertencia ao seu pai.

A funcionária, que foi submetida a uma situação análoga à escravidão nos Estados Unidos, já havia trabalhado antes na casa dos seus pais. Quando Margarida Bonetti casou, a funcionária foi doada a mesma como um dos presentes de casamento. Após o casamento, Bonetti passou morar com o marido, o engenheiro Renê Bonetti e a funcionária, nos Estados Unidos. O caso começou a chamar a atenção dos vizinhos nos EUA que acionaram a polícia, Margarida Bonetti fugiu para o Brasil, enquanto o seu marido permaneceu nos Estados Unidos cumprindo a pena e, segundo as investigações do jornalista Felitti, hoje é diretor da Northrop Grumman Corporation, empresa que presta serviço à NASA (National Aeronautics and Space Administration).

Esses foram dois casos que ganharam a atenção da mídia nos últimos anos e que impactaram o público brasileiro. Após a publicação do podcast A mulher da casa abandonada, retratando o caso que já havia sido alvo de matéria do programa Fantástico nos anos 2000 e que havia caído no esquecimento popular, após o retorno do caso ao conhecimento público, as denúncias de trabalho escravo doméstico duplicaram no país, segundo uma matéria publicada pela Folha de S. Paulo.²

Esses casos demonstram o quanto as práticas escravocratas ainda se fazem presentes no Brasil atual. Diante desse contexto, a presente pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, vinculada à linha de cultura e cidades, tem por objetivo analisar depoimentos de mulheres que trabalharam como domésticas na cidade a partir da década de 1960, onde atravessaremos os contextos sociais de ditadura militar a Segunda Onda Feminista e o período de redemocratização brasileira, onde abordaremos os aspectos do trabalho

²Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/denuncias-de-trabalho-escravo-domestico-duplicam-apos-lancamento-de-a-mulher-da-casa-abandonada.shtml> (Acesso em 10/08/2023).

doméstico no Brasil e em seguida de forma mais profunda as nuances que o trabalho doméstico toma em uma cidade de pequeno porte do interior do nordeste brasileiro.

Na década de 1960, as oportunidades de trabalho feminino na cidade de Picuí eram demasiadamente limitadas, esse fato não estava reduzido apenas à cidade, mas, era uma realidade que compreendia também as demais regiões do Brasil. Em relação às mulheres das camadas mais pobres, quase sempre, restava o trabalho na lavoura e o serviço doméstico. Este trabalho iniciava ainda na infância, ao procurar trabalho como domésticas nas casas de famílias abastadas, elas eram privadas dos estudos e geralmente, prestavam trabalho aos patrões até a velhice, conforme demonstram esses casos que vieram a público.

Reafirmamos a relevância do trabalho para a linha de pesquisa I – Cultura e Cidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pois o trabalho nos permite analisar as nuances próprias do trabalho doméstico no contexto citadino picuíense, na proporção em que relacionamos com o contexto do País.

A pesquisa, além de nos permitir analisar as dinâmicas próprias do trabalho na cidade, nos permite também permear pelo campo subjetivo dos sentimentos que atribuem significado as práticas cotidianas da cidade, é através do emprego desses significados que a memória e a história de um lugar são construídas. “A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.”. (PENSAVENTO, 2007, p.14).

Em relação às dinâmicas do trabalho doméstico no âmbito social e cultural, este passou a ocupar um lugar de desvalorização por ser historicamente atribuído às mulheres e também por não gerar lucros aos seus empregadores. Todavia, o capitalismo se apropria do trabalho não remunerado e/ou pouco remunerado como um dos pilares do seu funcionamento.

Narrar experiências domésticas é escavar a história da construção da invisibilidade dos sujeitos e das experiências do porão e as suas potencialidades negadas pelos que são civilizados e estabelecidos. Colocar a casa na cena pública, bem como aqueles que ficam em casa, é reconhecer o protagonismo no que se refere à própria funcionalidade da vida pública citadina. (SILVA, 2012, p. 13).

O emprego doméstico representou por muitos anos uma forma de refúgio para mulheres brasileiras com pouca escolaridade e sem treinamento. Envoltas em um sistema explorador, opressor e patriarcal que por vezes assume uma postura paternalista, essas mulheres são compensadas pelo seu trabalho extenuante com migalhas. O lugar daqueles que realizam o

trabalho doméstico e de cuidado na esfera privada foram experiências destinadas historicamente no Brasil, aos corpos considerados fracassados no âmbito social, destinados principalmente às mulheres pobres.

Essas mulheres opacas, exploradas, confinadas e “destinadas” ao porão da nossa sociedade, são as mulheres desadereçadas, são as mulheres que vagavam pelas ruas vendendo a sua mão de obra desde crianças, lavando roupas, vendendo doces e animais, ou mesmo inseridas nas casas de famílias como domésticas vindas das zonas periféricas das cidades, vindas do campo para a cidade ou do interior para as grandes capitais, vendo essa experiência como oportunidade de amparo, endereço e sobrevivência material.

DAVIS (2016) afirma que o trabalho doméstico é desvalorizado por ser realizado no âmbito privado e, por isso, o fato de ser invisível e não reconhecível aos olhos externos. Tarefas como limpar, cozinhar, além de não serem vistas pelos olhos do público, são consideradas tarefas que não necessitam de qualificação. O trabalho doméstico seria dessa forma uma pré-condição ao lucro produzido no sistema capitalista.

Pesquisar sobre o trabalho doméstico no Brasil é se deparar com inúmeros fatores que permeiam a profissão resultante de um processo de abolição da escravidão mal sucedido, bem como da inferiorização da classe trabalhadora e do gênero feminino. Conforme relata Creuza Oliveira, secretária geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas no documentário *A luta pelos direitos das domésticas* do Canal Preto³:

Quando negros e negras eram traficados da África para o Brasil e para outras partes do mundo, mas especialmente aqui para o Brasil, a maioria dos homens ia fazer o trabalho na lavoura e as mulheres, o trabalho dentro da casa grande, onde elas eram mucamas, amas de leite, faziam todo o trabalho doméstico dentro da casa que, naquela época, era um trabalho escravo dentro das residências. E aquelas mulheres jovens, domésticas, sofriam todo tipo de violência. E nesse processo histórico, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas é aquela coisa: ela assinou a Lei Áurea, mas não assinou a nossa carteira, não nos deu moradia, não nos deu educação e aí, vem o processo da criada. Aí depois das criadas, as empregadas. E hoje nós lutamos e dizemos que somos trabalhadoras domésticas e fazemos parte da classe operária brasileira e mundial. (OLIVEIRA, 2019).

As trabalhadoras domésticas são mulheres das camadas populares, em sua maioria negra, responsável por um trabalho que é um dos pilares que sustenta o sistema, exercem uma mão de obra barata e flexível, longas jornadas de trabalho e baixa remuneração. São as mulheres, principalmente, as pobres e negras que exercem as tarefas que mais ninguém quer exercer socialmente, ocupantes das margens da sociedade.

³Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BtofqXoRsI&t=19s> (acesso em: 12/08/2023).

Até os dias atuais, essa categoria de trabalho não possui os seus direitos respeitados, imersas em uma sociedade que valoriza apenas o trabalho externo e tudo aquilo que é do âmbito público, que insiste em não enxergar que o trabalho doméstico é um dos motores do funcionamento social, e o quanto o capitalismo se beneficia da sua mão de obra barata, quase que invisível, executado às sombras, nas idas e vindas dos locais pouco iluminados no interior das residências dos patrões, se alimentando dos restos que eles deixam após a refeição.

Inseridas no mercado de trabalho informal, as essas trabalhadoras eram submetidas a longas jornadas de trabalho e a diferentes formas de maus tratos. O hábito de maltratar os funcionários, especialmente os funcionários domésticos, é bastante recorrente no Brasil, essa prática é retratada até mesmo nas telenovelas, nos cinemas e em outras plataformas artísticas.

Talvez, tenhamos nos acostumado com o racismo estrutural, com a opressão de gênero e com a exploração de classe, e as suas diversas formas de manifestação, na vida pública e privada, e pensar nessa ferida social e histórica seja uma tarefa difícil demais, pois estamos sempre ocupados demais, conformados ou confortáveis com essa característica. Mas com essa pesquisa esperamos aprofundar as percepções a respeito dessa categoria de trabalho, contribuindo com os estudos em torno da temática, como nos convida Saramago “Se puderes olhar, vê. Se poder ver, repara”.

1.2 Aproximação com o tema

Além do sentimento de curiosidade de pesquisadora em torno dos aspectos históricos, sociais e culturais que perpassam os sujeitos da pesquisa e que os impactam até os dias atuais, acreditamos também que a escolha do pesquisador em debruçar-se sobre determinada temática também correspondem a critérios pessoais, uma vez que toda escolha é uma escolha antes de tudo pessoal.

Pois bem, o trabalho doméstico em si sempre ocupou um lugar de incômodo para mim. Por muito tempo não conseguia entender o fato das tarefas domésticas serem responsabilidade majoritariamente das mulheres, no momento em que escrevo essa dissertação, ainda é atípico que os homens não se dediquem igualmente as mulheres às tarefas domésticas, mesmo que a maioria delas estejam inseridas no mercado de trabalho como eles. “As mulheres são desvalorizadas porque são encarregadas do trabalho doméstico ou seria o emprego doméstico desprezível culturalmente porque é realizado por mulheres?”. (FARIAS, 1981)

Vou ao encontro do tema movida por inquietações que surgiram antes de ingressar no mundo acadêmico, sempre me incomodou que ainda na infância me fosse cobrada uma aptidão natural para as tarefas domésticas, me incomodava que nos almoços de família eram sempre as mulheres que cozinhavam e em seguida limpavam e organizavam tudo, enquanto os homens conversavam na sala, antes, e após os almoços e jantares familiares. Além disso, veio ao meu conhecimento no decorrer da pesquisa, que as minhas avós trabalharam como domésticas por um determinado período em suas vidas.

Ao iniciar a graduação em história passei a ter contato com as teorias feministas por meio da academia e com o movimento feminista por meio das mídias sociais. Uma das principais pautas do ciberativismo no período, era a falta de divisão das tarefas domésticas entre os casais heterossexuais, já que as mulheres também estavam inseridas no mercado de trabalho.

As perspectivas de análises de gênero me ofereciam respostas para parte dos meus questionamentos pessoais e acadêmicos, por esse motivo tenho me dedicado a estudar os aspectos do trabalho doméstico na nossa sociedade desde a graduação, pois acredito que o trabalho doméstico é um ponto bastante relevante para a compreensão da dominação patriarcal e da exploração capitalista imposta às mulheres.

Todavia, outro fator que demonstra o desinteresse da nossa sociedade por tudo aquilo que remete o âmbito doméstico e o trabalho doméstico em si, é ainda o pouco interesse dos acadêmicos em torno da temática. Foi feito um levantamento de trabalhos historiográficos que abordam o tema e foram encontrados ainda poucos trabalhos que abordassem a temática, a maioria dos estudos encontrados foram realizados apenas recentemente.

Sobre esse aspecto, a professora Jurema Gorski Brites, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), afirmativa em uma entrevista concedida ao site Azmina: “Se eu coloco a minha disciplina com o nome de ‘trabalho doméstico’, ninguém vai querer fazer. Então tenho que pensar em um nome diferente e em uma estratégia de abordagem para fazer com que meus alunos reflitam sobre isso”. (BRITES, 2017).⁴

Na graduação, escrevi o meu Trabalho de Conclusão de Curso a respeito do trabalho doméstico por meio dos relatos de memórias de Maria Áurea de Araújo Ferreira, presentes em um livro biográfico, em que pudemos permear sobre as nuances do trabalho doméstico em Picuí, do trabalho em troca de moradia, vestimentas e educação. Agora no mestrado escolhi

⁴Ver: <https://azmina.com.br/reportagens/as-mulheres-mais-exploradas-como-as-familias-reproduzem-um-ranco-escravista/> (Acesso em 19/08/2023).

estudar o trabalho doméstico ouvindo outras e mais vozes de trabalhadoras domésticas moradoras de Picuí.

1.3 As escolhas que (re) desenham a pesquisa:

Fazer escolhas teóricas e metodológicas em uma pesquisa significa definir quais trajetos seguir, mas, nem sempre essa é uma tarefa fácil. Pois, essas escolhas delineiam o percurso que a pesquisa tomará, nos arriscamos enquanto historiadores de migalhas a não abordar todos os aspectos em uma pesquisa e a nos juntar com outros autores. É nesse processo de escolhas que também nos inscrevemos em nossa pesquisa e mergulhamos nela.

CERTEAU (2000) afirma que o historiador elabora a história por meio de suas escolhas e pertinências, onde no seu fazer, descarta resíduos do passado, tecendo uma narrativa polida, mas que sempre lhes restam pontas soltas, estas pontas estão sempre retornando para perturbar o presente, e é justamente para essas pontas soltas, para aquilo que outrora foi descartado, que o autor sugere que os historiadores do presente voltem a sua atenção. São estes elementos perturbadores, na maioria das vezes ainda desconhecidos que instiga o historiador do tempo presente.

É na revisão daquilo que não foi percebido antes, na constatação do vazio, no ato de se lançar em meio ao desconhecido que encontramos um campo de discursos e narrativas capaz de preencher lacunas ou colocar algo novo. Este feito, não é conduzido por uma busca obsessiva para reverberar novas verdades, mas no trilhar dos vazios em meio às muitas palavras que já foram ditas. (FISCHER, 2005, p.113).

Uma das escolhas que fizemos e que (re) desenham a pesquisa foi a opção de trabalhar com história do tempo presente. Ao longo da pesquisa adentramos a história de vida de personagens sociais que narram acontecimentos de suas vivências em diferentes estágios de suas vidas, a memória é uma fonte viva marcada pelo presente, é também fragmentada e descontínua, esta escolha nos permitiu a liberdade de análises que acompanham as ramificações singulares do trabalho doméstico no Brasil desde os anos de 1960 até a história do tempo presente, por meio do trabalho de seleção, análise e hierarquia da memória.

Dessa forma, assumimos a figura do *historiador irônico* como nomeia ALBUQUERQUE (2007, p. 3). Conforme o autor, o historiador irônico não se coloca fora do acontecimento estudado ou do tempo que narra, mas que tem a consciência de que a formulação

do seu próprio discurso é mais uma dobra de enunciados presentes no arquivo que instituem os dados dos sujeitos e dos objetos.

Este campo de estudos nos permite a análise das rupturas e permanências do passado no presente, partindo do entrelace entre o período de curto, médio e longa duração, não estando baseado apenas em um destes períodos. O tempo mais distante abordado na pesquisa atua como uma forma de melhor compreensão da história do tempo presente.

O nosso estudo tende a uma perspectiva de análise cultural, que nos permite analisar os discursos normativos, e as suas respectivas desconstruções, que abordam a relação de poder nas relações sociais, o seu regime de verdade e as configurações de táticas de controle social e as suas respectivas estratégias empregadas que burlam as normas. O historiador cultural tem acesso ao passado no contato e análise das representações “[...] lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele.” (PENSAVENTO, 2005, p.42).

A memória é a representação do passado, na qual se configura um caráter social, logo estando imersa em um campo de disputa, entre aqueles que tiveram a oportunidade de externalizar as suas lembranças e aqueles que não possuíram canais de expor as suas memórias e as suas concepções de mundo. Nesse sentido, a história oral tem sido bastante utilizada pelos historiadores que desejam ouvir as vozes que até então estavam abafadas.

Diante disso, com o intuito de inserção em um discurso que contrapõe os discursos dominantes, utilizaremos a análise de memórias expressas pelo ciberativismo, de depoimentos extraídos de documentários, e de entrevistas captadas por meio da história oral. Acreditamos que a história oral pode revelar versões inéditas de um mesmo fato histórico. Compactuamos com o pensamento do autor abaixo a respeito da fonte oral:

É uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vendo-os não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história *para dentro* da comunidade e extrai a história *de dentro* da comunidade (THOMPSON, 2002, p. 44).

Compreendemos que as redes discursivas são estabelecidas no processo de construção dos sujeitos e de suas práticas que estão inseridas em um lugar social e político de quem fala. Pois, é no exercício da rememoração que somos capazes de formular sentidos e construir uma definição acerca de nós mesmos e do ambiente em que estamos inseridos. “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado conservando-se no espírito de cada ser humano aflora a

consciência na imagens-lembrança. A sua forma pura seria uma imagem presente nos sonhos e devaneios”. (BOSI, 1994, p.53). O processo de recordação, para MUNIZ (2007) é o trabalho de organização de fragmentos da própria pessoa que se articula criando um mundo novo.

Por tanto, permeamos também pelos sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que as trabalhadoras domésticas atribuem a si e ao ambiente social que as cerca. A esfera da sensibilidade situa-se anterior à reflexão, vindo da animalidade que brota do corpo, uma reação dos sentidos afetados, físicos ou psíquicos em contato com a realidade, constituindo a forma de ser e estar no mundo, se tratando do corpo e o espírito em dinâmica interativa com a realidade.

Por meio da memória e da evocação do passado, a sensibilidade reproduz a experiência do vivido, capturando a energia e a força da vida, revelando a presença do eu, nos possibilitando realizar a releitura da alma, revivendo emoções, sentimentos e ideias. (PENSAVENTO, 2007).

Buscamos compreender as configurações das relações de trabalho doméstico remunerado, suas vivências e experiências cotidianas, capturando as percepções que essas trabalhadoras tinham de si próprias e do trabalho que realizava através de suas próprias falas.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p.5).

Por tanto, escavamos as memórias subterrâneas das trabalhadoras domésticas. O ato de depor através de uma narrativa pode ser uma experiência libertadora, apesar de que em muitos casos também dolorosa, mas as formulações de seus próprios discursos ao testemunhar exercem um sentido de uma contra narrativa ao discurso predominante.

O primeiro trabalho acadêmico sobre o trabalho doméstico no Brasil foi realizado pela socióloga Helieth Saffioti, articulando classe, raça e gênero em uma perspectiva de análise social direcionada pelo método do nó górdio.⁵ Além desta, a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez sugeria que a categoria de gênero não fosse pensada apenas em si, mas articulado a outras categorias de diferenças culturais dentre elas raça, e afirma:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está

⁵SAFFIOTI, Helieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Vozes, Petrópolis, 1979.

no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras de classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas”, ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos. (GONZALES, 1984, p.230-231).

A temática estudada requer uma análise que intercale as categorias de classe, gênero e raça. Optamos por utilizarmos a concepção teórica e metodológica da interseccionalidade, apoiada nas concepções da filósofa DAVIS (2016) em seus estudos a autora realiza análises profundas a respeito da classe, conceito bastante caro para o presente estudo. E da assistente social AKOTIRENE (2019), as suas interpretações nos permite aplicar com clareza o método interseccional nas dinâmicas que envolvem o Brasil.

Optamos por uma abordagem interseccional, pois esta nos permite realizar uma análise que abrange diferentes categorias relacionadas à opressão, a discriminação e a dominação, como classe, raça e gênero, nacionalidade, a regionalidade e a idade nas dinâmicas do trabalho doméstico.

Para compreender os regimes de controle impostos aos corpos daquelas que exercem o trabalho doméstico, utilizaremos o conceito de Estigma estudado por GOFFMAN (2008), onde os estigmas se tratam de marcas simbólicas gravadas sobre os corpos de determinados grupos sociais e que interferem nos papéis sociais que estes desempenhariam na sociedade ao longo dos anos. Os estigmas são capazes também de deteriorar as identidades e as condições de suas vivências dos indivíduos, estes deveriam apenas se contentar com a norma, a apoiar a cumprir, todavia, como o autor demonstra já em seu estudo, em muitas situações os indivíduos que carregam um estigma não aceitam o papel a que foram subordinados.

Os estigmas marcados e perpetuados ao longo dos anos a exemplo dos preconceitos de classe, raça e gênero é um fator estrutural, mas também subjetivo que permanece na mentalidade coletiva e que é perceptível nas formas de representações, nos discursos e nas práticas sociais.

Além deste, utilizamos também o conceito de Refúgio Humano estudado por BAUMAN (2005), para compreendermos a situação de margens em que alguns sujeitos sociais são submetidos na estrutura da organização social. Em relação à compreensão das práticas cotidianas utilizamos o estudo de CERTEAU (1998), nas análises em torno das dinâmicas sociais dos sujeitos comuns.

A concepção adotada em torno da análise corpórea é o de Corpos Invisíveis, estudado por SILVA (2008), que nos permite compreender a dinâmica social de invisibilidade e consequente ausência de direitos que perpassam os corpos de determinados sujeitos, como os pobres, negros, velhos, em geral, os considerados feios para os padrões estéticos sociais. E que são dessa forma excluídos de visibilidade, relegados aos diversos porões sociais.

Ainda sobre a análise corpórea utilizamos também o conceito de Corpo Fenomenológico estudado por ORTEGA (1967), que nos possibilita estudar os corpos não apenas como detentores de discursos e poderes, e que para além do construtivismo são corpos sensíveis que experienciam as dinâmicas sociais, que constroem as suas interpretações dos fatos e das suas emoções.

No primeiro momento da inserção ao mundo dos corpos domésticos femininos invisíveis, o **Capítulo 1 – “O Brasil é País do samba, do futebol e do trabalho doméstico”**: **As configurações do trabalho doméstico no Brasil** realizamos uma análise dos relatos de trabalhadoras domésticas no cenário nacional, por meio dos documentários *Trabalho Doméstico: Construindo Igualdade no Brasil e Trabalhadoras domésticas* e principalmente dos relatos publicados na página *Eu, Empregada Doméstica* e do livro com o mesmo título, que foi lançado pela militante Joyce Fernandes (Preta Rara) que gerencia a página na internet com os relatos que recebeu por E-mail. Nesse capítulo, procuramos compreender as dinâmicas do trabalho doméstico no Brasil, bem como a construção da rede discursiva que expressam vozes de denúncia e resistência que as trabalhadoras têm fomentado ao longo dos anos, especialmente por meio do ativismo digital com a repercussão da militância de Fernandes (Preta Rara).

No **Capítulo 2 – Os lampejos em torno das trabalhadoras domésticas da cidade de Picuí: mulheres negras** adentramos a segunda etapa da nossa pesquisa que se trata da investigação do contexto das trabalhadoras domésticas picuienses, passamos a utilizar a metodologia da história oral, que nos possibilitou ter acesso às trabalhadoras domésticas que vivenciaram o contexto interiorana, e desta vez os personagens sociais não estiveram inseridas em um movimento de militância de sua categoria de trabalho. Esta segunda etapa se divide entre o segundo e o terceiro capítulo, em que no segundo capítulo nos dedicamos a analisar os relatos das trabalhadoras domésticas negras.

No **Capítulo 3 – Os lampejos em torno das trabalhadoras domésticas da cidade de Picuí: mulheres brancas** analisamos os relatos das trabalhadoras domésticas picuienses que também não estiveram inseridas em organizações e movimentos de militância, mas de etnia branca. Este movimento interseccional, fomentado especialmente com base nas interpretações

de DAVIS (2017), embora utilizemos também outros autores, foi aplicado para que possamos identificar as distinções das vivências das trabalhadoras em relação à etnia, analisamos também as diferenças nos discursos dos relatos das trabalhadoras. Além disso, os indícios históricos demonstram que as mulheres pobres, independente do fator racial, sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho. Conforme afirma FONSECA (2008), as mulheres pobres precisavam trabalhar para auxiliar nas despesas familiares, apesar desse fator se opor as normas morais do período, que ditavam que as mulheres deviam se restringir ao ambiente doméstico de suas residências, elas buscava formas de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

2 CAPÍTULO I - “O BRASIL É O PAÍS DO SAMBA, DO FUTEBOL E DO TRABALHO DOMÉSTICO”: AS DINÂMICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

“A senzala moderna é o quartinho da empregada”.

Joyce Fernandes

2.1 O feminismo das mulheres pobres, negras e latino americanas:

A década de 1960 foi marcada por transformações culturais e políticas, coincidindo com a segunda onda feminista, que tinha como principal pauta, o acesso de mulheres à educação e ao mercado de trabalho formal. Nesse período, a autora Simone de Beauvoir adquire notoriedade no campo acadêmico e no movimento feminista através das reflexões a respeito da existência feminina.⁶

No campo da história, umas das pioneiras a pensar as mulheres como sujeitos históricos foi Michelle Perrot⁷, que também influenciada pela segunda onda feminista questiona se as mulheres seriam portadoras de historicidade. Para a autora, o principal motivo da longa exclusão das mulheres na historiografia foi o fato de habitarem principalmente o ambiente doméstico, em um momento em que a história se preocupava em narrar os fatos grandiosos que ocorriam na cena pública e a maioria dos personagens era homens. (PERROT, 2019).

No Brasil, as reivindicações do movimento feminista fizeram maior efeito nas principais capitais brasileiras somente em meados das décadas de 1980, devido às restrições das formas de liberdade impostas pelo regime militar. Todavia, desde 1960 a empregabilidade feminina fora crescendo de forma sistemática e diversificada, devido à redução do poder de compra e arrocho salarial que colocaram em xeque a sobrevivência das famílias, levando mulheres dos setores populares ao mercado de trabalho. No âmbito geral do país, as conquistas femininas que se iniciara nas grandes cidades brasileiras também pouco atingiram as mulheres das camadas populares que adentravam ao mercado de trabalho desde a mais tenra idade.

⁶ Simone de Beauvoir foi uma filósofa existencialista francesa, que ganhou notoriedade ao refletir sobre a existência feminina, bem como a construção social do ser feminino, é autora da obra clássica intitulada *O Segundo Sexo* (1949).

⁷ Michelle Perrot é historiadora francesa, é autora de livros como *Minha história das Mulheres*, e de *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, é uma das organizadoras do clássico livro *História das mulheres no Ocidente*.

A área denominada *História das Mulheres* surgiu nos anos de 1960 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, esses estudos buscavam suprir uma lacuna na historiografia devido ao longo silenciamento a respeito da historicidade feminina. Posteriormente, surgiu a área denominada de *Estudos de Gênero* que buscava relacionar as vivências femininas e masculinas.

Entre os anos de 1970 e 1980 surgiu uma crítica a esses estudos promovida pelas feministas negras e pelos demais feminismos presentes em locais não europeus e norte americanos, as críticas se referem a um feminismo que reivindica apenas as questões de mulheres brancas, abastadas e europeias e silencia as demandas das demais. As mulheres brancas e abastadas estavam inseridas em um regime patriarcal distinto das mulheres pobres e negras que se encontravam em uma situação de maior vulnerabilidade.

As mulheres negras e pobres são portadoras de desafios distintos, elas não puderam reivindicar para ter acesso ao mercado de trabalho, pois elas já estavam inseridas no mercado de trabalho desde crianças, e por esse motivo também não lhes restava tempo para poder estudar, pois o seu dever passaria a ser cuidar do ambiente doméstico das mulheres brancas, para que estas pudessem conquistar maior visibilidade e trabalhos com uma melhor remuneração.

Aqueles sujeitos que permaneceram no campo doméstico foram os considerados incapazes de se autogerir, considerados necessitados de proteção patriarcal e até mesmo paternalista, por se tratarem de corpos femininos, pobres e em sua maioria negros, tidos como sujeitos com insuficiência intelectual, lhes faltavam instruções e por esse motivo são responsabilizados por um trabalho considerado inferior, de limpar e cuidar relegadas ao campo doméstico. A área privada foi por muito tempo, e continua sendo, negligenciada, pois se acredita que os acontecimentos significativos ocorrem na esfera pública, havendo um esquecimento de que existe uma complementaridade entre as duas esferas de habitação humana.

Segundo FEDERICI (2017) em seu estudo sobre o surgimento do capitalismo na Europa afirma que o trabalho doméstico não é reconhecido como importante para o desenvolvimento dessa modalidade de sociedade. O sistema capitalista não reconhece dignamente os trabalhos que não são voltados para a produção e acumulação de capital, embora, se beneficie deste. O trabalho doméstico, realizado no âmbito privado por mulheres, caracterizado por tarefas de cunho reprodutivo e de cuidado, é considerado um recurso natural a ser consumido pelos homens, em que o sistema capitalista e patriarcal se apropriam destes, em uma atividade de retroalimentação, reforçando a dinâmica entre exploração e dominação nas relações de trabalho, e afetam outras dimensões humanas.

Surgiram duas concepções teóricas com o objetivo de evidenciar o protagonismo das mulheres que foram subalternizadas do feminismo tradicional, o feminismo decolonial, vindo principalmente das intelectuais latino-americanas que evidencia o caráter colonizador europeu e os seus desdobramentos na sociedade latina. E a crítica a um feminismo individualista e neoliberal, expresso pela manifestação Feminismo para 99%, vindo dos Estados Unidos, que enfatiza as desigualdades sociais e a colonialidade do poder.

A preocupação desses estudos é evidenciar os traços de uma cultura que não é apenas o eco de uma cultura branca narcísica, pois embora tenhamos sido colonizados pela Europa, a cultura brasileira também possui traços dos povos indígenas (povos que habitavam o território antes da chegada dos europeus, que passaram por um processo de dizimação em massa) e africanos (trazidos contra a vontade para serem escravizados no Brasil e, que passaram por um processo de abolição mal sucedido), logo, os conceitos do feminismo tradicional, considerado europeu, branco e elitista não supria com as reivindicações e necessidades da maioria das mulheres brasileiras, cujas demandas estão atreladas às categorias de classe e raça.

O trabalho *La Frontera* da intelectual Glória Anzaldúa⁸ foi um marco para o feminismo, especialmente para o feminismo latino, por se tratar de uma obra radical ao evidenciar a linguagem como o principal locus de poder e dominação.

No Brasil, uma das principais expoentes do pensamento descolonial é a historiadora e socióloga Lélia González⁹. A autora utiliza o termo “Amefrica Latina”, para pensar a negritude que é própria do Brasil, crítica do conceito da Democracia Racial Brasileira, que era defendido por intelectuais como Gilberto Freyre¹⁰, por acreditar que se tratava de uma visão almejada pelas autoridades nacionais ao afirmar que existia uma relação harmônica das diferentes raças que viviam no território brasileiro, mas esta concepção apagava as vivências da população negra e as injustiças a qual estavam submetidas e firmava conceitos estereotipados sobre esses povos.

A discussão em torno do mito fundador da democracia racial realizada pela autora é impulsionada pelo feminismo latino americano, que passou a relacionar no interior do movimento as categorias de classe, gênero e raça. O discurso de denúncia do feminismo das latinas americanas perpassa principalmente, a ideologia colonial da mestiçagem por meio da

⁸Foi uma intelectual norte-americana, que se dedicou a estudar a teoria cultural chicana, teoria feminista e teoria queer.

⁹Além de ser pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado e do Olodum.

¹⁰ Renomado escritor e sociólogo brasileiro, que dedicou os seus estudos as análises das relações sociais no Brasil colônia, defensor do conceito da “Democracia Racial Brasileira” que afirmava que as três raças que habitavam o Brasil (indígena, branca e negra) conviviam em harmonia, defendia também que a miscigenação formaria uma população melhor e mais forte ao contrário do que pensavam as teorias etnocêntricas hegemônicas.

violência e violação das mulheres nativas, em que o mito da democracia racial se apoia no mito da cordialidade erótica entre o colonizador e as nativas e também as negras escravizadas.

Portanto, por muito tempo as mulheres que ocupavam as periferias sociais não se enxergavam como feministas, uma vez que o discurso feminista surgiu em meio às mulheres de elite, retratando apenas as suas demandas. Somente após a notoriedade dos movimentos sociais das mulheres periféricas brasileiras, como o das operárias, das camponesas e das empregadas domésticas, foi possível pensar um feminismo plural, que retratasse as demandas de todas as mulheres.

2.1.2 A luta por direitos das trabalhadoras domésticas

A frase que citamos no título deste capítulo é de Karol Maia, diretora do filme *Aqui Não Entra Luz*, que retrata bem o caráter cultural que o trabalho doméstico assume no Brasil, levando em consideração o número de trabalhadoras domésticas e também as particularidades próprias que o trabalho adquire no País.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil está profundamente ligado com o sistema da escravidão instaurado no período colonial, podemos observar esse fator com base nas nomenclaturas que o trabalho doméstico recebeu ao longo dos anos: o vocábulo *servo* faz referência a alguém que não tem direitos, no período feudal fazia referência ao trabalhador que cultivava a terra e que se aproximava do estado de escravo.

O termo *servente* se refere àquele que serve ou auxilia alguém em um determinado trabalho, não se restringindo ao trabalho doméstico. As nomenclaturas *servidor* e *serviçal* remetem à noção de servir a alguém ou prestar serviço remunerado. O vocábulo “*criada*” foi o que prevaleceu em relação às trabalhadoras domésticas no período mais remoto de tempo, o termo reúne as demais nomenclaturas acima, mas se refere mais especificamente ao trabalhador que poderia ser escravo ou liberto juridicamente.

Esses termos acompanham os aspectos culturais atribuídos ao trabalho doméstico, e perpassa o imaginário coletivo em relação à categoria até os tempos mais recentes da nossa história. A concepção do trabalho doméstico como algo inferior levou a situação de extrema exploração das trabalhadoras domésticas, mesmo após a abolição, quando foram relegados à própria sorte. Todavia, esta categoria de trabalho formada principalmente por mulheres, pobres e negras instituíram formas de lutar por seus direitos.

As margens podem ser enfrentadas como um local de criatividade ao se tratar de uma localidade complexa que incorpora repressão e resistência em um mesmo ambiente, em meio às técnicas de opressão aplicadas são formulados procedimentos de resistências pelos subalternizados. Uma vez que: “onde há poder há resistência e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2009, p.105).

Apesar dos estigmas gravados nos corpos das trabalhadoras domésticas, em relação às categorias de gênero, classe e raça, estes não limitam as experiências de vida dos sujeitos ordinários¹¹. A rede de vigilância estabelecida não delimita completamente os seus espaços na sociedade, pois não impedem que os sujeitos ordinários apliquem ações de insubordinação em seu cotidiano, através de técnicas de produção sócio-cultural que lhes permitem ocupar e moldar espaços.

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 2007, p.41).

O trabalho das mulheres, ao contrário do trabalho dos homens abastados e dos homens das camadas populares, era desonroso para as mulheres pobres, uma vez estavam submetidas a assédios sexuais, a serem confundidas como “mulheres públicas”, além de serem taxadas como mães relapsas, por se dedicarem a cuidar de outras famílias, lhes restando pouco tempo para cuidar da sua própria família, além disso, o trabalho das mulheres pobres casadas evidenciava que o marido não supria com as despesas financeiras da casa, o que não condizia com o código moral da época e era motivo de vergonha para os homens, mesmos os homens da classe trabalhadora.

A entrada significativa de mulheres abastadas no mercado de trabalho formal, nos anos de 1980, aumentou também a demanda por trabalhadoras domésticas. A priori, o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres abastadas seria o de monitorar os funcionários domésticos, com a adentrada das mulheres abastadas ao mundo do trabalho externo, reforçou o ato de relegar as tarefas domésticas a outras mulheres. A respeito dos aspectos culturais do

¹¹O termo se refere às práticas cotidianas dos sujeitos comuns. Ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer, 13 Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

trabalho doméstico, nas palavras de Creusa Oliveira¹², para o documentário *Trabalho Doméstico: Construindo Igualdade no Brasil*¹³: “Antes a relação da trabalhadora doméstica com as patroas era de casa grande e senzala. Os classificados para contratar uma pessoa para trabalhar dizia: Precisa-se de empregada que não estude e more no emprego.” (OLIVEIRA, 2018).

A dinâmica do trabalho doméstico no Brasil está relacionada à vulnerabilidade financeira do núcleo familiar e conseqüentemente a falta de uma educação formal, as mulheres pobres por não receberem qualificação para o trabalho formal se tornam trabalhadoras domésticas desde a infância, conforme podemos perceber no relato a seguir:

Eu comecei a trabalhar como doméstica, naquela época era babá, quando eu tinha nove anos de idade, isso fazem exatamente cinquenta e quatro anos. Meu pai se matou por causa do jogo, perdeu tudo que a gente tinha, daí a minha mãe ficou com oito filhos, o mais velho no quartel, analfabeta, e daí o meu irmão estava no quartel e resolveu nos trazer pra cá. Só que era oito bocas em casa né, e a minha mãe não sabia se virar, então o que que a minha mãe fez: começou a procurar as pessoas que naquela época queriam as negrinhas pra cuidar das crianças, porque era assim como a gente era chamada. (DJANIRA CORREA, 2018).¹⁴

O contexto de desamparo social que Djanira Correa descreve em seu relato percorreu grande parte das famílias brasileiras marcadas pela classe e raça. No caso de Correa, o seu pai se mata devido a apostas de jogo, a sua mãe passa a chefiar família, mas devido às dificuldades impostas as mulheres ao mercado de trabalho, procurando trabalho para as filhas como babás, quando estas ainda eram crianças.

Apesar da inserção em meio a um sistema que as explora, domina e oprime, as vivências das domésticas no Brasil não está relacionada ao conformismo com a violação dos seus direitos trabalhistas. É possível perceber o uso de práticas de resistências em seu cotidiano, sejam estas mais sutis ou por meio de organizações coletivas que denunciam e reivindicam direitos.

No interior era muita pobreza, muito seco, na região do nordeste né, na Bahia e, engraçado que o meu pai já dizia, falava que filha dele nunca ia trabalhar na casa de branco, só que o meu pai morreu, logo cedo, eu ainda menina, meus irmãos pequenos ainda e a minha mãe foi conviver com um cidadão, e esse cidadão não quis ficar com ela e os três filhos, como eu era a do meio, eu fui a selecionada para ir trabalhar logo

¹²Ingressou no movimento das trabalhadoras domésticas na década de 1980 e atualmente é presidente da FENATRAD (Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas).

¹³O documentário é uma parceria da ONU Mulheres, o Fundo das Nações Unidas para Igualdade de Gênero, THEMIS – Gênero Justiça e Direitos Humanos, e FUNDO ELAS, o principal objetivo do projeto é fortalecer os sindicatos de trabalhadoras domésticas e promover, em nível nacional, os novos direitos trabalhistas dessa categoria profissional.

¹⁴ Participante do documentário *Trabalho Doméstico: Construindo Igualdade no Brasil*, no período de gravação do documentário, exerceu a função por cinquenta e quatro anos.

na infância, era como se tirasse uma boca, era uma boca a menos de sustentar. A promessa era que eu fosse para uma casa, onde eu ia brincar com a criança e ia estudar, coisa que não aconteceu. [...] E fui crescendo veio à adolescência, tal e depois chegou a minha idade adulta que eu percebia que os trabalhadores e trabalhadoras tinham direitos, tinham folgas aos domingos, tinham feriados, tinham salários e eu ficava me perguntando por que as domésticas não tinha direito. E foi por isso que eu entrei no movimento das domésticas na década de 1980, eu lembro que a minha família, que era os meus tios, tias, cada vez que eu perdia o emprego por causa do movimento, eles diziam que eu estava perdendo o meu emprego por uma luta que não ia dá em nada. E eu dizia pra eles, um dia vai dá. (OLIVEIRA, 2018).¹⁵

Laudelina de Campos Mello (1904-1991) foi pioneira na reivindicação dos direitos das trabalhadoras domésticas, foi uma mulher periférica e negra, que começou a trabalhar como doméstica aos sete anos, posteriormente se tornou ativista política das lutas contra o racismo e principalmente na luta por direitos do trabalho doméstico, empenhando-se pelo regulamento da profissão, para que fossem atribuídas condições básicas de trabalho digno às domésticas. Comprometida com a luta, fundou em 1936 a primeira associação da categoria das trabalhadoras domésticas do Brasil, a Associação das Empregadas Domésticas de Santos, no estado de São Paulo. Com a efervescência das lutas sociais e políticas na década de 1960, a luta das trabalhadoras domésticas também é impulsionada, resultando na década de 1970 na criação de associações da categoria em alguns estados brasileiros.

Na década de 1960 o movimento buscava a organização da luta coletiva. As trabalhadoras domésticas do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana de Recife na década de 1960 organizam três congressos: o primeiro realizado em 1960, pela Juventude Operária Católica no Rio de Janeiro; o segundo em 1963, na cidade de Recife, reunindo 50 trabalhadoras de três estados nordestinos: Ceará, Paraíba e Pernambuco, o que levou a uma passeata pelas ruas da cidade; e em 1968 o I Congresso Nacional com a participação de nove estados do Brasil, realizado na cidade de São Paulo.

Durante a trajetória do Movimento das Trabalhadoras Domésticas (MTD) fora se construindo conhecimento para a articulação da luta pelo reconhecimento da profissão e por direitos. Bem como, as parcerias estabelecidas com o movimento feminista brasileiro, com entidades do movimento sindical, com o poder executivo, por meio da Secretária de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) e da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e com o poder legislativo, através do apoio de parlamentares aliados. A organização

¹⁵ Participante do documentário *Trabalho Doméstico: Construindo Igualdade no Brasil*, começou a trabalhar desde criança para auxiliar com o sustento financeiro da família, sentindo a injustiça do tratamento dado a categoria de trabalho que pertencia, passa a lutar por direitos se tornando presidente da FENATRAD (Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas).

das empregadas domésticas na Paraíba tem os seus primeiros registros na década de 1980, a partir de relatórios de encontros estaduais e cartilhas informativas.

BARBOSA (2013) constata em sua pesquisa a respeito das trabalhadoras sindicalizadas de João Pessoa que estas são submetidas a um quadro de informalidade, que o trabalho doméstico remunerado ou não das trabalhadoras iniciam na fase da infância, e, que a desvalorização do trabalho doméstico condiz com as discriminações de gênero, classe e raça.

Todavia, dos fatores que dificultam o asseguramento dos direitos das trabalhadoras domésticas é a relação afetiva que ocorre no relacionamento entre patrões e trabalhadoras. Pois, o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, inclui questões objetivas e subjetivas que dificultam a saída das mulheres de um ambiente hostil de trabalho devido às características como: a gratuidade do trabalho que está relacionada ao afeto, a disponibilidade (tempo não definido de trabalho), a servidão e o cuidado. A maior aproximação com a família contratante abre espaço para o discurso de que as trabalhadoras são como um membro da família contratante, o que dificulta para os patrões e para as trabalhadoras identificarem o que é trabalho ou não.

Se tu quer uma pessoa da tua confiança eu acho que no mínimo tu tem que dar as condições pra pessoa trabalhar e ter uma dedicação. [...] Por mais que tu seja de casa, que tu seja amiga, é diferente, a gente ver, eu tenho consciência disso, porque tu pode te dar, te dar com a pessoa, tu pode ter carinho, tudo, mas sempre tem uma coisa que barra, tu pode ir até ali depois dali tu não pode. (DJANIRA CORREA, 2018).

O relato da trabalhadora acima demonstra uma consciência de que a sua profissão carece de direitos trabalhistas e, que por mais que o ambiente e os relacionamentos de trabalho sejam agradáveis, estes não se configuram em um relacionamento familiar, no entanto, muitas trabalhadoras não possuem essa consciência. O depoimento a seguir foi retirado do documentário *Trabalhadoras domésticas* da OIT.

Eu não tinha noção que o que eu fazia era uma profissão digna como qualquer outra. Porque é aquela coisa cultural nossa não é? Eu ouvia o tempo todo: “Você não pode, você não é capaz. Você só presta pra lavar o chão, você não é nada, você não é ninguém”. E isso ficou entranhado dentro de mim. Então tudo aquilo que diziam para mim, eu acreditava. (MILCA MATINS, 2019).¹⁶

¹⁶ Trabalhadora doméstica desde os sete anos de idade, saiu da sua cidade na infância com a proposta de estudar por uma família de classe mais alta, no entanto, se tornou funcionária doméstica da família, sendo responsabilizada pela organização da casa e pelos cuidados com os filhos dos patrões.

Além do discurso de desqualificação das domésticas, enquanto um ser humano de segunda categoria que buscava legitimar a exploração das trabalhadoras, em outros casos a afetividade se configura em um entrave para a asseguarção de direitos.

Segundo BRITES (2007), muitas trabalhadoras permanecem em serviços mal pagos para não perder o contato com a família contratante. O sentimento de afetividade entre a trabalhadora e a família contratante se trata de um ponto bastante sensível correspondente ao trabalho doméstico remunerado. São mulheres que em muitos casos trabalham por anos para uma mesma família, e quando são dispensadas não sabem muito bem quem são distantes daquele papel desempenhado por muito tempo.

Uma das principais consequências na vida de mulheres que exercem essa função é o baixo nível de satisfação no trabalho, frustrações, baixa autoestima e alta prevalência de alcoolismo, depressão e ansiedade. Estudos recentes demonstram que a exploração das horas trabalhadas e a falta de reconhecimento culminam no adoecimento físico e mental das trabalhadoras.

A sociedade diz: o trabalho doméstico não gera lucro para o patrão. Mas a gente diz gera saúde, educação, limpeza, bem estar e repõe a força de trabalho do outro ou da outra trabalhadora que sai para trabalhar e deixa sua casa aos cuidados de uma outra pessoa, que está ali cumprindo com o trabalho, fazendo esse trabalho doméstico.(OLIVEIRA, 2018).¹⁷

Além da afetividade, outro fator que desvaloriza o trabalho doméstico é a sua não classificação como trabalho de fato, mas muitas vezes classificado como uma “ajuda”, uma subcategoria de trabalho que não gera lucro ao empregador. No entanto, como afirma a ativista dos direitos das trabalhadoras domésticas acima, o trabalho doméstico possui uma funcionalidade de extrema importância para o sistema social como conhecemos.

“E o trabalhador doméstico ta estudando, ta evoluindo, ta por dentro da lei e vai brigar pelo seu direito.” (Marilisa Bier, 2018).¹⁸ Observamos que a maioria das trabalhadoras domésticas têm procurado se informar dos seus direitos e reivindicar por eles, mesmo diante de um cenário de trabalho ainda muito problemático de invisibilidade e ausências de direitos.

¹⁷ Creuza Oliveira (presidente da FENATRAD) para o documentário *Trabalho doméstico: Construindo igualdade no Brasil*.

¹⁸ É uma trabalhadora doméstica participante do documentário *Trabalho doméstico: Construindo igualdade no Brasil*. Em sua rotina retratada no documentário, ela acorda muito cedo e deixa os filhos ainda dormindo quando sai para trabalhar, é uma trabalhadora atenta aos seus direitos.

A Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 abriu a possibilidade para que as trabalhadoras domésticas passassem a pagar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como asseguradas facultativas, no entanto, não houve nenhuma iniciativa que assegurasse esse direito. Em 1972 A lei 5.859/1972 garantiu direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas como: carteira de trabalho, vinte dias de férias remuneradas por ano, pagamento do seguro obrigatório da previdência social.

Esta lei promoveu um leve rompimento na mentalidade da sociedade brasileira, que consistia no pensamento de que a categoria já seria bem recompensada por seus serviços em troca de moradia, vestimenta e alimentação. Uma vez que o trabalho doméstico era considerado um auxílio nas tarefas dos patrões. Além de distinguir o trabalhador doméstico e o trabalhador autônomo doméstico.

Todavia, a lei não equiparou os direitos das trabalhadoras domésticas com os direitos dos demais trabalhadores que eram regidos pela Consolidação de Leis do Trabalho (CLT). A lei caracterizava o emprego doméstico como: “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas [...]”.

No período de redemocratização brasileira a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a tratar dos direitos trabalhistas das domésticas, mas também não trouxe a isonomia em relação aos demais trabalhadores, dos trinta e quatro direitos expressos no Artigo 7º, somente nove se aplicavam às trabalhadoras domésticas. Em 1991 o presidente em exercício, Fernando Collor, sancionou a Lei 8.036 que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) aos trabalhadores domésticos. No entanto, nenhuma dessas leis atribuía direitos as trabalhadoras domésticas semelhantes aos demais trabalhadores.

Em 2013 houve a aprovação da PEC (Proposição legislativa destinada a alterar a Constituição Federal) das domésticas.¹⁹ A proposta passou a beneficiar todos os trabalhadores contratados para trabalhar para uma pessoa física ou família, com vínculo a partir de três dias por semana. Os direitos incluídos na PEC são o da obrigatoriedade do FGTS (Fundo de Garantia de tempo de serviço), adicional noturna, pagamento de hora extra em valor no mínimo de cinquenta por cento acima da hora normal, seguro desemprego, garantia de salário mínimo mensal, jornada de quarenta e quatro horas semanais, salário-família, auxílio-creche e o de pagamento da multa de quarenta por cento sobre o saldo do fundo na demissão sem justa causa.

¹⁹ PEC é uma emenda constitucional de modificação da constituição de um Estado, resultando em mudanças pontuais do texto constitucional, as quais são restritas a determinadas matérias.

A aprovação da referida PEC foi um avanço significativo para a categoria, no entanto, a luta das trabalhadoras continua, e um dos pontos principais é o que os direitos instituídos pela PEC sejam respeitados. Em 2020 o ministro da economia no período, Paulo Guedes, em um comentário público sobre o aumento do dólar, afirmou que esse seria um aspecto positivo para o Brasil, pois aumentaria as viagens feitas por brasileiros dentro do próprio país e proferiu a seguinte frase: “empregada doméstica estava indo para a Disney, uma festa danada”. (GUEDES, 2020).

Não temos dúvidas que o impulso do turismo local seria benéfico à economia brasileira e o aumento do dólar seria maléfico naquele contexto a diversos pontos que também afetaria a economia negativamente. No entanto, nos ateremos à frase proferida por Guedes para justificar o seu posicionamento que revela traços problemáticos da nossa cultura, expressando o descontentamento do poder de compra que a classe trabalhadora estava conquistando na época.

O desejo do ministro era o de manter a classe trabalhadora, especialmente as domésticas, no local de exclusão econômica. O que nos revela que os traços estigmatizantes da escravidão sobre os corpos das domésticas ainda são bastantes presentes na nossa cultura, e que apesar de um passado doloroso muitos segmentos sociais continuam se agarrando a ele, para garantir o seu conforto e privilégios.

Concordamos com SOUSA (2017) a respeito da sua análise em relação ao abandono das camadas populares no Brasil, ao interpretar que esta possui relações profundas com a escravidão e o processo paralelo de proletarização e demonização do negro. Após o fim da abolição oficial no Brasil as formas de diferenciação das demais classes aos ex escravos se tornou também simbólica por meio de adornos como vestes, comportamentos e gestos. Para o autor, essa classe passou a ser formada por negros e mestiços de todas as cores, se tornando a classe que carrega o estigma da miséria desprezível do país. “[...] Ela serve às classes incluídas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar o prazer da “superioridade” e do mando; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil.” (SOUSA, 2017, p.71-72).

Ainda segundo o referido autor, os negros haviam deixado a escravidão física para adentrar a escravidão moral, é o que observamos com a continuação da negação de direitos em relação à classe das trabalhadoras domésticas. Portanto, a fala do então ministro da economia demonstra o apego a estas distinções simbólicas e econômicas movida em um período moderno pela conjectura da hierarquia de classes no capitalismo que se estabeleceu no Brasil.

2.1.3 Vozes da resistência: Mergulhando nos discursos das Trabalhadoras Domésticas, quando e o que elas falam?

Imagem 1 – Joyce Fernandes



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/25/preta-rara-para-mim-resistir-e-estar-viva> Acesso em: 19/07/2023.

No final dos anos de 1990 as mídias digitais passaram a influenciar a forma de organização de movimentos sociais. As redes sociais passaram a serem utilizadas com o propósito de reunir em comunidades digitais pessoas com interesses em comum, e como ferramenta de organização de mobilizações sociais, de compartilhamento de conhecimentos e de construção de discursos, através de pedagogias de aprendizagens. A utilização das redes sociais por ativistas, mesmo que tenham como objetivo uma determinada comunidade, faz com que se rompam as fronteiras espaciais devido a sua maior velocidade e expansão.

Já pontuamos importantes ações de movimento das trabalhadoras domésticas, bem como falas de mulheres que trabalharam como domésticas a partir de documentários, mas agora enveredamos pela trajetória de ciberativismo de Joyce Fernandes, que através de uma publicação nas redes sociais de uma situação injusta do período em que trabalhou como doméstica encorajou outras mulheres de todo o Brasil a fazerem o mesmo, rompendo com o silêncio e a invisibilidade de sua vida cotidiana opressiva. Os depoimentos promoveram uma grande repercussão dos depoimentos e deu visibilidade para a situação que as domésticas do Brasil vivenciaram e continuam vivenciando.

Joyce Fernandes nasceu em 1985 na cidade de Santos, no litoral de São Paulo. Aos dezoito anos começou a trabalhar como doméstica e exerceu a profissão por sete anos, no prefácio do livro *Eu, empregada doméstica* ela relata que esse não foi a primeira profissão que buscou ao finalizar o ensino médio, se candidatando a vagas como secretária, vendedora de loja de roupa, recepcionista, entre outros, que conforme o seu relato, poderia ir trabalhar de salto alto e com uma bolsa combinando. Os seus pais se esforçaram para pagar um curso profissionalizante, uma vez que não poderiam custear uma faculdade. Ao sair da escola, sequer sabia da existência da universidade pública e que poderia se candidatar para uma vaga, dessa forma se agarrou a oportunidade do curso profissionalizante.

Comecei a trabalhar em casa de família já não querendo estar naquele lugar, pois a vida inteira percebi como a minha mãe chegava em casa, cansada e às vezes triste. Eu sabia que ela não compartilhava conosco seu dia de trabalho, até porque isso custaria uma tristeza coletiva lá em casa. Desde muito nova eu já acompanhava a minha mãe nas faxinas, e querendo que ela acabasse rápido, ia ajudando nos serviços. Lembro que o único lugar que eu podia sentar era na mesa da cozinha ou na área de serviço. Porém, como sempre fui mega curiosa, questionava a minha mãe dizendo o por que não podia usar o banheiro deles. Minha mãe só falava para eu parar de ser enxerida e ficar quieta. (FERNANDES, 2019, p.20)

Ao finalizar o curso, começou a entregar currículos. Ela relata que se sentia extremamente exausta, pois percorria o centro da cidade de Santos até o bairro Gonzaga entregando currículo, o que se tornou uma rotina extenuante e sem nenhum telefonema de volta. Em muitas das buscas por emprego, teria que escolher entre fazer uma caminhada de uma hora, pagar o valor da passagem e comer algo; ou ir de ônibus e não comer nada. Fernandes afirma que quando passou a entregar o currículo sem foto começou a ser chamada ao menos para uma entrevista. Já cansada por não conseguir emprego e por não conquistar a independência financeira, uma amiga lhe informa que a sua tia estava precisando de alguém para fazer uma limpeza leve três vezes por semana e resolve aceitar a oferta de emprego.

Fui trabalhei naquele lugar, que na primeira semana o serviço era bem leve mesmo. Na segunda semana já estava arrumando dentro do guarda-roupa, descongelando a geladeira. Na terceira semana já estava passando roupa. Quando me dei conta, estava indo todos os dias, fazendo tudo na casa com o salário de que era pra ir três vezes por semana. E assim aconteceu em todas as casas que trabalhei. Combinávamos as tarefas, o horário pra entrar, o horário pra sair, o dia do pagamento, mas minhas patroas nunca cumpriam. Foram sete anos convivendo com pessoas que eu não queria conviver. Pessoas que mataram meus sonhos um pouquinho a cada dia, mesmo elas insistindo que eu era “quase” da família. (FERNANDES, 2019, p. 22)

A ativista Joyce Fernandes faz questão de demonstrar o estigma marcado sobre o seu corpo que possui as suas raízes no período colonial, onde a população nativa e negra foi submetida a um sistema violento de escravidão. E que mesmo após a abolição legal da escravidão, esses povos permaneceram desamparados pelo Estado, uma vez que não lhes foram dadas às condições para a inserção no mercado de trabalho formal, conforme podemos perceber também em sua poesia:

Nas pequenas historietas da vida
Venho recitar as minhas rimas
No sol nascente em Santos
Me preparo para tomar um banho
Sempre disposta a não me render aos encantos

De que...Esperar em Deus
Vai melhorar...
Quem acredita sempre alcança...
Nem acredito!
Logo perco as esperanças

Mas, na labuta diária
Eu sei quem sofre
Lavo louça, roupa, faço comida
Meu salário acaba igual essa correria

Estuda menina
Era o que me diziam
Estudei, mas estou aqui
Eu não entendo

Oportunidade de serviços
Tive um monte
Cozinheira, doméstica, babá, passadeira...
Por que que não me contratam no shopping?
Eu não entendo...

Esforcei-me tanto para pagar um curso de secretaria
E nunca entrei em um escritório
Opa! Desculpa!
Cometi um erro
Já entrei sim!
Para arrumar tudo e lavar o banheiro.

Os dias voam
Os meses passam
E os anos se vão
E eu aqui na mesma situação:
D.O.M.É.S.T.I.C.A

Se fosse por opção
Tudo bem
Tenho várias amigas
Que já se conformaram, mas
Eu não!
Eu necessito sair dessa condição

Quero conquistar outros ares
Me encaixar no mercado de trabalho

Por favor, moço
Me dê uma chance
O Sr. Não irá se arrepender
E ele me disse: “tudo bem.”
A senhora vire à esquerda
Entre naquele quartinho apertado
Que a vassoura está a sua espera
Seja bem-vinda.

Posteriormente, Joyce Fernandes ingressou na Universidade Católica de Santos, no curso de História, ela relatou que enquanto estagiava no Movimento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos foi confundida como a “tia da limpeza”. Episódios como esse que Fernandes retrata em seu livro, demonstram quais os corpos são destinados a realizar quais tipos de trabalho em nossa sociedade.

Quando já lecionava no Colégio Exemplo em São Vicente e também atuando como rapper, enquanto contemplava um momento de realização de sonhos em sua casa próximo à praia, passou a revisitar as memórias do seu passado como doméstica e resolveu fazer um post em seu perfil do Facebook retratando a sua última experiência como doméstica com a hashtag *Eu empregada doméstica* e pediu para as pessoas que tivessem ou tiveram experiências parecidas escrevessem e a marcassem na rede social utilizando a mesma hashtag. E em menos de vinte e quatro horas, em 19 de julho de 2016 o post havia viralizado no Brasil. Fernandes resolveu criar a página *Eu, empregada doméstica* para postar os demais relatos que havia recebido.

Em menos de três dias da viralização do seu relato nas redes sociais, Fernandes foi convidada para participar de programas televisivos de alto alcance no País de alto alcance, o que a deu ainda mais visibilidade e, acabou chamando atenção também da mídia internacional, a exemplo da Revista “M”, do jornal francês *Le Monde*, nesses veículos de comunicação a trajetória de Joyce Fernandes foi retratada, bem como alguns dos testemunhos publicados em sua página por outras mulheres.

Um dos motivos de que a pauta levantada por Fernandes tenha chamado a atenção da mídia internacional é o caráter particular do trabalho doméstico no Brasil, pois além de ser o país com maior número de trabalhadoras domésticas do mundo, existe um aspecto bastante comum de exploração dessas trabalhadoras, que em muitas situações são contratadas para executar diferentes trabalhos, encarando uma longa jornada de trabalho que não possui horário fixo para iniciar ou finalizá-lo, conforme podemos perceber através dos relatos de Fernandes.

Então fui estudando e pesquisando quem chegou antes de mim, pois sabia que a mídia trataria aquilo como algo inovador, como se eu fosse a primeira a falar sobre o assunto e, infelizmente, invisibilizando quem já estava na luta a anos. Dito e feito. Três dias depois eu estava no programa da Fátima Bernardes, e fiz questão de falar o nome de algumas dessas mulheres, e afirmar que eu não estava fazendo algo novo, mas sim postando nas redes sociais para que outras pessoas conhecessem o que a maioria fingia não ver. Aliás, eram relatos das condições precárias que vivenciávamos dentro das casas, do nosso ambiente de trabalho. (FERNANDES, 2019, p. 27).

Após a visibilização da pauta nas diferentes formas de comunicação, em conjunto com o Coletivo ComunaDeusa e do Observatório dos Direitos e Cidadania da Mulher Fernandes lançou o *Guia de Direitos das Trabalhadoras Domésticas*. Foi convidada a visitar diferentes lugares do País, assim como, para visitar outros países para falar a situação das domésticas no Brasil. Lançou o projeto *Guia* em Salvador e Cubatão - SP que contava com oficinas de autocuidado, palestras e a presença de profissionais da saúde. Se tornou também garota propaganda de um aplicativo que busca auxiliar as trabalhadoras domésticas a respeito dos seus direitos, e foi convidada para fazer uma palestra para o Tedx SP. Nas palavras de Fernandes a respeito do trabalho doméstico:

Porque ser empregada doméstica não é apenas limpar, mas é sim servir. É ser alguém inferior já está no imaginário coletivo da elite brasileira. É necessário romper os laços dessa profissão que, infelizmente, ainda é um grande resquício de uma abolição não conclusa. Romper esses laços é um grande ato político. (FERNANDES, 2019, p.28).

Atualmente a página articula um discurso de defesa dos direitos trabalhistas e humanos das domésticas do Brasil, por meio do ciberativismo, alcançando inúmeras pessoas, contando com 161.323 seguidores no Facebook e 31,7 seguidores no Instagram. Na página podemos ter acesso aos relatos de experiências de trabalho das trabalhadoras domésticas, ofertas de trabalho doméstico abusivas e, explicações a respeito dos direitos trabalhistas das domésticas.

Além das publicações nas redes sociais, Fernandes selecionou relatos inéditos que recebeu por e-mail para compor o livro *Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*, que foi publicado pela editora Letramento em 2019. Os relatos foram publicados sem nenhum tipo de edição, segundo a autora, essa escolha ocorreu com o intuito de dar voz a essas mulheres. Ainda sobre o trabalho doméstico Joyce Fernandes afirma:

Hoje posso dizer que na minha família eu fui a última mulher preta a ser empregada doméstica, e que fico muito feliz em saber que minhas irmãs e primas não passarão

pelo que eu, minha avó, mãe e tias passaram. O trabalho doméstico, como muitos dizem por aí, é um trabalho como qualquer outro, porém eu não conheço ninguém que deseje isso para os seus filhos. (FERNANDES, 2019, p. 29).

Atualmente Joyce Fernandes atua como escritora, apresentadora, rapper, modelo plus size, poetisa, empresária e criadora de conteúdo para as redes sociais. Nas redes sociais é chamada de Preta Rara, nome artístico que adotou a partir do apelido que ganhou da mãe por gostar de coisas não convencionais para meninas, como jogar futebol, escalar muros e escrever rimas.

Ao compartilhar as suas memórias, Joyce Fernandes desencadeou a construção de uma comunidade cibernética, promovendo uma rede de apoio e de ativismo digital, como uma forma de denúncia ao expor por meio de relatos, em sua maioria anônima, da situação de vulnerabilidade que as trabalhadoras eram submetidas, com o intuito de gerar modificações sociais que beneficiem as trabalhadoras.²⁰

Analisaremos a seguir, alguns dos depoimentos presentes no livro *Eu, empregada doméstica* e também outros depoimentos publicados nas redes sociais (Instagram e Facebook) da página criada por Joyce Fernandes com o mesmo título do livro com para ter acesso às vozes de outras trabalhadoras domésticas e as nuances do trabalho doméstico no Brasil.

As formações discursivas presentes no livro *Eu, empregada doméstica* e são produtoras de sentido são: a trabalhadora doméstica humilhada corresponde a 50% dos relatos, a trabalhadora doméstica explorada 20, 61% dos relatos, a trabalhadora doméstica assediada 12,27% dos relatos, a trabalhadora doméstica supostamente desonesta 11, 63% dos relatos e a trabalhadora doméstica respeitada 5,86% dos relatos. Nos depoimentos podemos perceber estas diferentes formações discursivas em um só relato.

2.1.4 “Que senhor quer perder seu escravo, não é?”: Relatos sobre a exploração e opressão em meio ao trabalho doméstico

O trabalho doméstico no Brasil tem profunda relação com o sistema escravocrata implementado no processo de colonização por Portugal, uma vez que as mulheres negras eram trazidas do continente africano para trabalhar nas lavouras, mas também nas casas dos senhores como mucamas ou amas de leite. Com o fim da escravidão, essas mulheres passaram a atuar

²⁰ Esse fato ocorre porque na conjuntura atual do Brasil, embora as domésticas tenham conquistado alguns direitos trabalhistas, a maioria delas não tem os seus direitos respeitados, executando o seu trabalho ainda com base na informalidade.

em sua maioria como trabalhadoras domésticas, bem como as imigrantes europeias que não possuíam grande poder aquisitivo.

Em uma sociedade marcada pelos valores da escravidão, com o Brasil, que fora o último a abolir o sistema da escravidão, as aparelhagens de discriminação, de exclusão e de preconceito são profundas e complexas. Em que é perceptível através do estigma disseminado na sociedade brasileira a respeito do trabalho doméstico, exercido de forma majoritária por mulheres, pobres e negras, agentes marginalizados no decorrer da nossa história. Os estigmas aplicados a esses agentes fora se transmutando, transformando-se e se mantendo presente na sociedade com outras roupagens.

O patriarcado e o racismo estrutural gravam suas marcas nos corpos femininos e relega o seu trabalho à subalternidade em um sistema capitalista e opressor, esses elementos possuem a capacidade de marcar sobre seus corpos processos de profunda violência, a exemplo da escravidão colonial, assumindo efeitos simbólicos que perduram ao longo dos tempos, em que as mulheres parecem estar condenadas a subordinação econômica e cultural.

Tenho uma avó que trabalhou cerca de 20 ou 30 anos para uma mesma família como empregada doméstica.

Acompanho os relatos e resolvi compartilhar com vocês um dos muitos que a minha avó me contou.

Precisando alimentar os nove filhos deixados com a mãe lá em Itabera-BA, minha avó veio a São Paulo trabalhar para poder sustentá-los financeiramente.

A esta família ela prestava todos os serviços possíveis, desde limpeza à culinária (onde se destacou).

Em uma certa feita, sua patroa lhe mandou limpar a cozinha e ela limpou. Ela me enfatizou que limpou demais, que passou a noite inteira no mesmo serviço pra que saísse do jeito que ela aprendeu a fazer. Quando terminou, disse que havia terminado e já estava imaginando descansar (ela dormia na casa), quando sua patroa entrou no cômodo e lhe questionou se ela havia terminado mesmo. Ela então lhe afirmou que sim e a patroa lhe disse “Então continue até que seu rosto apareça no reflexo do azulejo” então não a deixou descansar e ela retornou ao serviço que passara a noite inteira fazendo.

Ao se demitir do serviço anos mais tarde, a patroa não aceitou a despedida e forjou roubos na casa para que ela saísse como criminosa aliás, que senhor quer perder seu escravo, não é?). Minha avó processou e ganhou a causa. (RARA, 2019, p.59 - 60).

Uma peculiaridade do trabalho doméstico no Brasil é a contratação de uma pessoa para desempenhar diversas funções em uma casa, pois dessa forma é mais econômico para a família contratante pagar apenas um salário a uma única pessoa, que por sua vez será submetida a uma rotina de trabalho extenuante, por um salário insuficiente para arcar com o seu próprio custo de vida. Possuir os serviços de uma trabalhadora doméstica é uma espécie de luxo barato, bem como ostentar que tem uma funcionária doméstica, pois remete aos valores da elite colonial que possuía muitos trabalhadores domésticos como um símbolo de riqueza.

É possível encontrar casos recorrentes de mulheres contratadas para realizar as tarefas domésticas de limpeza, fazer comida e serem babás ao mesmo tempo, recebendo um salário irrisório para realizar estas funções. Estas são tarefas consideradas complementares e fortemente atribuídas à essência feminina, é possível que por esse motivo tenha se constituído o hábito de atribuir todas essas tarefas a uma mesma funcionária, somadas ao fato da vulnerabilidade social e trabalhista que as domésticas estiveram submetidas. São muitos os casos de mulheres que viveram no trabalho longe dos filhos, para poder enviarem-lhes uma quantia de dinheiro para o sustento deles, não puderam participar diretamente do crescimento dos próprios filhos, mas cuidaram e acompanharam o crescimento dos filhos dos patrões.

O trabalho doméstico consiste em uma ocupação em que não há uma definição de tarefas fixas e de horários, não havendo horário para iniciar e finalizar o trabalho além de ser bastante comum que essas mulheres trabalhem no fim de semana, durmam no trabalho, o que dificulta o limite de quando estão trabalhando ou não.

Além disso, podemos observar no depoimento, que o trabalho doméstico é considerado algo humilhante e uma tarefa desvalorizada e por esse motivo os patrões imersos em uma cultura com traços escravocratas humilham e exploram uma categoria de trabalhadoras que não detém de direitos legais, quando a patroa exige que a trabalhadora retorne ao trabalho que já havia sido finalizado, até que ela veja o seu reflexo no chão.

Sou neta da Dona M. que trabalhou desde os 7 anos de idade.

Ela trabalhou como empregada doméstica em uma casa por mais de 35 anos (foi contratada como cozinheira, mas quando chegou lá...)

Todos esses anos dedicando todo seu tempo ao trabalho, “deixando de lado” seus filhos (não porque ela queria mas porque precisava trabalhar)

Ela falava que o patrão dela “deu” um terreno (com uma casa de dois cômodos, na época era um bairro afastado, com brejo na parte de trás) a ela. Mas ela não notou que era mais lucro para ele fazer isso quedar o dinheiro de uma época em que minha avó passou 20 anos sem ganhar férias nenhuma. Sendo que durante um ano a patroa cobrou aluguel da minha avó sem que seu marido soubesse.

Há algum tempo esse patrão visitou a casa da minha avó e ficou com um olhar de surpreso, quando chegou em casa passou mal. Minha avó disse que foi remorso. “Remorso porque ele achou que com aquele “belo salário” (como ele dizia) eu tinha uma casa “arrumadinha”, mas ele não contava com chão de cimento, paredes de reboco, lençol no lugar de portas. Ele ta acostumado com luxo”, disse minha avó.

A patroa sempre dava presentinhos pra família, mas quando minha avó ia falar dos seus direitos, dizia que só valia para as empregadas mais novas que estavam entrando agora.

Quando eu falei para minha avó da vontade de fazer um curso de inglês, ela disse para a patroa que precisava de um ajuste no salário dela, pois não estava recebendo conforme seus direitos. A patroa resolveu pagar a escola para mim (era muito mais barato que pagar os direitos da minha avó).

Lembro-me quando minha avó pintava o cabelo e me pedia para fazer chapinha, o seu rosto luminoso quando se olhava no espelho e resgatava sua vaidade, pois não tinha

tempo para isso. E quando chegava em casa, ela vinha se queixando que a patroa colocou algum defeito em sua aparência, “não gostava da cor do cabelo”...

Quando cheguei com a notícia que tinha passado em um vestibular minha avó e mãe se encheram de alegria (mesmo elas trabalhando como empregada e passando por poucas e boas, preferiram me colocar em escola particular na infância para que eu pudesse ter um “melhor aprendizado”, como diziam. A patroa achava um absurdo eu em escola particular). Minha avó contou para sua patroa e a reação foi: “haa mas tem futuro isso que ela escolheu?”. Toda vez que eu chegava no emprego da minha avó e se “faculdade” fosse o assunto, a patroa fazia questão de dizer como os seus netos estudaram nas melhores faculdades, nas mais caras e como eram bem sucedidos, mas ela sempre me questionava se eu ia aguentar pagar a faculdade, se dava dinheiro, se eu havia escolhido o curso certo e se já havia arrumado um emprego para fora da faculdade. Minha avó dizia para eu não ligar para tudo isso, porque “ela achava que neta de empregada e de preta não pode estudar, só trabalhar, por isso eu esfrego na cara dela mesmo. Eu me mato de trabalhar, mas você vai estudar e não vai servir a eles”.

Sempre que minha avó caía, se machucava no serviço ou sentia alguma dor a patroa queria alto medica-la, “não era nada” (minha avó já trabalhou até de braço quebrado), ela tinha que ir trabalhar até quando os patrões estavam viajando, para cuidar das plantas da casa (sendo que uma outra empregada deles morava lá) E quando minha avó faltava era pelo menos duas ligações ao dia.

E nisso ela continuou seguindo...Sofrendo com chantagens emocionais da patroa e ganhando migalhas para ficar quieta.

Uns dos últimos dias da minha avó nessa casa, houve o desaparecimento de uma bolsa em que a patroa guardava dinheiro, e minha avó ficou magoada com a possibilidade de certas insinuações serem para ela (ela achou a bolsa, “tinha esquecido onde tinha guardado”). Até que minha avó descobriu que tinha um problema grave e irreversível no coração, foram visitar ela no hospital uma vez, e quando souberam que ela não poderia voltar a trabalhar, não foram mais. Minha mãe entrou em seu lugar no emprego como empregada doméstica, pois eles não queriam “gente doente” na casa deles (essas foram as palavras) mas minha mãe não agüentou a se submeter a aquelas humilhações.

Ela dizia que eles falavam mal da minha avó para ela, que sempre falavam dela como “barraqueira”, briguenta...Até que um dia minha mãe disse que ia deixar o emprego para que pudesse cuidar da minha avó, e a resposta deles? “Meus pêsames”. Eles pediram para minha mãe pegar o dinheiro dela, mas ela não aceitou, então a patroa segurou a mão da minha mãe e o patrão colocou o dinheiro nos seios dela, enquanto ela dizia que tinha orgulho mãe e que não era igual a alguns filhos que só ia atrás dos pais por dinheiro. Eu sei porque estava presente nesse dia, fiquei sem reação e vi minha mãe sair chorando daquela casa, se sentindo humilhada.

Finalmente minha avó colocou eles na justiça.

Foi o advogado dele e uma funcionária de sua empresa (sendo que ela trabalhava na casa dele, não na empresa), lá eles humilharam minha avó dizendo que “deram” muita coisa pra ela...Enfim, minha avó humilhada e com o valor que não chegava a ser nem a metade dos direitos que ela teria de receber (pela justiça ela só ganharia de acordo com o tempo que a lei atual das empregadas começou a agir. Ela perdeu uns 30 anos de direito).

Tudo isso que contei foi só parte de muitas situações humilhantes que minha avó já passou, eu sentia que ela era como uma escrava, as vezes até ia trabalhar na casa dos parentes dos patrões (nem mencionei as experiências horríveis da minha mãe que trabalhou para os parentes deles também).

Me dói o coração ao ver as lágrimas em seus olhos quando ela conta a alguém as humilhações que passou nesse emprego, a dedicação que teve e como foi tratada como lixo e jogada fora por aquelas pessoas.

Pelo menos hoje ela tem tempo para a família e o mais importante: para ela mesma. (RARA, 2019, p. 82-83-84).

Ser trabalhadora doméstica no Brasil é dedicar a sua vida quase que por completo ao trabalho, pois não resta muito tempo para si ou para a sua família. São responsabilizadas por

realizar todas as tarefas no interior das residências, a trabalhadora se adapta a sobrecarga de funções por não possuir muitas oportunidades de trabalho distantes dessa realidade.

O trabalho doméstico é envolto por “boas ações” dos patrões como a prática de presentear, seja com utensílios de vestimentas, comidas ou como no caso acima a “doação” de um terreno, estas práticas permite que os patrões sejam tidos como bem feitores, “pessoas boas”, as quais não podem ser desapontadas pelos funcionários, pois significaria um ato de ingratidão.

Mas essas práticas dificultam o acesso das trabalhadoras aos seus direitos legais, no caso acima a “doação de terras” pelos patrões significou a negação do pagamento do salário de férias da trabalhadora. A elite brasileira acredita que as migalhas que distribuem aqueles que lhes prestam serviço, especialmente as domésticas, situação trabalhista aqui analisada, é mais do que o suficiente pelo trabalho árduo e, alguns deles podem ficar surpresos ao perceber que o valor atribuído a esse trabalho não permite que essas pessoas usufruam de uma vida humanamente digna.

Nos deparamos com um depoimento de uma pessoa que teve de certa forma a sua vida roubada por pessoas que queriam sugar a sua existência completamente, até mesmo a estima que sentia por si mesma, a luz que irradiava em seu rosto no momento em que dedicava um momento para cuidar de si própria, era apagado com os comentários opressores da patroa. Conforme SILVA (2008), as mulheres que continuaram a exercer as tarefas domésticas na modernidade costumam serem os corpos femininos que não se vêem no espelho, que têm a sua individualidade comprometida se tornando uma extensão do outro.

Além disso, o sistema trabalhista explorador e opressor em torno do trabalho doméstico dificultam a saída dessas mulheres desse posto, no Brasil podemos nos deparar com gerações de famílias de trabalhadoras domésticas, quando uma geração rompe com esse ciclo é motivo de alegria e celebração, por ser um trabalho ligado a informalidade e a falta de instrução, e que também é censurado e criticado pela maior parte da elite econômica do País, conforme podemos observar no depoimento acima.

Pois é um trabalho que bebe nas terríveis águas da escravidão colonial, em que as trabalhadoras possuem extrema dificuldade de asseguarção dos seus direitos, inclusive em casos de acidente de trabalho, já que um braço quebrado para os patrões que enxergam no corpo da trabalhadora apenas como mão de obra barata do seu trabalho algo a ser explorado profundamente até não servir mais, não seria algo importante que limitasse a execução do seu trabalho.

Quando não servem mais, pois são afetadas por alguma doença como no caso acima, são descartadas. A filha que assume a função da mãe ouviu os patrões falando mal da sua mãe, e que também é tratada como um ser inferior e descartável que pode ser descartado completamente a qualquer momento.

O auxílio financeiro para o tratamento de doenças é um recurso importante para a segurança dos trabalhadores e é viabilizado no Brasil pelo INSS, o que não ocorre para a maioria das trabalhadoras domésticas do período estudado que não eram contempladas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e por não possuírem a carteira assinada devido ao caráter predominante de informalidade que norteia essa categoria de trabalho no período estudado, bem como, a falta de direitos assegurados na aposentadoria.

Minha mãe começou a trabalhar de doméstica aos 8 anos de idade, o primeiro “emprego” foi cuidando de uma bebê, descobri essa história pois essa “bebê” se tornou minha professora e a mesma tentava humilhar a todos gratuitamente, lembro que eu reclamava muito da forma que ela tratava a turma e vivia me queixando disso, contei pra minha mãe quem era ela, minha mãe a reconheceu e me contou que havia sido babá dela. Isso me partiu o coração. Minha mãe era uma criança, será que ninguém se dava conta desse absurdo?

Depois desse emprego minha mãe começou a trabalhar numa casa de família, passava meses sem ver a mim e meus irmãos, em 2010 essa família faliu e minha mãe não teve direito a receber nada, nadinha mesmo. Minha mãe não fala sobre como era tratada, mas conhecendo um pouco dos ex-patrões dava para ter noção, e hoje vendo minha mãe eu sei que ela passou por muitos abusos pois ela é uma mulher de semblante muito sofrido, e agora aos 56 anos voltou a estudar e a se redescobrir como ser humano!

Vou deixar o relato da minha tia.

Ela era doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com minha tia. Quando o pessoal da vizinhança começou a achar minha tia, a empregadinha, mais bonita que a filha da patroa, ela cortou o cabelo da minha tia a força, a proibiu de usar qualquer acessório e começou a tratá-la com pronomes masculinos.

Tiveram meses que o pagamento foi feito com chinelas havaianas, porque sandálias também foram proibidas.

Ela não consegue falar o nome da patroa de tanta raiva, foi em Mauá-SP, nos anos 90. (RARA, 2019, 101-102).

A prática elitista de maltratar aqueles a quem considera inferiores socialmente também é evidenciada nesse relato. Observamos também a experiência de doação que a trabalhadora doméstica foi submetida onde passava meses sem ver os filhos, e quando a família que havia a contratado faliu a trabalhadora não recebeu os seus direitos trabalhistas.

Sobre os acontecimentos a respeito da tia da depoente é perceptível o quanto é profundo o sentimento de apropriação dos corpos dessas trabalhadoras, onde a doméstica tem o seu cabelo cortado, é obrigada a não usar acessórios de vestimenta femininos e passou a ser tratada por pronomes masculinos, pois não era tolerado que ela tivesse traços que consoassem com o padrão de beleza social, sendo considerada até mesmo mais bonita que a filha da patroa.

A tia de minha avó foi empregada doméstica quando tinha 20 e poucos anos, agora tem 70. Durante os anos em que trabalhou, sofreu vários tipos de coisas e viu acontecer inúmeras com suas colegas de trabalho. Uma dessas coisas ela sempre conta para nós, que não foi com ela, mas com uma babá que trabalhava com a cunhada de sua patroa. Isso aconteceu em Candelária, cidade pequena no Rio Grande do Sul. Os patrões dela e da babá, iam todo final de semana para um sítio, e elas tinham que ir junto, claro. Porém um dia, a babá foi liberada pela patroa dela, ela disse que não iria precisar de sua ajuda e que poderia ir para casa, entretanto a patroa da tia (vou chamar de B.V) não gostou nada disso e falou:

- Onde tu ta indo? Quem é que disse que tu pode ir embora?

A guria respondeu:

- Minha patroa disse que posso ir pra casa, que não vai precisar de mim.

-Mas nem pensar, pode entrar no carro que tu vai junto pro sítio e eu to mandando.

Como a patroa dela havia dito que podia ir pra casa, ela saiu correndo sem saber o que fazer e a B.V foi atrás, deu um tapa na cara da guria e teria batido mais se o marido não tivesse segurado, dizendo para deixar a menina em paz.

Isso que B.V nem era patroa da guria, pensem o que teria acontecido com a tia de minha vó caso ela recusasse ir junto. É assustador. (RARA, 2019, p.195-196).

Há um determinado posto e funções a ser desempenhado por determinados corpos no âmbito social, nesse depoimento vemos a inconformação de uma patroa diante da decisão da outra patroa de liberar a sua funcionária em um dos dias de trabalho e agride a funcionária que exerce o posto de babá, que por sua vez, movida por coragem e desespero havia saído correndo quando a patroa exige que a funcionária volte ao seu posto. Qualquer ato que por menor que seja rompa com o hábito cotidiano e explorador daquelas que são consideradas subumanas é violentamente repreendido, bem como a necessidade da elite de exercer poder sobre os demais e de ostentar a sua posição social.

Minha família por parte de mãe é branca. Saiu da zona Rural e foi para o sítio). É um “povo pobre mais limpinho”, tinha terra, são brancos e conseguiram minimamente ir para as cidades, cursar faculdade e trabalhar em empregos “dignos” como diriam. A irmã mais velha da minha mãe é uma senhora “digníssima” em Campina Grande na Paraíba, severa, teve um casamento bom, segundo minha família. Eu não sei bem a história, mas posso pesquisar. Ela “pegou” uma moça para trabalhar na casa dela, a moça saiu possivelmente da cidade, ou perto do sítio, não sei, mas na Paraíba, ela não tinha documentos e passou muito tempo da vida sem ter, ou talvez nem tenha... Ela é negra, deve ter seus 50 anos, trabalhou a vida inteira na casa dessa minha tia. E ainda deve estar por lá. (Eu não sei muito porque sou filha de mãe solteira e ela desprezou a irmã e eu tenho pouco contato, só sei histórias pela metade). Ela não tem contato com a família, não viaja, mora na casa dessa minha tia, nunca namorou, não teve filho ou vida própria, a vida dela foi isso/ está sendo (quem comentou isso foi uma outra tia a muito tempo atrás). Minha família não é rica nem cheia de privilégios, mas se acham uns pobres lascados. Ninguém nunca falou nada sobre o encarceramento que a irmã fez com a moça, que hoje é uma senhora. Eu posso saber mais dessa história, o que posso fazer para denunciar? Você conhece casos assim? Eu tb não tenho todas as informações... (RARA, 2019, p. 91-92).

O fato que ocorre na Paraíba, nordeste brasileiro, demonstra o quão opressor é o trabalho doméstico no Brasil, onde uma trabalhadora doméstica foi submetida a cárcere privado, ela se encontrava em extrema vulnerabilidade social não possuindo sequer os seus documentos que

a identificam como cidadã brasileira. Ao longo da sua vida não pôde ter acesso a experiências como se relacionar com outras pessoas ou mesmo ter contato com a família, não teve “vida própria”. O trabalho doméstico no Brasil requer doação completa ou uma grande quantidade de tempo da vida da trabalhadora, apenas a sua mão de obra não é satisfatória para a maioria das famílias contratantes.

Sou S.O., filha primogênita da T. V., hoje com 56 anos. Ela trabalhou a vida inteira como doméstica e criou a mim e às minhas duas irmãs assim.

Quando ela ficou grávida de mim, em 1984, ela tinha 24 anos e já era doméstica há oito. Os exames davam negativo, mas mesmo assim ela sabia que estava esperando um bebê.

Ao relatar isso para a patroa, a patroa ofereceu a ela um “comprimidinho” para “ajudar os resultados dos exames a darem positivo”.

Alguma coisa dentro da minha mãe a alertou a não tomar o comprimido. Só depois ela descobriu que aquele era um remédio abortivo, afinal, a patroa não queria uma empregada grávida fazendo corpo mole no serviço.

Essa história sempre me doeu muito, pois era a minha vida ali em jogo, e minha mãe me queria loucamente na vida dela. Eu poderia simplesmente nem existir porque esse era o desejo de quem a explorava com sobrecarga de tarefas e dias inteiros de trabalho sem descanso. Não era um desejo dela, mas de quem achava ter soberania sobre o corpo e a vontade dela. (RARA, 2019, p.94).

Os padrões usam a falta de instruções das trabalhadoras como uma forma de exercer poder sobre os seus corpos, oferecer uma medicação abortiva à trabalhadora por não desejar que ela estivesse grávida, o que significaria alterações em relação ao trabalho, o que não era algo aceito pela patroa. Fatos como esse, demonstram o sentimento de soberania que os padrões têm em relação às trabalhadoras domésticas, em que qualquer empecilho que dificulte a exploração e sobrecarga desses corpos devem ser removidos de qualquer maneira.

Trabalhei em uma casa em SP 1998, onde os filhos da patroa usavam drogas e a patroa dona Ana sempre acusava nós as empregadas (2 pessoas) de roubar dinheiro dela sendo que os filhos que roubavam.

Um dia quando uma das amigas dela foram fazer uma visita um dos filhos falou bem alto para nós ouvirmos: Que ela sempre falava para as amigas não esquecer a bolsa na sala para as empregadas não roubarem.

Depois disso ela veio falar em chamar a polícia quando outro dinheiro havia sumido eu peguei e falei estão chama dona Ana chama e eu só vou ir pra casa quando achar esse dinheiro pode revirar a minha bolsa toda. Nunca mais ela falou em chamar a polícia. (RARA, 2019, p. 153).

Embora, a presença dessas mulheres periféricas e em sua maioria negras, seja algo a ser tolerado pela elite, pois executam o trabalho que as demais se recusam a executar, elas são considerada as inimigas, aquelas que não podem conter a inveja sobre aquilo que não podem ter seja dinheiro ou objetos de valor, são levadas a cometer furtos. Elas são sempre as principais suspeitas por não pertencer àquele ambiente.

Minha mãe trabalha em uma casa há mais de 30 anos. Nessa casa a mulher era maravilhosa no começo, ela parece ser bipolar, a mesma hora que ela trata minha mãe bem ela trata mal. Desde que minha mãe começou lá, ela nunca deixou minha mãe dar o preço da faxina, ela que tinha que escolher quanto tinha que pagar (e a casa da mulher é grande em). As outras casas a minha mãe que cobra, e as mulheres não reclamam né. Nessa casa ela paga a minha mãe 150 e a passagem, e ela fala que ta ótimo esse preço. Minha mãe trabalha desde dos 14 anos, e até agora ela está aqui. Minha mãe não tem vergonha do que trabalha, ela tem vergonha para quem trabalha. (RARA, 2020).

O depoimento acima foi retirado da página do Instagram *Eu, empregada doméstica* que também é monitorado por Joyce Fernandes (Preta Rara). O depoimento retrata um relacionamento abusivo de trabalho, no início a trabalhadora possuía um bom relacionamento com a patroa, em seguida esse relacionamento passa por oscilações em relação a sua agradabilidade. Mesmo tendo que limpar uma casa grande, não é a trabalhadora que estipula o preço do seu trabalho como é o esperado que ocorra, mas é a contratante que atribui o valor que julga ser o suficiente. Essa prática desqualifica o trabalho da doméstica que tem o seu trabalho e o seu valor como trabalhadora reduzido, além disso, a prática da patroa atribuir o valor que julga ser o merecido é uma forma de não se submeter aos direitos das trabalhadoras domésticas, portanto, é uma forma de resistir com o processo de exploração e opressão das domésticas.

O conto *A Paixão Segundo G.H.* publicado em 1964, pela autora Clarice Lispector, narra sensações de uma mulher abastada ao entrar no quarto da sua funcionária doméstica pela primeira vez, que fora demitida instante antes. G.H observa todos os elementos presentes no quarto, e por meio de uma epifania percebe a presença de Janair no cômodo insalubre, a doméstica, como que pela primeira vez. Em um ato chocante G.H. devora uma barata que observa no quarto. Alguns estudos sobre a obra concluem que G.H associa a barata a Janair, e o gesto de comer a barata é um ato simbólico, de busca de integração da essência da doméstica em G.H. O conto faz alusão ao abismo que separa dois mundos, e retrata as domésticas como seres invisíveis, estrangeiros e silenciados. “Arrepiei-me ao descobrir que até agora eu não havia percebido que aquela mulher era uma invisível”. (LISPECTOR, 1964)

As cuidadoras são sempre aquelas mulheres desqualificadas socialmente, em todo cenário da história de corpos civilizados, isso é o que eu percebi nas minhas análises. Na história da Europa e do Brasil, quem assumiu o lugar de cuidadora de crianças? As amas de leite, as freiras das rodas de expostos, as empregadas domésticas, as irmãs solteiras, as ditas vitalinas que não têm vida própria, as mães domésticas e as avós e bisavós. Corpos cuidadores e ausência de individualidade, corpos cuidadores e domesticidade, corpos cuidadores e ausência de vida pública, corpos cuidadores e estado de invisibilidade social. Esses duetos imprimiram a esses corpos uma marca de marginalidade e desimportância, e conseqüentemente aos corpos por estes cuidados também. Ambos são corpos rejeitados por excelência, pelos corpos civilizados e públicos. (SILVA, 2008, p. 232-233).

A invisibilidade das vidas que foram colocadas as margens, que exerciam um trabalho desqualificado socialmente, mas de extrema importância para o funcionamento da sociedade burguesa. Estes corpos invisíveis e silenciados foram os que assumiram as tarefas domésticas dos corpos que passaram a exercer a vida pública, no caso aqui analisado das mulheres abastadas que relegaram as suas tarefas domésticas para as mulheres das camadas populares, responsabilizadas por múltiplas funções na casa dos empregadores, como limpar, cuidar dos filhos dos patrões, cozinhar, etc. E que em muitos casos responsáveis também por realizar as tarefas domésticas na sua própria residência, incluindo as tarefas de cuidado com os próprios filhos. São mulheres sobrecarregadas pelo trabalho, pelo estado de servir aos outros.

2.1.5 “achando que ‘era isso que ela queria’.”: O assédio sexual vivenciado pelas trabalhadoras domésticas:

A sexualidade feminina está relacionada também a uma categoria de propriedade privada. Em uma sociedade patriarcal como o Brasil do período estudado, a sexualidade das mulheres casadas, sejam elas abastadas ou pertencentes às camadas populares pertenciam aos maridos e eram consideradas moralmente como mulheres honradas, mas as mulheres “abandonadas” pelo marido, principalmente as mulheres das camadas populares que geralmente não conseguiam seguir as regras morais impostas pela burguesia eram consideradas mulheres de moral duvidosa.

As domésticas, uma vez que eram consideradas propriedades dos patrões, é presumível por eles que a sexualidade delas também os pertenciam, o que justifica o número de casos de relações sexuais com as domésticas sem o consentimento destas. É ainda mais problemático em relação à moral que impunha que as mulheres não tivessem conhecimento sobre a própria sexualidade, quando a doméstica afirma que não compreendia quando ainda adolescente o patrão ia até o seu quarto e a abusava sexualmente e o que estava acontecendo com o seu corpo no processo de gravidez, é perceptível que a falta de instruções femininas é um dispositivo de poder de sexualidade e gênero, imposto também às mulheres pobres do período estudado, já que a família da contratante também a puniu por ter se deixado engravidar pelo patrão, provocando um sentimento na depoente e que é bastante causado nas mulheres de culpa mesmo tendo sido vítima de uma violência.

As mulheres das camadas populares eram inseridas em uma situação de maior vulnerabilidade, estando mais expostas a situações de violência e exploração sexual em que os

seus relacionamentos amorosos tendiam a ser exercido sobre distintas perspectivas da que demandava a moral estabelecida acerca da sexualidade feminina do período, embora, houvesse o desvio dessa norma não significava que as mulheres pobres estavam isentas desta, pelo contrário, eram também estigmatizadas por serem consideradas libertinas.

Nos anos 90, minha mãe trabalhava de empregada na casa de uma doutora aqui em Goiânia.

A mulher tinha dois filhos homens, já na adolescência, e no dia a dia minha mãe não se dava muito bem com um deles, pois era bem marrento. Não comia o que ela fazia, quebrava coisas pra ela limpar, era um típico ‘gentleman’.

Certa vez, minha mãe chegou em casa arrasada, pois o garoto que não se dava bem com ela, havia apalpado ela, achando que ‘era isso que ela queria’.

Minha mãe chegou a contar pra patroa, mas a mesma garantiu que o filho dela nunca faria aquilo.

Minha mãe pediu pra sair, e nunca mais trabalhou de empregada. (RARA, 2019, p.88).

As trabalhadoras domésticas, por serem consideradas pessoas inferiores, são tidas como seres humanos que não necessitam serem tratadas dignamente como seres humanos, conforme percebemos no relato acima, além disso, as mulheres periféricas e negras são tidas também como mulheres permitidas e promíscuas por natureza, se aproximando de um estado de selvageria, são preceitos como esses estabelecidos desde o processo de colonização do Brasil que estimulam atos como o relatado acima. Além disso, é evidente de quem tem maior poder de verdade no interior dos discursos, pois a doméstica é desacreditada.

A minha tia começou a trabalhar em 1980 quando tinha 10 anos. Nessa época ela se mudou pra casa dos patrões e só tinha folga aos domingos, que era o dia de ir pra casa dela entregar metade do salário aos pais.

Ela engravidou do patrão aos 13 anos e quando a patroa descobriu deu uma surra nela e a colocou pra fora de casa embaixo de xingamentos e tapas.

Hoje minha tia diz que na época não sabia direito o que acontecia porque não sabia direito porque não era habitual que conversassem sobre sexo com meninas e ela sequer entendia o que significava quando o patrão, de madrugada, ia pro quartinho do lado de fora e que nem tinha banheiro em que ela dormia e a estuprava.

Minha avó, ao descobrir que a filha estava grávida, também a espancou e a culpou por, aos 13 anos estar grávida do patrão. Hoje a minha tia relata isso com muita dor pois ela não teve apoio algum quando sequer sabia o que estava acontecendo com seu corpo.

A minha tia teve o bebê e o patrão não assumiu a criança. Quem criou ao menino foi minha avó enquanto a minha tia “voltava a trabalhar” de empregada doméstica pra receber ao salário e “sustentar ao filho que fez”.

Depois de ter o bebê ela só arrumou um novo emprego em outra cidade porque a patroa espalhou que ela havia seduzido ao seu marido, não sabia quem era o pai da criança e tentava enganar a todos dizendo que era dele, mas que isso era mentira. Por conta disso, nenhuma das “boas casas” quiseram contratá-la e ela teve que se mudar para trabalhar em uma outra cidade ainda mais distante.

Isso aconteceu há quase 40 anos e até hoje ela relata com amargura sobre essa família e esse episódio.

O menino não a chama de mãe, visto que foi criado pelos avós. E ela ainda hoje trabalha como doméstica. (RARA, 2019, p.197-198).

No depoimento a patroa e expulsa a doméstica sob tapas e insultos por engravidar do marido e a acusa de tê-lo seduzido, discurso que proliferaria na cidade, que por sua vez isenta o marido de qualquer responsabilidade relacionada ao ato, uma vez que o adultério masculino era considerado uma fraqueza natural do seu gênero, sendo revelada sua fraqueza através de qualquer prática de “sedução”, cabendo à mulher ser compreensiva com as práticas de infidelidade do marido e vingando-se apenas da mulher com quem foi traída.

Segundo AMENO (1999) as amantes, socialmente são aquelas que foram condenadas a viverem nas sombras, expurgadas do convívio social, recebem um tratamento parecido com o das prostitutas. As domésticas, por já serem ocupantes das sombras e se encontrarem em uma situação de vulnerabilidade social, são propícias a se tornarem amantes, em muitos casos contra a própria vontade. Além disso, diferente da figura tradicional da amante, as domésticas não costumam ocupar o lugar dos sentimentos, mas das sensações.

O sistema social atribui às mulheres, principalmente às mulheres brancas, o papel de mães antes de fêmeas, enquanto os homens são apenas os machos, logo não é considerado um absurdo os homens procurarem amantes, pois estão executando um comportamento que lhes foi permitido e reforçado a executar. As amantes, em muitos casos, são sufocadas e obrigadas a desempenharem o papel de fêmea que paira o imaginário masculino e raramente as manifestações dos seus desejos íntimos. Dessa forma, as amantes adquirem a função de fortalecer as relações amorosas culturais existentes, por não introduzir novas formas de vivências. Ambas as figuras, da mãe e da amante, torna invisível a real existência feminina, pois as tornam figuras que dedicam as suas existências a outros.

Esta violência poderia ter sido provocada pelo sentimento de raiva da traição, ou apenas da doméstica ter se deixado engravidar colocando a honra da família contratante em risco, mas o corpo em que é descarregado a fúria é o corpo de pouco valor social e que não tem poder de fala e de formular um discurso que será atribuído veracidade.

Devido às falas de acusação da patroa a respeito da moral da doméstica em decorrência do fato, esta não conseguiu mais emprego na cidade, precisando se deslocar para outras cidades para arcar com as despesas financeiras do filho, quanto ao patrão simplesmente escolheu ausentar-se da paternidade. À mulher não foi permitida também construir um laço afetivo de mãe e filho, devido à distância em que fora submetida resultando no fato do filho não a chamar de “mãe”.

Trata-se de um depoimento carregado de dor devido ao sentimento de humilhação imposta, devido aos marcadores de violência que perpassam o seu corpo e que desencadeou em

eventos dolorosos que marcou sua vida. Ao longo do depoimento, percebemos a dor que é ser considerado alguém de pouco valor e de ter uma vida classificada como de segunda categoria, ter o seu corpo violentado e cuja única função é servir.

A longa e exaustiva tarefa relatada no depoimento acima possui as suas origens no sistema de escravidão, em que os escravocratas se preocupavam em não permitir que os seus escravos não tivessem tempo livre, pois significaria menos poder, além de dar espaço para que os escravos planejassem fugas ou alguma forma de prática astuciosa contra os patrões, de forma, que o tempo deveria ser preenchido com tarefas.

A prática de residir na casa dos patrões para servi-los a qualquer momento do dia quando solicitassem, sem fazer muito contato com a família e amigos na maior parte dos dias, ou seja, não tendo muito tempo para si e para sua própria vida, demonstra o quanto se trata de um trabalho que retira a humanidade das trabalhadoras, pois é evidente que além da força de trabalho é como se o corpo e vida dessas mulheres também fossem vendidas, o que o torna mais uma prática de servidão em contraponto ao trabalho assalariado.

As mulheres pobres inseridas em um contexto de vulnerabilidade, geralmente ainda muito jovens ou mesmo crianças sem muita instrução, aceitavam condições de trabalho deploráveis, necessitando trabalhar desde muito cedo para sustentar a si e auxiliar na sobrevivência familiar.

Embora, como observamos em alguns casos, algumas famílias pudessem atuar como mais uma fonte exploradora, em que a mulher é duplamente explorada pela família contratante e pela a sua própria família, considerando que as mulheres e os seus trabalhos são considerados propriedade privada de suas famílias ou das famílias contratantes, quando é relado com certa amargura e sentimento de injustiça o ato de entregar metade do salário aos pais. Pois, quando alguém é tido como lixo na sociedade sendo alvo de profundo desprezo estes tendem a reproduzir o mesmo tratamento aos mais frágeis da sociedade (SOUSA, 2017).

2.1.6 “a sinhá almoçou enquanto minha avó teve que comer arroz gelado e cascas de tomate.”: Distinção de classe social em meio aos costumes alimentares dos patrões e das trabalhadoras domésticas:

O trabalho doméstico costumava ter início ainda na infância, conforme já discorreremos, muitas meninas foram inseridas no universo do trabalho para ter acesso a itens básicos para a sobrevivência humana, uma vez que o seu núcleo familiar detinha de poucos recursos financeiros para prover estes itens, o ato das crianças trabalharem se tornou algo bastante

comum como mecanismo de sobrevivência do grupo familiar no Brasil. Observemos o relato de uma filha de trabalhadora doméstica:

Minha mãe de origem muito humilde começou a trabalhar como babá e empregada doméstica aos 12 anos de idade. Minha avó foi abandonada pelo marido, tinha 5 filhos e nenhuma formação. Por necessidade, precisava encontrar um emprego para que a filha mais velha, no caso minha mãe ajudasse a sustentar a família.

Na primeira casa em que trabalhou e viveu os patrões não ofereceram-na um quarto, uma cama ou qualquer dignidade. Deram-na um TAPETE NO CHÃO para dormir. Como minha mãe não podia perder aquele emprego, aceitou a oferta. Trabalhou meses nessa casa até que a minha avó humilhada e enfurecida pelo desrespeito tirou-a de lá. Na segunda casa em que trabalhou, todos os dias os patrões comiam com fartura: queijo, presunto, suco de laranja, café. Mas não a “empregadinha”. A empregada, que cuidava da filha deles com amor e dedicação, que servia a mesa e tornava o ambiente mais confortável a todos, podia comer apenas café com pão dormido. Um dia após a senhora sair, minha mãe encheu o pão com bastante queijo para matar a vontade de todos os dias. A patroa voltou e demitiu a minha mãe por não saber respeitar a comida dos outros.

Essa história aconteceu há mais de quarenta anos, mas a realidade no Brasil ainda é a mesma. Milhares de meninas de baixa renda são exploradas por famílias em todo país. Hoje minha mãe não dorme mais no tapete, tem seu próprio dinheiro e alcançou um bom nível financeiro graças a seu trabalho duro, mas ela nunca esqueceu desses dias. Hoje milhares de meninas estão no lugar que já foi da minha mãe.

Patroa; você roubou os dois relógios da minha filha, um não faço questão mas o outro custou R\$ 7.000 mil reais e quero ele de volta, há não precisa já achei os dois estava aqui no guarda roupa Se quer me pediu desculpas por me acusar. (RARA, 2019, p.81).

A prática de abandono masculino é uma prática bastante recorrente no Brasil, deixando as mulheres em uma posição de extrema vulnerabilidade, as tornando as únicas responsáveis pela criação e sustento dos filhos, diante de um sistema capitalista e patriarcal que as explora e as oprime de diferentes formas. É importante destacar que as mulheres pobres dependiam do marido, pois estavam inserida em um sistema familiar de cooperação, além disso, o salário das mulheres era minguado, sendo mais um suplemento ao salário dos maridos. E também dependiam do marido moralmente, uma vez que quando eram abandonadas passavam a ser classificadas como mulheres de ainda menor valor moral.

FONSECA (2000) afirma em seu estudo sobre as mulheres das camadas populares, que a situação da mulher abandonada era marcada por duas situações de opressão, a primeira delas seria a pressão econômica que causava a necessidade de um segundo casamento, e por outro lado a condenação moral em relação à mulher que se relacionasse com mais de um homem ao longo da vida. Esta última condizente a visão de posse masculina em relação às mulheres, assim uma mulher que já foi posse de outro homem possui menos valor moral. Contudo, um novo casamento poderia significar o abandono dos filhos, uma vez que o novo conjugue poderia não

aceitar os filhos do seu predecessor, já que era considerado humilhante sustentar os filhos do seu rival.

O depoimento retrata o sentimento de dor da inferiorização humana, pois quais são os humanos levados para trabalhar ainda na infância, dormem em um tapete, não se alimentam bem, são classificados como aqueles que nasceram para servir, e são tratados como seres humanos de segunda categoria, pois nasceram para fadados a esse destino.

Há uma categoria de pessoas que desfrutam dos direitos humanos e uma série de legislação que asseguram a proteção de suas vidas e bem estar social, além dos demais aparatos culturais que legitimam esses direitos. E a outra categoria de pessoas são as que servem as primeiras, estes experimentam o fracasso da classe social, não provém de direitos e acesso ao bem estar, não habitam locais humanizados e higienizados, não se alimentam bem, apenas servem e são colocados às margens porque se acredita que estes são os locais aos quais são destinados e porque assim não incomodam a categoria de humanos da primeira classe.

Estes humanos refugados não podem ousar desejar, pelo contrário, são levados a silenciar todos os seus sentidos, visão, audição, paladar, tato e olfato.²¹ O ato de desejar lhes é colocado como algo proibido, conforme percebemos no depoimento acima, o desejo de alimentar-se com uma determinada comida é proibido, porque o trabalho extenuante que a trabalhadora executa não gera poder aquisitivo para essa experiência humana, pois assim como os seus corpos a sua mão de obra é considerada desqualificada e de pouco valor. São levadas a se acomodarem em quartinhos minúsculos, a se alimentarem de migalhas e a asfixiar os seus desejos. Do contrário quando ousam desafiar essas normas são classificados como invejosas e ingratas.

Gostaria de contar a história da minha avó. Ela começou a trabalhar em casa de família com 12 anos, teve que crescer rápido demais. Hoje com 60 anos, continua sendo doméstica e se orgulha da sua faxina!

O que aconteceu com a minha avó me deixou extremamente abalada, primeiro porque ela é uma das melhores pessoas que já conheci! Humilde, simpática, engraçada, sem preconceito, etc, etc e etc e segundo... Porque não esperava uma atitude dessa de um ser humano.

Pois bem, minha avó trabalhava para uma sinhá, entrava as 09:00 e saía as 19:00 –às vezes 20:00, 21:00. Um dia, no horário do almoço a sinhá almoçou enquanto minha avó teve que comer arroz gelado e cascas de tomate. (RARA, 2019, p. 32).

²¹ *Refugados* é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Zygmunt Bauman ao analisar as condições de existência cultural que os grupos sociais desfavorecidos são submetidos, como à rejeição a uma existência às margens de uma sociedade, a trabalhos desprovidos de reconhecimento social e a invisibilidade da negação de seus direitos.

A alimentação humana é um ato repleto de simbologias e costumes alimentares em que está inserida a organização moral e política de uma sociedade. O ritual humano de alimentação está cercado de “uma articulação entre as dimensões materiais e simbólicas, revelando práticas e representações associadas a esses processos que nos oferecem formas de tratar questões de identidade, uma vez que expressam relações sociais e de poder”. (MENASCHE; COLLACO, 2015, p.6).

Através de práticas como estas percebemos de forma mais clara diante de nossos olhos a discriminação de classe e raça, é o que acontece com a neta da trabalhadora doméstica em seu relato permeado por dor e indignação. Os rituais culturais, a exemplo dos hábitos alimentares demonstram que socialmente existe uma categoria de humanos que valem mais em detrimento de outros, um experimentam o sucesso do sistema também pelo paladar, o outro está fadado ao fracasso, são estes também que se alimentam de restos, arroz gelado e cascas de tomate.

Nos anos 90

Minha mãe trabalhou para uma família onde na hora do almoço “única refeição que fazia no dia” tinha que ser trancada a chave no quatinho. A refeição era composta pela comida e uma fruta. Certo dia ela pediu para trocar a banana pela pêra para levar aos meus irmãos que estavam em casa a sua espera para dividir entre eles. A senhora patroa disse que minha mãe tinha que comer o que era oferecido, pois tinha que agradecer pela comida recebida.

Amém, graças a Deus tinha o que comer.

Um dia ela pegou seu filho na escola e chegou em casa e jogou da lancheira do seu filho 3 bolachas no lixo. Estavam embalada por guardanapo, como minha mãe somente tinha o almoço pegou as bolachas do lixo e iria comer no caminho para casa. A senhora patroa perguntou o que minha mãe estava fazendo, e ela disse que pegou as bolachas para comer no caminho, já que tinha fome pois só tinha o almoço do dia... ela disse para minha mãe colocar as 3 bolachas no lixo novamente, pois o lixo era dela e que se minha mãe pegasse era roubo. Já que minha mãe pegou as bolachas no lixo dela minha mãe roubou, portanto era uma ladra. Minha mãe muito sábia, agradeceu pela oportunidade de trabalho e falou que não iria mais trabalhar la, que não queria receber pelos dias de trabalho, e que Deus abençoasse muito.

Fico muito triste pela situação, mas Deus deu o livre arbítrio a nós, onde você paga por cada atitude sua para com os outros e as coisas. (RARA, 2019, p. 131).

Do que se alimenta, com quem e onde está relacionado aos valores sociais de uma comunidade. No momento da única refeição que fazia durante o dia a trabalhadora era trancada em seu quatinho, para que não incomodasse os patrões com a sua presença, o quarto da doméstica e os espaços do interior da casa em que a trabalhadora pode circular fazem parte de uma estratificação social de classe no ambiente privado, o quarto da doméstica é usado como um depósito.

O chamado “quatinho da empregada”, a cozinha e os espaços onde as domésticas poderiam circular e passar a maioria do tempo quando estava no local de trabalho é uma forma

de estratificação social no ambiente privado, existem momentos em que os patrões ostentam a trabalhadora, mas em diversos momentos e ambientes a presença delas não são bem-vindas.

A hipocrisia de uma parte da elite econômica brasileira é evidenciado no depoimento, que retrata o sentimento de que estes já fazem muito em seus atos pelos menos favorecidos, nesse caso em oferecer uma única refeição a trabalhadora, que realiza um trabalho repetitivo e que requer força física. E em resposta ao pedido da doméstica de que a fruta que costumava acompanhar a sua refeição fosse substituída por outra, para que pudesse dividir entre os filhos que estava em casa e não tinha alimentos, além de não ser atendido foi considerado um ato de ingratidão e de abuso da boa vontade dos patrões. Ao pegar a comida descartada no lixo por sentir fome foi acusada de roubo.

Não poder comer no mesmo espaço que os patrões corresponde também a uma relação de poder, pois existe uma exigência de que as trabalhadoras domésticas se alimentem em um espaço que não seja muito frequentado pelos patrões, bem como não poder usar os mesmo utensílios que a família contratante.

Estes sujeitos de corpos indesejáveis, mas que se fazem necessários de se tolerar para realizar o trabalho inferior, o trabalho que os demais seres humanos se negam a realizar por ter tarefas mais prestigiadas para executar, e que ao mesmo tempo são temidos pelos abastados, pois são considerados invejosos e capazes de realizarem furtos e não respeitarem a ordem e o papel social que lhes foram atribuídos pode serem classificados como perigosos natos.

Esse caso aconteceu com meus país no começo dos anos 90 mais ou menos.

Nós moramos em um sítio, interior do estado de SP, naquela época os direitos dos trabalhadores quase não existiam, hoje ainda é assim né? Mas de uma forma mais velada pelo que vejo.

Morávamos nesse sítio, meu pai cuidava das plantações e áreas externas e minha mãe era empregada deles. Eu e meu irmão vivíamos brincando pelo espaço que tinha.

Certa vez minha mãe veio conversar comigo e com meu irmão e avisou que nós dois não podíamos mais brincar na “frente da casa grande” pois os filhos dos patrões brincavam lá e a patroa não queria que a gente se misturasse pois sempre vinha os amiguinhos deles e não ia “ficar bem filhos dos empregados brincando lá”. Meus pais ganhavam muito pouco, e nós estávamos numa situação de passar fome, minha mãe não podia comer na casa da mulher, nem beber água na verdade, quando ela queria água ela tinha que ir até em casa e beber, ou seja, muitas vezes ela ficava o dia todo sem tomar água. Meu pai vendo aquela situação da gente passando fome, pegou mandioca (nesse sítio tinha uma plantação imensa, que meu pai quem plantava e colhia) e levou dois daqueles ramos pra casa pra minha mãe fazer pra gente, quando a patroa descobriu ela demitiu meu pai, pois ele era proibido de fazer isso. Detalhe é que nunca falaram isso pra ele e muitas vezes jogava fora, pois não vendia tudo e a família de patrões dele não consumia, ou seja, ela preferia jogar fora a deixar a gente comer.

Nós somos brancos, não que isso tenha algum fator determinante, mas queria deixar exposto que o preconceito não é apenas o racial, minha mãe e meu irmão são brancos de olhos verdes, eu e meu pai que somos mais “moreninhos”, várias vezes já perguntaram pra minha mãe se sou adotada, pois puxei pro lado da família do meu pai que tem histórico de negros, escravos mesmo. Graças ao apoio deles eu hoje estou me

formando engenheira, fiz o curso todo como bolsista. A faculdade também não foi fácil, afinal estava em uma faculdade particular sendo pobre, os dois primeiros anos foram um inferno, pois eu era realmente discriminada, mas Deus colocou pessoas lá na minha vida que me ajudaram a passar por isso.

Hoje quando vejo algum tratamento assim fico revoltada, várias vezes quando vou a algum lugar e vejo patrão maltratando funcionário eu falo, falo que não volto mais e que vou avisar os outros a não frequentarem também.

Infelizmente esse mundo é injusto e causa nojo. Não sei o que está acontecendo com a humanidade, mas tenho esperanças que possamos conseguir viver um dia em igualdade, afinal somos humanos. (RARA, 2019, p. 186-187).

O depoimento retrata o tratamento recebido por uma família de seus patrões, evidenciando o preconceito de classe e raça, onde a família contratante não queria que os seus filhos brincassem com os filhos dos seus funcionários, e também não queriam que fossem vistos juntos.

Além do tratamento desumano atribuído à trabalhadora doméstica, que precisava passar o dia inteiro no trabalho sem poder se alimentar ou mesmo tomar água, o salário minguaço que ela e o seu companheiro recebiam não era o suficiente para adquirir itens básicos de alimentação da família e, os patrões preferiam descartar a comida a oferecer aos funcionários e, quando o pai pega um pouco da comida que plantava para alimentar os filhos é demitido, mesmo que no contrato não evidenciava nada a respeito. No depoimento, percebemos também que a educação é um meio trilhado pelos menos favorecidos para alcançar espaços de menor opressão e exploração.

Já tinha ouvido falar nessas coisas pq minha sogra já contou várias histórias que aconteceram com ela e com as irmãs. Mostrei seu face pra ela e ela pediu pra eu mandar essa história abaixo. Depois ela manda mais.

Minha sogra Vanda tinha de 17 para 18 anos (isso foi mais ou menos em 1967/1968) quando arrumou emprego em uma casa em Santo Amaro próximo ao laboratório que fabricava a Novalgina. Logo no primeiro dia depois do almoço a patroa foi lá na cozinha e disse a ela para almoçar. Ela pegou um prato pôs comida e começou a comer, a patroa voltou e quando viu aquilo fez o maior escândalo dizendo que ela não poderia comer no prato dos patrões, pegou o prato da mão dela e pegou um outro prato debaixo da pia (todo mofado, velho e sujo) e jogou a comida lá, não satisfeita falou que ela não poderia comer ali, levou o prato lá pra fora até uma mesinha de cimento e disse que lá tinha que comer lá. Detalhe ela tinha muitos cachorros que ficaram lá ao redor da mesa. Minha sogra disse que esperou ela sair e jogou a comida fora, nem recebeu, deixou a cozinha cheia de água, pois ela estava lavando, nem tchau ela deu. Achei bem feito pra sinhazinha.

Bjos, sucesso e parabéns pela iniciativa!

Tomara que isso ajude as pessoas a se tornarem humanas! (RARA, 2019, p.12).

As distinções do hábito alimentar também dizem respeito aos tipos de utensílios utilizados para se alimentar, no caso acima a doméstica não poderia se alimentar com os mesmos talheres dos patrões, devido o medo de contágio por alguma doença proveniente de

uma suposta insuficiente higiene das trabalhadoras e aos poucos cuidados de saúde submetidas. Contudo, é evidenciado um ato de insubordinação da trabalhadora diante de um episódio que a oprimia, ao se retirar corajosamente daquele ambiente de trabalho.

(Relato L.S)

Minha mãe foi empregada doméstica na maior parte de sua vida. Conta que trabalhou em uma casa, onde limpava, passava, fazia comida, e de quebra apanhava do filho da patroa que tinha uns quatro anos, com uma espada de brinquedo. Não podia comer na mesa, nem a msm comida que a patroa, e as vezes ainda comiam a refeição que ela levava de casa. Não aguentando a humilhação que passava, pediu demissão. (RARA, 2016).

O relato foi extraído da página do Instagram *Eu, empregada doméstica*, nesse relato podemos observar além das diversas tarefas que executava na casa dos patrões e, sofrer agressões do filho pequeno destes, a trabalhadora não podia comer na mesa, além disso, os patrões comiam a comida que a trabalhadora levava de sua casa para poder se alimentar no trabalho, o que configurava para a trabalhadora em um estado degradante e humilhante para a doméstica.

Observa-se que a alimentação é um ritual em que se perpetua o poder dos mais afortunados sobre os demais, classificados como inferiores. As camadas populares que experimentam o fracasso diante do sistema capitalista e, que em muitas situações não conseguem nem mesmo o alimento, um item básico para a sobrevivência humana, em casos como os analisados identificamos que esse fator não é considerado por muitos um problema em que é necessário corrigir, mas como algo que fora normalizado e que essas pessoas por habitarem o refúgio social podem permanecer sem se alimentarem e serem extremamente gratas quando recebem migalhas ou restos de alimentos.

2.1.7 “Escola é buxo cheio”: a valorização da educação formal como principal ferramenta de romper com o ciclo de exploração trabalhista:

O fato de meninas das classes populares serem levadas pela família biológica ainda na infância para morar com uma família mais abastada, onde realizaria tarefas domésticas em troca de abrigo e alimentação ou mesmo como estratégia de sobrevivência do grupo familiar, demonstra o quanto a relação escravocrata perdurou em meio às relações de trabalho, devido à vulnerabilidade principalmente dos povos negros mesmo após o fim legal da escravidão, em que não foi aplicada nenhuma política do Estado para inserção desses na sociedade e na esfera do trabalho. Esse fato se sustenta também na postura dissimulada da burguesia de filantropia,

enquanto violenta a vida e as subjetividades de mulheres desde a infância. ²²Observemos o relato a baixo:

Olá , sou neta de uma índia com um mecânico. Minha avó foi retirada dos pais muito cedo com a desculpa de “estudar” foi dada a uma outra família em São Paulo. Ela não tinha nem 7 anos e já tinha que ser responsável por toda a casa e de três crianças. Ficou nessa casa por dez anos. Ela sempre comentava das surras e de como ela queria poder ter estudado. Quando ela conheceu o meu avô, mesmo ele mal falando português, ela preferiu a companhia de um jovem viúvo com 4 filhos a ficar na mesma casa dos “patrões” em que o sinhozinho já tinha tomado umas liberdades bem indevidas com ela. Ela escolheu a segurança.

Quando eles se casaram, ela pode voltar a estudar pelo MOBREAL. Conseguiu terminar a 4ª série. Desistiu no meio do caminho porque é complicado demais ter que lidar com casa, marido machista que batia nela, crianças em casa e a doença do marido.

Quando meu avô ficou doente, ela teve que voltar a trabalhar, deixando minha tia de dois meses em casa. Ela levava a minha mãe e as minhas tias mais velhas para ajudar nas faxinas. Elas faziam em média uma casa por dia na época das aulas e três casas por dia nas férias. Uma vez, minha mãe, que tinha 8 anos na época, quebrou uma taça de cristal. A patroa viu e fez a minha avó trabalhar sozinha e de graça por um mês pra “cobrir o prejuízo”. Tem muita história pior, mas dá um nó na garganta de lembrar.

A maior alegria da minha avó foi ver que nenhuma das filhas/ enteadas ter sido empregada doméstica. Ela fez a gente prometer que ninguém ia fazer a gente de escravo como ela foi. Pra ela, patrão que te tratava como escravo era só empresa. (RARA, 2019, p.193).

O ato de surrar corpos é utilizado como uma forma de disciplinar o corpo trabalhador conforme podemos observar no depoimento acima, a prática de surrar corpos também foi bastante empregada pelos senhores de escravos no período colonial brasileiro, percebemos também no relato a exposição a possíveis liberdades sexuais que os patrões poderiam empregar. A prática de homens de surrar os corpos femininos também foi bastante difundida, devido à concepção de que os homens são os possuidores das mulheres, sejam eles maridos ou pais e devido à suposta inferioridade intelectual das mulheres semelhantes às crianças, estes poderiam corrigir por meio de surras. Podemos perceber quais são os corpos passíveis de sofrerem castigos com o intuito de disciplinar e de humilhar, corpos que não possuem ferramentas de proteção, são submetidos a outros que os disciplinem e socialize.

O que chama a atenção nesse depoimento é o sonho de estudar, que não pode ser concretizado, devido o trabalho explorador e o machismo. O campo do conhecimento abre portas, os estudos são considerados uma das principais formas daqueles menos favorecidos

²²Com o fim legal da escravidão, as escravas passaram pelo processo da criada, que são mulheres que foram concebidas e preparadas para o desenvolvimento do trabalho doméstico, em sua maioria eram mulheres, pobres e negras. A criada deveria equilibrar a proximidade e distância dos patrões, era importante se aproximar dos seus valores e costumes para servi-los, mantendo distância dos valores e práticas dos grupos sociais que pertenciam. Para que as criadas atingissem esse equilíbrio os patrões passaram a criar cursos de qualificação de empregada. Era empregado também o uso de testes de confiabilidade aplicados pelos patrões, como deixar dinheiro em locais visíveis para verificar se seriam furtados, entre outros testes.

diante do sistema de conseguir um trabalho mais justo, com direitos trabalhistas respeitados e melhor remuneração, é uma das principais formas de romper com a falta de instruções e com a exploração de seus corpos em troca do mínimo para sobreviver. A maior alegria da trabalhadora é que apesar dela não ter conseguido romper com o ciclo de exploração familiar, as suas filhas e enteadas conseguiram, a importância dos estudos é algo apontado como importante também em outros depoimentos.

É importante ressaltar, uma vez que a maioria das trabalhadoras domésticas do Brasil são negras, que mesmo após a abolição da escravidão e a instauração da República, os povos negros não foram inseridos no sistema de educação formal que haveria de surgir, o acesso à educação destes, em muitos casos ocorreu de forma clandestina. Ainda no período colonial, era impedido o acesso dos escravos a cristianização, evangelizar significava educar em sentido pleno, havendo o temor de que a educação dada aos negros pudesse ser transformada em fonte de rebelião antiescravista. No século XX a educação foi de fato usada como técnica dos movimentos sociais dos negros.

Segundo GONÇALVES (2000) a educação sempre ocupou lugar de destaque no ideário de luta dos negros no Brasil, seja como uma estratégia de equiparar os negros aos brancos, por meio de oportunidades iguais no mercado de trabalho; como forma de integração e ascensão social e como forma de conscientização por meio do conhecimento da história dos seus ancestrais.

Minha mãe é doméstica, me deu um teto, comida e educação limpando a casa de outros, principalmente casas de “família” eu prefiro o termo casa de parentes porque se fosse “família” não radicaria um prato de comida ou um copo de leite pra ela e pra mim. Lembro de dormir no tapete da lavanderia destas casas, de querer um pedaço de bolo ou um copo de coca-cola e não podia ter e não entendia porque aquelas pessoas minha família não deixam eu comer ali e pra maioria delas eu era a “priminha com aparelho nos ouvidos” a coitadinha da Vanessa.

Lembro de uma vez que minha mãe tomou um copo de leite na casa e a patroa (que é minha madrinha) brigou com ela e disse que o leite era de “reserva” para visitas e não para empregadas beber.

Um simples copo de leite.

Hoje sou estou terminando a faculdade e serei uma grande enfermeira, mas nada disso seria possível se minha mãe não tivesse limpado muita privada e agüentado muita humilhação das pessoas que dizem que somos todos da maldita família!

Só tenho uma coisa a dizer, TE AMO mãe, você é o maior orgulho que tenho na vida.

Farei o relato (um dos, na realidade) da minha mãe e minha tia.

Tudo ocorreu por volta dos anos 70, mas é algo que não deve ser esquecido e que, infelizmente, ainda acontece mundo afora.

Elas duas nasceram numa família miserável (é estranho usar essa palavra, porém era a realidade) em pleno sertão nordestino. Meus avós simplesmente não tinham o que dar aos filhos, muitas vezes dormiam com fome para que eles comessem um caldo fino de feijão com farinha (e só) – minha mãe se casou apenas com dois pares de roupas.

A partir dos 7 anos, todos os filhos já eram obrigados a trabalhar pela minha avó, as mulheres, quase que sempre, lavando roupas e/ou sendo empregadas domésticas.

Minha mãe conta que lavava as roupas com a minha tia, roupas estas até mesmo com fezes em alguns casos, e quando, após elas lavarem, vinham buscar as roupas, conferiam peça por peça para certificar-se que elas, crianças, não haviam roubado nada.

Como empregadas domésticas, faziam de tudo para ganhar quase nada. Trabalharam numa casa onde ou comiam restos do almoço de um senhor tuberculoso ou passavam fome o resto do dia. Muitas vezes, ainda sofriam agressões físicas pelos patrões (lembrando, isso com 7 – 10 anos).

Elas ficavam super felizes quando podiam ir à escola, mas isso era só até minha avó arranjar um novo emprego, como ela própria dizia: "Escola é buxo cheio" (ou seja, ir para a escola e passar fome ou trabalhar e comer – muito pouco, mesmo assim). (RARA, 2019, p. 57-58).

O acesso a uma profissão diferente do trabalho doméstico é algo buscado nos depoimentos, quando não para elas mesma, mas é buscado para as filhas e netas. O depoimento acima retrata a condição de pobreza de uma família, que não tinha sequer alimentos, em um contexto em que os filhos são levados a trabalhar ainda na infância e o acesso à educação formal é deixado de lado, pois saciar a fome é mais urgente.

O acesso a conhecimentos é uma ferramenta de extrema importância para as trabalhadoras domésticas, seja para mudar de profissão ou mesmo obter conhecimento à cerca dos seus direitos trabalhistas, lutar por condições dignas de trabalho e não prescindir deles.

2.1.8 “minha mãe tem muitas histórias tristes e abomináveis para contar, mas com certeza a que ela nunca vai esquecer é a da dona J. e do seu S.!”: os casos de relacionamento de respeito entre as domésticas e os patrões.

Nos deparamos também com relatos de trabalhadoras domésticas que foram bem tratadas no ambiente de trabalho e que chegaram até a construir um relacionamento de amizade com os patrões, conforme analisaremos a seguir:

Sou filha de empregada doméstica com muito orgulho, o que minha mãe fez por mim e por meus irmãos a vida toda faz de mim quem eu sou, e se tenho saúde e estudo é por causa dela!

Eu sei que a maioria dos relatos da página são de horror e ódio as empregadas, mas à exceções.

Minha Minha mãe era caseira em uma casa chique no litoral de SP, morávamos eu minha mãe, meu irmão bebê e meu pai (que batia nela todo santo dia, sem motivo só por que podia), eu e meu irmão sempre tivemos tudo de bom e do melhor, os patrões que me lembro muito bem do seu Sérgio e da dona Joana, (sempre chamávamos eles assim, pq minha mãe sempre dizia que independente de qualquer coisa tínhamos que ter respeito pelos mais velhos, e até hj não consigo chamar os mais velhos por VOCÊ tratavam eu e meu irmão como da família, sempre faziam nossas festas de aniversário, presentes, roupas, comida, as melhores escolas, eles pagavam tudo, mais o salário e ajudavam minha mãe a pagar um carro que ela tinha comprado com muito esforço, (isso entre 1995 e 2000) tudo sem nos maltratar ou nos fazer mal, nos tratavam como filhos, os filhos deles já eram adolescentes crescidos e tal, a casa onde nós morávamos tinha 3 quartos, sala, cozinha, banheiro, churrasqueira, era muito linda e confortável,

e quando algum parente se metia a besta em nos destratar eles nos defendiam. Lembro uma vez meu irmão ficou muito doente, uma picada de mosquito que virou um abscesso no queixo, Dona Joana ajudou muito, prontamente o que minha mãe precisava ela tava ali, minha mãe como muitos nordestinos veio tentar a vida na cidade grande e deixou os pais ainda moça, dona Joana era a imagem mais próxima de uma mãe que ela tinha aqui, e ela sempre pode contar com a dona Joana. Minha mãe com dó do meu pai, nunca se queixou dele até que um dia ela não suportou mais as surras, traições, quebra quebra dentro de casa e pediu a separação. Todos ficamos em paz e felizes, mas aí minha mãe casou novamente, com a pessoa que eu amo muito meu Pai de vdd Moises, e com ele veio a minha irmã do meio a mais nova e a liberdade da minha mãe que com muito pesar, gratidão, amor mesmo por aquela família, teve que seguir sua vida! Depois que fomos embora dona Joana e seu Sérgio não contrataram mais ninguém para morar lá de caseiro (não sei porquê), minha mãe se arrepende um pouco de ter ido embora, mas sempre que eles precisam ela ainda vai lá fazer uma faxina rsrs.

Eu sei que todas as empregadas domésticas passam por muita coisa ruim, minha mãe tem muitas histórias tristes e abomináveis para contar, mas com certeza a que ela nunca vai esquecer é a da dona J. e do seu S.!(RARA, 2019, p. 64 - 65).

O depoimento da filha de uma trabalhadora doméstica, nos conta que a sua mãe ainda jovem se desloca do Nordeste para tentar uma condição de vida melhor em uma cidade grande, na região sudeste do país, e que apesar de ter vivenciado experiências ruins trabalhando como doméstica, ela também teve uma boa experiência como trabalhadora, da qual ela e a sua família não esquecerá. Embora, conforme o depoimento, a doméstica e a sua família não estivessem isentos dos maus tratos de outros parentes da família contratante.

Podemos perceber também nesse relato que a educação é considerada o principal recurso adotado pelas famílias pobres para adquirir condições de vida melhores, embora, em alguns casos mesmo portando um diploma acadêmico essas mulheres possuem dificuldades de encontrar emprego, devido os estigmas marcados em seus corpos.

O trabalho doméstico permite uma maior aproximação com a família contratante, uma vez que se trata de um trabalho executado em um ambiente mais íntimo que é a privacidade do lar, e quando estando mais distante de uma zona marcada por preconceitos pode possibilitar a construção de laços de afabilidade e solidariedade, além do contrato de trabalho, como podemos perceber no relato acima que menciona a realização de festas de aniversários dos filhos, o pagamento de escolas para os filhos da trabalhadora, ajuda para pagar um carro, além do salário.

A passagem em que a filha afirma que o pai batia na sua mãe simplesmente porque podia, demonstra o quanto as mulheres estão sujeitas a violência no ambiente de trabalho doméstico, seja prestando trabalho a outras famílias ou inseridas no seu próprio lar, as mulheres, seus corpos e seus trabalhos domésticos, bem como, reprodutivos são considerados propriedade privada dos homens, bater apenas porque pode, humilhar apenas porque pode, está relacionado à categoria hierárquica social que se baseiam os relacionamentos, bater porque se tem o poder sobre um corpo feminino, que é classificado inferior ao seu.

Tenho lido muitas histórias sobre empregadas domésticas, maltratadas, humilhadas e afins, porém existem empregadas que foram amadas e protegidas por seus patrões e minha mãe foi uma delas.

Minha mãe trabalhou há 42 anos numa casa de um coronel militar, chegou lá muito nova não lembro a idade ao certo, criou todos os filhos desse coronel e até viu um nascer.

Foi madrinha de casamento da filha do meio ou mais velha (não sei), comia na mesa com eles, cejava com eles no Natal, viajava e tudo mais, claro que ela fazia o seu trabalho como todas as outras fazem mais nunca foi humilhada nem maltratada.

Meu avô (o ex patrão dela) deu um terreno pra minha mãe e a ajudou a fazer a nossa casa, sempre cuidou dela e de mim, a protegeu do meu pai, e a ajudou me criar. Quando ela teve um AVC há 11 anos atrás foi graças a Deus claro, e ao plano de saúde que eles pagavam pra ela sem descontar do salário que a salvaram.

Eles sempre deram suporte para nós duas e nunca nos desamparavam.

Infelizmente meu avô (como eu o chamava) não está mais entre nós, mas enquanto esteve foi o melhor patrão do mundo.

E apesar de ter saído de lá ela ainda tem contato com a família dele e eles com ela, ligam no aniversário dela, no Natal, no Ano Novo, ou simplesmente pra saber se ela está bem.

Os netos do meus avô quando a encontram a abraçam e a chamam de “bá” mesmo estando com seus amigos, eles não em vergonha dela e a ama de verdade.

Hoje ela está trabalhando em outra casa de cozinheira e os novos patrões dela falaram que abrem mão de tudo menos do estudo da filha deles e da minha mãe, mas uma vez minha mãe é amada e tratada com o respeito que todas merecem. (RARA, 2019, p.98).

No depoimento acima é empregado o termo “cuidado” que remete a relação paternal que é uma característica bastante frequente no relacionamento entre trabalhadoras domésticas e patrões, no entanto, o termo é empregado com intuito de relatar que o relacionamento entre a doméstica e os patrões era agradável, em que a doméstica chegou a ser madrinha de casamento de uma das filhas do patrão. O depoimento se refere a uma situação de respeito com a trabalhadora e acolhimento.

Em outras formas de trabalho é comum o vínculo afetivo entre a equipe e o sentimento de que a mesma forme uma espécie de família, no caso da trabalhadora doméstica existe a peculiaridade do trabalho ser executado realmente para uma família e, o fato do termo “como da família” tem sido utilizado para negar os direitos das trabalhadoras, pois diante da informalidade e a desvalorização das tarefas domésticas existe uma maior dificuldade do asseguramento dos direitos trabalhistas dessa categoria, apesar de relatos como esse que as domésticas podem ter um relacionamento agradável em meio às relações trabalhistas é preciso pontuar que falas como essa são problemáticas, pois o vínculo entre trabalhadora e patrões fogem da realidade de uma relação familiar de fato.

Minha mãe é empregada doméstica a 27 anos na mesma casa, na casa da minha avó (sim eu chamo de avó).

Meus avós (patrões) contrataram minha mãe desde o momento em que minha avó descobriu uma doença crônica que a impede de cozinhar e lavar, meu avô na época era professor em uma universidade e não estava muito em casa, daí a necessidade de alguém para ajudar em uma casa com 5 filhos.

Em momento algum minha mãe foi desrespeitada. Quando minha mãe engravidou de um homem casado que a enganou, minha avó me viu nascer, literalmente, e sempre me tratou como neta, cuidou de mim por um ano e meio quando minha mãe engravidou da minha irmã.

Quando meu avô se aposentou, fazia muitos trabalhos domésticos, até que adoeceu e veio a falecer uns anos depois. Hoje, minha mãe continua trabalhando lá (não moramos mais lá desde 2014, porque conseguimos alugar uma casa), e eu queria dizer que sim, é uma relação familiar, a minha mãe só é empregada devido aos problemas graves de saúde da minha avó. Nós nunca fomos tratadas diferentes, ela acolheu eu e minha irmã como netas, nos ama como tal.

Minha mãe tem a carteira assinada e todos os direitos. Recebe em dia. Recebe carinho tbm.

Recebe amor.

É a única forma de sustento da minha mãe, já que apesar dos esforços dos meus avós, ela não quis continuar os estudos. (RARA, 2019, p. 203-204).

Os discursos analisados nesse tópico direcionam o trabalho doméstico para uma rede distante da humilhação e exploração, onde em alguns dos casos narrados os patrões se transformam em uma rede de apoio as trabalhadoras. Relatos como esses demonstram uma possibilidade de um racionamento entre patrões e funcionárias domésticas marcado por respeito, a reivindicação das trabalhadoras domésticas. Contudo, devemos lembrar que não são benéficos que os relacionamentos respeitosos marcado por confiança direcionado às funcionárias domésticas sejam confundidos com um relacionamento familiar, este se trata de um contrato de trabalho havendo limites que se distancia de um laço familiar.

Apesar de nos depararmos com relatos de experiências de trabalho doméstico agradáveis, as experiências traumáticas, em que as colocaram em uma posição de inferioridade, exploração, abuso e desconfiança, são predominantes ao longo do livro e da rede social analisados.

A partir do segundo capítulo delimitaremos a pesquisa aos relatos de trabalhadoras domésticas do município de Picuí - PB, para aprofundar o nosso estudo sobre as nuances do trabalho doméstico através de uma cidade interiorana, por meio de um estudo de casos que nos permitirá compreender melhor a dinâmica do trabalho doméstico, conforme a pesquisa desenvolvida até o momento é fortemente marcado também por fatores territorialistas e regionalistas no Brasil.

3 CAPÍTULO II – OS LAMPEJOS EM TORNO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA CIDADE DE PICUÍ: MULHERES NEGRAS

“Tem hora que me revolto com a vida atribulada que eu levo e tem hora que me conformo”.

Maria Carolina de Jesus

3.1 Breve mapeamento sócio cultural da cidade de Picuí

Picuí é uma cidade do estado da Paraíba, o território se estende por 661, 7 km², e estando distante da capital paraibana por 225, 8 km. Como é de costume, uma cidade interiorana, entre o final do século XX e o início do século XXI a cidade no geral possui traços pacatos, com muitas árvores, onde se respirava tranquilidade, ao menos nos espaços públicos, a predominância dos aspectos rurais durou até a década de 1980 e vem se transformando.

Limitaremos a pesquisa a cidade de Picuí para podermos realizar um mergulho mais profundo no contexto coletivo e individual das trabalhadoras, dessa localidade, pois devem estar atentos aos aspectos culturais, sociais e físicos que constituem as memórias dos indivíduos, os aspectos de lugar e também de comunidade a qual pertencem, como a cidade, o grupo familiar e o grupo de trabalho. Por esse motivo realizaremos uma breve explanação sobre a cidade, o palco do nosso estudo.

São por meio de fatos objetivos e subjetivos que é formada uma cidade. A cidade não nos contam a sua história, seus costumes e a sua cultura, ela apenas a tem, é necessário ao leitor da cidade ler os artefatos que caracteriza um determinado local, os indícios presente nas pedras, muros e arranhões da cidade, e nos relatos dos seus moradores sobre fatos vivenciados naquela localidade. A cidade é um território físico e não físico que está sempre a se expandir por ser palco de construções de memórias. “São reconhecíveis para nós como cidades porque guardam as marcas, as pegadas, a alma – talvez possamos dizer – daqueles que um dia as habitaram.” (PENSAVENTO, 2007, p. 59).

A cidade é um local físico, onde habita um aglomerado de pessoas, que diante de circunstâncias culturais e econômicas compartilham dos aspectos físicos da localidade, formam-se grupos, como os de classe, que compartilham uma rotina semelhante. Dessa forma, a fisionomia da cidade demonstra os traços históricos culturais e sociais que uma cidade possui, bem como as narrativas dos seus moradores sobre os fatos vivenciados, ambos se

complementam em um estado físico e não físico, que requer do historiador ler os traços objetivos e subjetivos daquela localidade e os interpretar.

Ouvi outro dia a cantilena do comprador de roupa velha, quando amanhecia. Soube que se tratava do filho do judeu de minha infância, imitando o sotaque e a cantilena do pai. Sons que desaparecem, que voltam, formam o ambiente acústico dos bairros. As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória. Além desses apoios temos a paisagem sonora típica de uma época e de um lugar. Há paisagens sonoras selvagens, das florestas, e tranquilas, das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade e repouso de seus produtores. Insetos, animais e aves têm seu ritmo diário, sazonal: o violoncelo das rãs no tempo chuvoso, o grito da saracura, o pio estridente dos pássaros que no início da primavera aprende a cantar. O vento das ramadas, murmúrio das águas são fontes constantes de informação. A mulher se apoia na enxada quando ouve o piano de certos pássaros e responde: - Chegou a hora de semear, é o que eles dizem lá na conversa deles. (BOSI, 2012, p. 363-364)

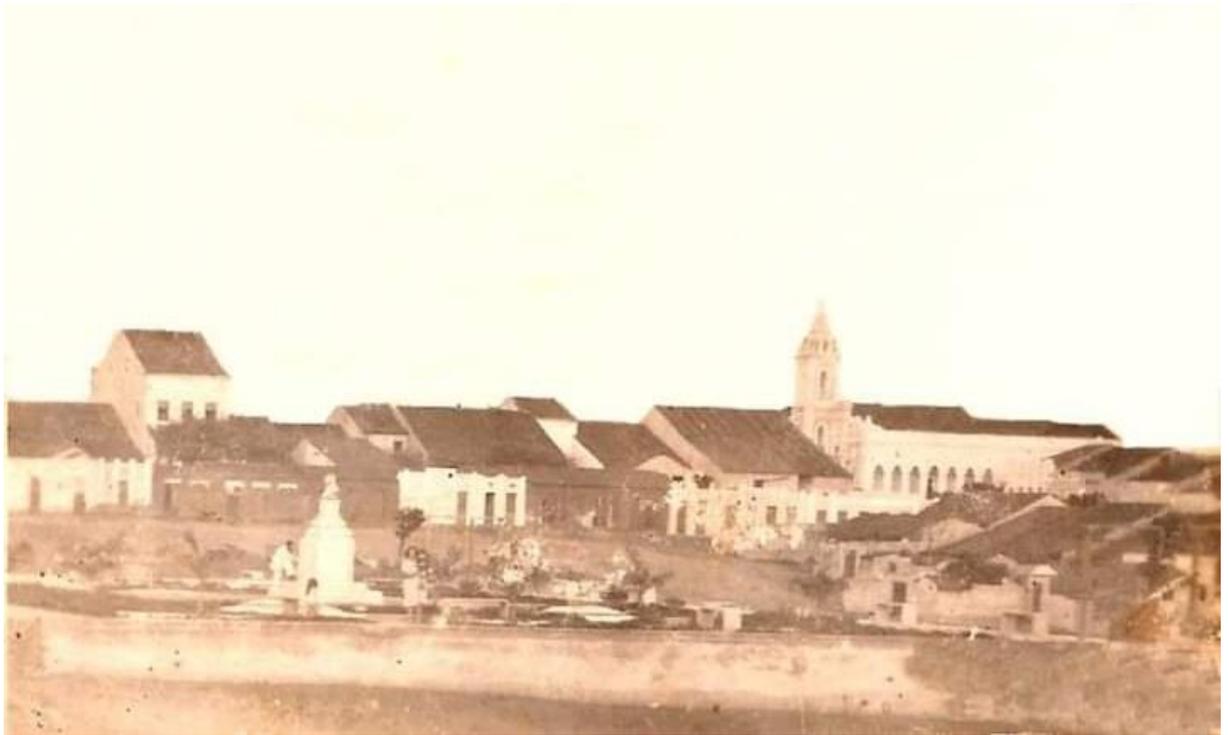
A autora acima descreve as percepções dos seus moradores físicas, sonoras e táteis. Ela apresenta a cidade de São Paulo, a partir das narrativas de ex operários paulistas, que enquanto um grupo social que habita aquela urbe possui as suas próprias impressões da cidade, semelhantes entre si enquanto memória coletiva, mas também únicas e individuais.

Nesse trabalho buscamos enveredar pela cidade de Picuí, localizada no estado da Paraíba, por meio das narrativas de trabalhadoras domésticas, que nos retratam as suas próprias experiências ao habitar a cidade por meio do sentir que compreende a visão, a audição, o paladar e o tato ao habitar um lócus e estar inserido em um determinado grupo sócio-cultural.

Para situar o leitor aos aspectos culturais que permeiam a cidade em que passamos a analisar a partir dessa fase da pesquisa, é importante situar que os aspectos modernizantes que atingiram a capital paraibana a partir do século XIX, não influenciaram aos mais conservadores, principalmente os habitantes das áreas interioranas, em que os seus moradores adotaram uma postura inflexível a incorporação de hábitos modernos, como a cidade de Picuí. Os novos comportamentos causavam espanto aos mais conservadores, principalmente em relação aos seus efeitos negativos que a como maior propensão a violência e acidentes provenientes da tecnologia que surgia. Embora o ritmo mais acelerado da cidade grande fosse atraente alguns, especialmente no que diz respeito às oportunidades de emprego gerado pela industrialização, o maior número de vagas de trabalho, etc.²³

Imagem 2 – Cidade de Picuí

²³ Portugal optou estrategicamente por colonizar as áreas litorâneas, para que estivesse bem habitada e cultivada as terras próximas aos portos, as regiões denominadas como interior hoje, foram as regiões que foram escassamente povoadas.



Fonte: https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em: 03/03/2024

A imagem acima foi retirada de uma página do Facebook que divulga fotografias antigas de Picuí, nesse ambiente virtual os moradores da cidade interagem nos comentários das fotos, alguns deles escrevem comentários dando informação do período ou a época em que o registro possa ter sido realizado, outros relembram com saudosismo o período captado na imagem. Segundo um dos comentários na publicação, o registro capta a fisionomia da cidade entre as décadas de 1940 e 1960.

Na fotografia observamos o centro da cidade de Picuí, uma praça, uma mulher com uma criança que parece posar para a foto, um pouco mais atrás uma criança e um homem. Podemos observar também algumas casas e a igreja católica da cidade. Não sabemos ao certo os motivos que levaram a captação desse registro fotográfico, a historiografia aponta que antes da popularização das fotografias havia fotógrafos itinerantes que trabalhavam em diferentes

idades fotografando pessoas e famílias, provavelmente a imagem se trata do resultado desse tipo de encomenda individual ou familiar.²⁴

Nesse caso, a imagem aparece como um recurso para a interpretação do contexto sócio-cultural da urbe. “O que seria da cidade sem as suas imagens? Como sucessivas gerações imaginariam o seu passado não fossem pelos registros visuais e literários dos seus predecessores?” (FILHO, 2009, p.15).

No período em que iniciamos a nossa pesquisa, em Picuí não havia água encanada, o abastecimento de água no início dos anos 1960 ocorria através das chamadas “tropas de jumentos” que eram formados por no mínimo três jumentos que tangidos pelo seu dono, apanhavam água do rio e subiam as ruas da cidade. O serviço de eletricidade chegou à cidade durante a administração do governador João Agripino Filho²⁵, a eletrificação de todo o Estado era uma das principais metas do governo, uma vez que a disponibilidade de energia elétrica era fundamental para a industrialização e a modernização do Estado.

O aspecto conservador predominou em Picuí especialmente devido à falta de elementos modernizantes básicos como a energia elétrica que chegou a cidade apenas em meados dos anos de 1980, nesse período os moradores passaram a ter acesso também a sinal de rádio e televisão, conforme podemos observar através da literatura de AGRA (2015).

Contudo, assim como em outras partes do país, as mulheres das camadas populares contrariavam a premissa de que as mulheres deveriam se manter confinadas no ambiente doméstico de suas famílias. De forma, que ainda na infância elas executavam o trabalho doméstico em outras casas, povoavam as ruas para lavar roupa nos córregos dos rios, vendendo doces e animais.

Imagem 3 – Abastecimento de água em Picuí

²⁴ Ver: SILVA, Josimere Fires da. **Fotopintura: Retrato e Restauração de Vidas em Campina Grande (1950-1970)**. 2015. (graduação em História). – Faculdade de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

²⁵ João Agripino Filho foi um pecuarista, advogado, promotor de justiça, empresário e político brasileiro. Foi deputado federal, senador e governador do estado da Paraíba no período de 1966 a 1971.



Fonte: https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em: 03/03/2024

Essa imagem também foi retirada da página virtual de memórias fotográficas da cidade, possivelmente a imagem foi captada para registrar a obra do açude que foi realizada no período pelo Governo do Estado, em meados da década de 1960. Nela podemos observar homens, mulheres e crianças que se deslocavam para o açude para buscar água.

A dinâmica das famílias populares não permitia que as mulheres permanecessem enclausurada em suas residências, exceto nos casos em que eram enclausuradas na residência de uma família contratante, onde o relacionamento entre patrões e trabalhadoras era cercado por uma forte dinâmica paternalista. Além disso, o trabalho doméstico, dentre outras tarefas trabalhista que as mulheres desempenhariam no período, que foram considerados uma extensão do lar.

A segunda fase da nossa pesquisa, que inicia a partir do segundo capítulo é desvendar o porão social da cidade de Picuí, o que há por trás e ao entorno das casas dos seus moradores mais abastados, sem os citar diretamente, através da análise das falas das trabalhadoras domésticas picuienses, bem como os seus silêncios, as suas dores e resistências.

Ao adentrarmos a cidade de Picuí com o objetivo de explorar o contexto das trabalhadoras domésticas, observamos inicialmente que as trabalhadoras contatadas ao decorrer da pesquisa, não são sindicalizadas, não sabemos quantas funcionárias há ao todo na cidade,

para a realização da pesquisa buscamos mapear uma rede de trabalhadoras por indicação delas próprias e de seus vizinhos.

O depoimento das trabalhadoras nos permitirá acessar, para além das teorias, o imaginário social picuiense, o que os sujeitos da pesquisa consideram o seu ambiente social, as suas percepções sobre o ambiente que se manifestam da sua própria forma, seja no conteúdo ou própria forma das suas narrativas.

A segunda fase da pesquisa foi dividida pelo contexto racial das trabalhadoras, onde seguimos aplicando o método interseccional na análise dos relatos. Os sujeitos da nossa pesquisa são mulheres pertencentes à mesma classe social e realizam o mesmo tipo de labor, os pontos que as diferem é a classe e em alguns casos a idade, por esse motivo analisaremos os fatores que as distinguem em relação à raça.

Faremos o uso de pseudônimos com relação às entrevistadas e também aos personagens sociais que forem citados por elas, com o propósito de deixá-las mais a vontade para dar entrevista e de as poupar de algum evento constrangedor e intimidador que possam vivenciar, optamos por nos referir as trabalhadoras por nomes de flores.

3.1.2 “É por isso que ainda sou gente”: a resiliência de Girassol diante do amargor de uma vida submetida ao trabalho análogo à escravidão.

O trabalho doméstico para as mulheres negras é uma herança ancestral das suas antepassadas escravas, onde mesmo com o fim da escravidão as suas raízes continuaram a germinar por todo o Brasil, o que é perceptível na formação de um destino a uma vida economicamente marginal, a dificuldade das mulheres negras em acessar o mercado de trabalho formal, um padrão de não reconhecimento social.

Em relação à categoria das trabalhadoras domésticas os índices demonstram que a sua maioria é composta por mulheres negras, ao analisarmos o estereótipo da trabalhadora doméstica construída pelas redes de comunicação em massa, este é sempre de uma mulher negra, “construída historicamente de modo negativo pela branquitude, o imaginário social brasileiro sobre a figura da trabalhadora doméstica é sobretudo uma mulher negra.” (TEIXEIRA, 2021, p. 61).

AKOTIRENE (2019) em seu estudo sobre a interseccionalidade empregada no Brasil, retrata um caso ocorrido em 2004 em que o Estado brasileiro recebeu condenação pela

negligência em relação à discriminação racial sofrida por Simone André Diniz, quando em 1997 ao pleitear uma vaga de trabalho doméstico, denunciou um anúncio da folha cujo requisitos informados era a preferência por uma trabalhadora branca, a queixa da vítima apresentada a Delegacia Policial de Investigação de Crimes Raciais foi arquivada, o Estado brasileiro considerou que a denúncia não estivesse prevista na Lei 7.716/89.

[...] No pensamento de vanguarda de Sojourner Truth, raça impõe a mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior capacidade crítica. Independente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo. (AKOTIRENE, 2019, p.26-27).

A autora acima chama a atenção para a experiência de vida das mulheres negras que na sua concepção é infantilizada em todas as suas fases, sempre a mercê de outro, marido ou patroa, desvalidando a sua capacidade crítica em meio às relações sociais. O estigma causado nos corpos das mulheres negras, faz com que elas sejam vistas no corpo social como seres sem vontade própria e que a sua utilidade é apenas servir aos demais.

Para AKOTIRENE (2019), a condição racial para as mulheres negras as expropriadam e as relegam ao trabalho subalterno, como o trabalho doméstico que não gera lucro aos patrões, portanto, são consideradas seres quase que inúteis, em uma sociedade que preza pelo lucro, algo próximo à experiência vivenciada pelas pessoas mais velhas ao parar de exercer a sua mão de obra.

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial é definido pelo seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos sociais entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar à *segregação racial*, ou seja, à *divisão espacial de raças* em bairros – guetos, bantusões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos EUA, o Apartheid Sul-africano e, para outras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense. (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Para FOUCAULT (2012) o racismo é uma tecnologia de poder, além de um discurso e uma ideologia, atrelada ao conceito de biopolítica em que nessa dinâmica as pessoas negras são

colocadas em maiores desvantagens em relação às brancas, enfrentando maiores dificuldades em residir em moradias dignas, ter acesso à educação e à saúde.

Iniciaremos a nossa análise com o relato da trabalhadora que chamaremos de Girassol. A nossa entrevista aconteceu em uma casa para idosos da cidade, Girassol é uma mulher com muita energia e falante, parecia empolgada com a ideia de conceder uma entrevista. Girassol é a trabalhadora com uma experiência de vida bastante complexa.

Contudo, a nossa entrevista foi marcada por dificuldades, a trabalhadora por muitos momentos fugia do tema, se propunha a falar de outros assuntos, possivelmente devido a fatores relacionados à idade avançada, em que as memórias se confundem, ou pelo motivo de que algumas lembranças serem dolorosas demais para a entrevistada.

De acordo com PORTELLI (2006), em seu estudo sobre as memórias do massacre de Civitella Val di Chiana na Itália, as experiências traumáticas geralmente são indescritíveis, ainda mais se a encaramos do ponto das limitações da linguagem, para o autor, é improvável que qualquer experiência possa ser expressa exatamente como ocorreu, tanto por aquele que experimenta o fato, quanto por aquele que narra a experiência de outro. Apesar disso, o esforço em tentar dizer o indizível resulta em narrativas interpretáveis por meio de construções culturais de palavras e ideias.

As memórias traumáticas, como nomeia o autor acima, na maioria das situações se apresentam não apenas separadas por memória institucional da resistência e memória coletiva da comunidade, apontando a distinção entre memória coletiva e memória de indivíduos, mas a memória também é dividida e fragmentada no interior delas mesmas. Esse é o fenômeno que observamos nesse trabalho nos relatos de memórias das trabalhadoras domésticas.

Em muitas situações, os portadores de memórias traumáticas preferem esquecer ou as silenciar, diante da dor que elas causam ou pelo medo de prováveis consequências caso osem falar, ou mesmo por ausência de ouvintes. O fenômeno do silêncio sobre si, presente na memória traumática, se trata de uma gestão da memória com a finalidade de promover uma condição que possa ser necessária para manter uma comunicação com o meio ambiente, a exemplo da trabalhadora doméstica que silencia sobre os abusos sofridos causados por seus patrões para não perder o emprego, já que não encontra outras perspectivas de trabalho, ou diante de intimidações. Já em relação ao processo de esquecimento, este se dá como uma solução para a tentativa de vivenciar uma vida mais próxima do que é considerado “normal”.

Em relação a Girassol, quando buscamos retomar a temática da pesquisa, ela afirma em uma das passagens: “Do trabalho? É porque, pobezinha deu, não sei nem do A, eu ainda sei

conversar. Eu tinha desgosto na minha vida, nunca fiz o A, nunca fui em escola, nunca me botaro em escola. Mai ainda sei conversar, sei respeitar todo mundo.” (GIRASSOL, 2023). E quando questionamos sobre a idade em que trabalhou como doméstica, se seria menos de vinte anos a sua resposta foi: “É parece que era. Eu sofri muito na minha vida, que me esqueci das coisa que eu passava lá.” (GIRASSOL, 2023).

Após inúmeras suspeitas, evidências coletadas e a consequente denúncia dos vizinhos, Girassol foi retirada da casa onde trabalhou por quarenta anos, sem receber um salário pelo serviço prestado. Após ser retirada da casa em que fora submetida a trabalho análogo a escravidão, Girassol foi enviada para uma casa de idosos na cidade de Campina Grande-PB, local onde não se adaptou bem e ansiava por voltar a morar em Picuí, sendo posteriormente transferida para uma casa de idosos na cidade de Picuí. Iniciamos a entrevista a questionando quando ela começou a trabalhar com o trabalho doméstico:

Não, eu trabalhava no sitio. Trabalhava no sitio, plantava, limpava. Aí depois minha mãe morreu, meus pais, minhas irmãs ai morei com uma mulher quarenta anos. Lá eu barria casa, lavava loiça, lavava área, lavava casa e passava óleo em movei. Tinha duas empregada lá, tinha engomadeira, tinha lavadeira, mas por causa que eu tava lá tinha que ajudar. Aí a mulher disse que tava me criando, se eu já tava velha também, já tava grande, ela podia me dizer que tava me criando se eu fosse uma criança mai eu já trabalhava. Sim, eu acordava de cinco horas. Aí um dia fui lavar loiça e não vinha nem amanhecendo o dia ainda, passei o dia todinho lavando loiça até o dia amanhecer. Não via nem o dia amanhecer, trabaiano que nem uma doida. Trabaiano, ela ia fazer a feira e eu travada medonha trabaiano, passava óleo em móvi, passava em cerâmica, lavava a roupa, pano de prato, era uma bacia cheinha e dormia pra o outro dia. Isso aí tudo eu fazia. E eu sozinha a meia noite, lavano loiça, terminei a loiça o dia já vinha amanheceno, eu sozinha e Deus, cai num cai, que eu ainda não tinha esse problema ainda não (aponta para a perna). (GIRASSOL, 2023).

Girassol relata que passou a trabalhar na casa onde foi explorada por quarenta anos após a sua família falecer, desamparada foi morar na casa da patroa, que por sua vez afirmava estar a “criando”, embora a trabalhadora não enxergasse dessa forma, pois já era “grande”. As pessoas das camadas populares, principalmente as mulheres, tendiam até pouco tempo atrás, a serem consideradas adultas, inda muito jovens, conforme a entrevistada pontua ela já era considerada adulta, pois já trabalhava. Em outras passagens da entrevista, percebemos que o verbo “criar” nessa relação é usado de forma paternalista pelos patrões diante do trabalho doméstico infantil e também pela presunção de uma suposta incapacidade intelectual da trabalhadora, já que o tratamento infantilizado atribuído à trabalhadora permaneceu mesmo após a atingir a vida adulta.

Girassol também relata o trabalho doméstico que realizava na casa, e que além dela, que estava inserida em uma espécie de relação de trabalho paternalista e irregular, havia também a

presença de mais duas trabalhadoras domésticas que eram remuneradas, Girassol que estava morando na casa, precisava trabalhar para retribuir o acesso à moradia e as vestimentas, retratando a rotina extenuante de trabalho, na qual passava a noite lavando louça finalizando apenas pela manhã.

Eu dormia de meia noite. Passava pano na cozinha, lavava o cimento que era tudo assim, cerâmica lá. Eu sei que eu sofri demais trabalhano, e ainda não prestava, o povo que trabaiaava prestava, as empregada dela. E eu morava lá tinha que fazer, que eu não ia esperar só comer sem fazer nada e, tá só olhano. Aí pronto, fui lavar o banheiro, você sabe aquele negócio que tem que é que nem gás, amarelo, líquido, que bota assim no bojo do banheiro, mar menina, quando eu fui lavar, Deus me livre, cortou os dedo tudim, aqui, aqui, aqui (mostra os dedos e parte do corpo) fiquei sartano no coisa e aquela fumaça que nem água sanitária. Mai rapai, fiquei até sem fala. Aí eu fazia assim, tudo era cortado assim (mostra o braço) os dedos do pé era na carne viva. Aí quando eu botava água pra lavar os troço não podia. Sofri demais. Era, aquilo pra acabar a vida de um, acaba. Eu fiquei doidinha, quanto mais eu pulava, fazendo assim (gesticula), avemaria, era eu e a outra, a outra pulava num pé só e eu tombém. Aqui era tudo cortado na carne viva (gesticula) eu não podia nem botar água fria e nem botar o pé no chão tombém, na carne viva. Mai rapai, eu sofri. Eu digo se Deus quiser, Deus vai me tirar desse lugar. (GIRASSOL, 2023).

Girassol continua a descrever a sua rotina, e o sentimento de desvalorização pela patroa, diante da sua maior vulnerabilidade de residir na casa da patroa, submetida a uma relação paternalista. Em seguida, retrata um acidente que sofreu com outra trabalhadora da casa, com ácido muriático que cortou a sua pele e a de outra trabalhadora, demonstrando em sua fala a insatisfação em estar submetida aquela situação.

Acidentes envolvendo ácidos e produtos de limpeza no geral são bastante frequentes no ambiente doméstico, mas que como no exemplo narrado por Girassol não recebem atenção devida dos patrões, são tratados com desprezo. Após o ocorrido as trabalhadoras continuaram a realizar as tarefas domésticas cotidianas mesmo com s ferimentos.

Não recebia dinheiro não, ela me dava só roupa, essas coisas de roupa né, lençol, essas coisas. Eu vim receber dinheiro agora. Lá não saia nada não, apenas saia o cumê mais nada. Passei uma fome. Ela dizia: “não precisa de dinheiro não, a gente mesmo dá.” Dava umas ropinha sem futuro. Aí pronto, eu passei muito aperreada. Dizia muita coisa. Sabe o que um dia aconteceu, era sabo, aí eu sai assim, fiquei chorano. Aí pronto eu fui pra rua né, aí ela ficava dizeno coisa, eu chorava tanto nesse mundo, eu pulava e tudo. Chorano e me mardizeno e a pobe deu lá numa escada, fiquei alimpano o portão de ferro e os grito maior do mundo e chorano, passei três dias chorano, me mardizeno. Aí uma pessoa disse: “Mais aquela muié, sofre demai, só vive chorano.” Desse jeito. Eu chorei a noite todinha e o dia. Fazeno as coisa e não merecia nada. Penei demai. (GIRASSOL, 2023)

Nesta passagem, Girassol afirma que o pagamento que recebia consistia apenas em roupa e lençol, que a sua patroa afirmava que ela não precisava de dinheiro, que ela já dava os

itens que a trabalhadora precisava como a comida, que nessa passagem a trabalhadora também afirma que não comia bem, pois também passava fome. A trabalhadora não nos relata exatamente o que a patroa falava para ela, mas que gritava com ela e que não gostava que a trabalhadora saísse de casa, como no evento que descreve. Ela ainda afirma que trabalhava, mas “não merecia nada” essa expressão remete que a trabalhadora esperava uma retribuição do seu trabalho que não se limitava exatamente a dinheiro.

[...] a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação por um lado, e antipatia e preconceito, por outro -, o lugar fundamental na explicação para a marginalidade do negro. Esse ponto é central, posto que, se é a reprodução de um *habitus* precário e causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, não é meramente a cor da pele, como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito que se refere a certo tipo de personalidade, julgada como improdutiva e disruptiva para sociedade como um todo. (SOUZA, 2018, p. 56).

É provável que a patroa de Girassol alimentava o sentimento de que já fazia muito pela trabalhadora, levando em consideração o sentimento de solidariedade que a elite tem em relação aos mais pobres ao oferecer migalhas àqueles que estão abaixo deles na pirâmide social, enquanto transformava aquela vida em uma trabalhadora gratuita, roubando aquela vida completamente, a oportunidade de formar laços afetivos e até mesmo de enxergar o mundo.

A trabalhadora afirma que o episódio narrado chamou a atenção de uma das pessoas que estava na rua onde morava, pois ao vivenciar apenas o ambiente privado, o seu corpo está ainda menos visível aos olhos externos. No fim da passagem afirma “penei demais”, pois desde a morte dos seus pais foi levada a uma situação de sofrimento, na casa onde viveu a maior parte de sua vida não recebeu o acolhimento necessário. Diante da informação de que desagradava à patroa o fato dela sair da casa, questionamos novamente se ela nunca poderia sair da casa:

Não, saia não. Não, pronto, saia. Eu me lembrei agora. Eu fazia tudo na casa, aí quando de onze hora pra deis eu descia lá pra casa da fia dela. Aí chegava lá, tinha pano pra passar na casa, tinha loiça pra eu lavar, tinha tudo pra eu fazer e pano pra eu passar na casa. Eu trabalhano e de rim não passava, foi sofrimento viu. Era em duas casa e, de rim não passava. Foi sofrimento viu. E quando eu subia que chegava, ia lavar loiça, barrer casa e ainda não prestava, não fazia nada. Sofri demais. Agora tô aqui no céu. Eu não saia de casa não, eu só vivia em casa, não saia nem pra conversar, ela não queria, era um ciúme maior do mundo. Os vizim assim perto da casa dela, quando eu ia conversar, ela dizia:” Venha pra casa” do lado de fora ela dizia, da calçada: “Não dê atenção não a esse povo” sofrí demais, quando eu imagino o sofrimento que eu sofri e hoje em dia tá aqui nessa pousada. (risos). (GIRASSOL, 2023).

Girassol afirma que saia apenas para realizar o trabalho doméstico na casa da filha da patroa, trabalhando em duas casas e que não recebia nada em troca, seja o salário ou sequer o reconhecimento pelas tarefas que executava, ela nos descreve uma rotina extremamente cansativa, e que a sua patroa nunca estava satisfeita. Observamos o quanto é caro a suposta solidariedade da elite, não importa quanto suor e lágrimas sejam derramados parecem sempre insatisfeitos.

Tenho uma dor na perna, que eu acho que era de carregar muito peso, porque lá eu carregava coisa. Tinha uma casa lá, que eles inventaro. Aí botava cadeira pra eu carregar, botava cachão de ferro, tudo botava pra eu carregar sem eu puder viu. Já era outra casa que eles tinha alugado pra botar troço. Aí eu e a outra empregada lá pra trabalhar, e nós carregano os troço pra lá e os carro passano na frente pega e não pega. Era caixa de madeira, agora era chei, era ferro, era enxada, era tudo. A caixa caiu da cabeça que eu não tinha força e nesse tempo eu era nova. Sofri muito, chorava demais. Carregano tijolo, a obrigação de carregar tijolo era dos predeiro, ninguém era predeiro. Aí eu pegava uma carroça de tijolo na frente da casa, a outra que trabaivava lá pegava outra, sofremo. Eu fiquei mais doente de pegar peso. (GIRASSOL, 2023).

Aqui observamos que Girassol como as demais funcionárias da casa eram responsabilizadas de executar tarefas diversas como a que descreve acima, carregar caixas pesadas e materiais de construção para outra casa dos patrões, relatando a dificuldade em atravessar a rua e que esse trabalho lhe acarretou dores físicas. A seguir ela relata o período em que passou na casa do filho da patroa em João Pessoa:

Em João Pessoa eu trabalhava também. Eu passei seis mês lá, lá eu tava que nem uma empregada, lavava roupa, a muié chegava tinha roupa lavada, dois arame de roupa lavada. A sogra dela tava lá, aí ela chegou braba que só: “mulher eu só acredito de coisa da minha sogra, mais de doido” e eu digo: “Quer saber de uma coisa, eu não quero mai conversa não, eu não era nem pra ter vino nem aqui. Botar o pé aqui não, que eu tenho Picuí, lá é minha terra e é terra de gente boa. Lá eu olho e vejo tudo que é bom, aqui eu não tô veno nada.”. Lá eu trabaiei muito e não fazia nada. Aí tinha dois cachorro, brabo que só, aí sairo e deixaro o portão aberto sem cadeado, mairapai eu sofri demais. Aí tinha um primeiro andar assim do povo e, o povo tudo olhano e achano graça. E pobe deu me valando de Deus e Nossa Senhora. Eu não era pra ter vino pra uma coisa dessa dessa não, eu vim mandada. E eu com vontade de vêr o rapai, mai não era conhecido, nunca tinha visto e eu ia falar com uma pessoa sem nunca ter conhecido, nunca vêr. E aí o cachorro avoou em cima de mim e eu aí meu Deus eu vim morrer aqui. Agora eu não tenho mai fé de ir pra minha cidade Picuí não, mas Deus tomou a frente. (GIRASSOL, 2023).

No início desta passagem, Girassol faz referência a nora da patroa e a sua patroa, relatando que foi enviada para trabalhar em uma cidade de João Pessoa, que lhe era desconhecida e que lhe causava estranhamento, onde se sentia ainda mais enclausurada. Inicialmente faz referência a um evento em que uma das patroas a chama de doida, como uma

forma o seu posicionamento em geral, suas falas e o seu posicionamento, ela nos afirmou durante a entrevista que nessa casa, não era chamada pelo seu nome, mas como a “doida”, levando a total incredibilidade enquanto pessoa da trabalhadora, silenciando-a e a inviabilizando, “mulher eu só acredito de coisa da minha sogra, mais de doido”. Relembramos que socialmente alguns grupos possuem maior poder em seu discurso, em detrimento de outros.

Em seguida relata um episódio com um cachorro de estimação da família que a atacou no momento em que estava sozinha na casa, embora os vizinhos tenham presenciado a cena, não forneceram ajuda a trabalhadora, pelo contrário, divertiram-se com a cena. Conforme, já apontamos no capítulo anterior, no âmbito social e conseqüentemente cultural algumas vidas valem menos em relação a outras, por essa forma os vizinhos não interferem na cena.

Aí quando ela chegou, que ela ia toda semana lá pra João Pessoa. Aí quando foi um dia o fi dela (nora da patroa) era pequeno, que agora tá um rapai, disse que é dentista e tudo, diz eles. Aí quando ela chegou: “Eu só acredito em coisa da minha sogra, mai de doido eu não acredito não”. Aí o fi saltou e disse: “Infelizmente, mainha só cria doido, mas eu não queria gente doido não”. Aí eu voltei a palavra pra traí, eu digo “Eu sou doida, mas fiz tudo limpo aqui dento dessa casa, porque se eu fosse doida não tinha feito”. Aí veio na minha cabeça agoniada né, disse: “Eu fiz a limpeza, aí esse seboso desmantelou”, quando eu disse isso, aí eu não sabia que ele vinha, ele me jogou em cima do fogão com toda força, o fogão é porque não tava aceso (risos), mai se tivesse acesso a nega tinha morrido viu. O empurrão foi tão grande, que eu não sei... eu sofri demais em João Pessoa. Aí caí lá, aí fui caí na água sanitária, no sabão, homi, tinha uma faxineira lá com ela pra fazer. Eu digo: é isso mermo, eu vim praqui só sofrer nesse inferno. Eu não era pra ter vino praqui não, eu vim mandada, aí comecei a chorar, passei a noite todinha chorando, mai eu vou dizer uma coisa, eu tive uma agonia, que eu vou dizer uma coisa que eu só não morri porque Deus não quis. Aí chegou o fi dela (da patroa) eu vi que ele vinha beber, que ele bebe até onze hora. Aí quando ele chegou, abriu o portão bem aberto, bem devagazim. Aí ela disse, a mulher dele: “E você não tem medo de Alberto não?” Aí eu disse: “E o que foi que eu fiz aqui que eu tô com medo dele? tô com medo não.”. Aí quando eu disse isso, eu não sabia que ele vinha né, ele fez assim (bate palma) no que ele fez assim (bate palma) eu me joguei no fogão, com todo corpo, mai fiquei doente, mai passei doente. Aí comecei a chorar. Aí eu digo “Aí minha nossa senhora, que falta eu tô me valendo do meu povo de Picuí, se eu tivesse com o povo de Picuí eu tava lá em cima, mai eu com uma coisa dessa”. Comecei a chorar e, o fi (neto da patroa) dano risada, ele era pequeno, agora tá um rapai. Aí a sogra dela foi dizer a nora que eu tinha dito que ela mai o Diego e a Sara ia jogar eu em cima da rede de mesa. E eu disse é mentira, é mentira e vai agora provar porque eu não sou doida. Eu digo: “ela foi quem disse que ia me jogar, aí dessa rede, desse fiim de energia, ela foi quem disse que ia me jogar daí”. “É porque eu acredito muito nas coisa da minha sogra, porque minha sogra é muito boa e, você não vale nada”. Eu digo: “eu não valo agora, mai eu trabalho sei trabalhar”. Mai moça, eu chorei tanto que eu soluçava, você acredita? do sofrimento que eu passei lá me valendo de Deus aí eu digo: “Jesus, me tire desse sofrimento”. Aí caí de uma janela toda quebrada lá, caí assim embocada, eu não sei como eu não quebrei o pescoço (risos) e a perna, mai sofri demais. Mais eu gritava, chega soluçava, eu não sei nem como...ave maria quando eu me lembro. (GIRASSOL, 2023).

Em alguns momentos Girassol não deixa bem claro os personagens envolvidos nesta cena, mas podemos perceber que ela era submetida também à violência física, ameaça de morte

e era sempre desacreditada pelo pronome “doida”. Em seu relato percebemos que o tratamento que recebeu em João Pessoa foi pior do que o recebido em Picuí, onde não podia contar com a solidariedade dos vizinhos, acarretando um tratamento ainda mais hostil por parte dos patrões.

Nesta passagem ela relembra também um acidente que sofreu em uma janela de vidro, acidentes de trabalho como esse são recorrentes no cotidiano das trabalhadoras domésticas, mas que também não recebem muita atenção, todo o seu sofrimento é menosprezado, a sua voz é silenciada, pois tudo o que ela anuncia é classificado como loucura, aquilo que não vale a pena atribuir importância.

Quando eu sai da casa da mulher, que eu trabalhava, aí fui no carro dele (filho da patroa), que ela disse que não podia me levar mandava por o fi. Aí ele saltou e disse: “Mainha eu levo essa doida por causa da senhora, agora ela vai calada sem dar nenhuma conversa até João Pessoa.”. E eu calada. Mais eu chorei, eu tava igual a uma criança lá chorano direto, pelo sofrimento que sofri.

Aí pronto, fui pra João Pessoa. Aí quando o fi um dia chegou lá de onze horas, que ela passava mei lá, aí quando ela chegou: “É, tá bom dessa doida ir embora mai mainha” começou dizer a ela que leve essa doida pra Picuí, que essa doida é louca por Picuí e ela só se dá pra tá em Picuí”. Desse jeito, e a pobe deu chorano, eu digo: “é isso mermo não tem mãe, não tem irmã, não tem nada, tem que andar pelo mundo correndo, correndo o mundo”. Disse desse jeito, era chorano e gritano. Foi sofri demai, sofri muito viu, chorava demai. (GIRASSOL, 2023).

Acreditamos que a ida de Girassol para João Pessoa ocorreu quando os vizinhos de Picuí começaram a suspeitar das péssimas condições em que a trabalhadora era submetida, ela relata o seu sofrimento e desamparo diante da ausência de uma rede de solidariedade familiar precisando vagar com o seu sofrimento de uma casa para outra em uma mesma família que a maltratava.

Aí pronto, eu tenho dois fi, só que eu dei, porque como eu não podia criar. Dei a uma muié, um casal de gente, de Natal, uma muié de Jaçanã levou, aí disse que um casal de véi lá criou outra, registrou, batizou. Eu não vi nem a saída, saiu à meia noite, levaro a meia noite, só fez nascer, foi embora. Aí eu não pude criar, já morava na casa dos outro. Ela disse que também não podia criar, que já tinha criado os fi dela tudim. Deus sabe o que é que fai. Mair to muito satisfeita. Jesus, toda noite eu oro pra Deus, me ajoei peço força a Deus. É por isso que ainda sou gente. (GIRASSOL, 2023).

Questionamos a Girassol quem seria o pai dos seus filhos, a sua resposta é que não sabe, não lembra quem era o pai dos seus filhos, embora Girassol não afirme em nossa entrevista, o fato dela viver reclusa na casa dos patrões e de ter engravidado e doado os filhos logo após o nascimento é algo que contribui para um rumor levantado pelos vizinhos da patroa de Girassol

de que ela fora também submetida a uma situação de escravidão sexual, mas não é uma informação oficial da nossa fonte.

No final da nossa conversa, a questiono novamente a respeito do seu salário referente a todos os anos que passou trabalhando na mesma casa e como ela se sentia morando na casa dos idosos de Picuí.

Não, o negócio lá era roupa, e nem era nem roupa boa. Agora eu tem calça jeans boa, tem bermuda nova, tudo boa, blusa que eu ganhei aqui de presente. Pronto (risos), no aniversário meu eu ganhei uma blusa dessa moça que trabaia aqui, nova, tudo novo e, eu não tinha nada. Graças a Deus, eu tô muito satisfeita, aqui não me falta nada não. Eu agora posso dizer que tô no céu. Pra todo canto que olho tem minhas coisa boa. Eu sofri muito, não tinha uma chinela, tinha japonesa tudo saindo do pé, agora eu tem graças a Deus. Sou muito bem recebida. As menina aí que trabalha é pessoa muito boa, amanhã vai chegar as outra, muito boa, e carinhosa, muito limpa, pia aí que ela fei (mostra as unhas dos pés e das mãos esmaltadas de vermelho) pintou unha. (GIRASSOL, 2023).

Girassol foi para a casa dos idosos após as denúncias judiciais dos vizinhos contra os seus patrões, foi inicialmente enviada para a casa dos idosos em Campina Grande, onde não se adaptou bem, sendo posteriormente transferida para Picuí, conforme informamos inicialmente. A casa dos idosos, na maioria dos casos, é considerada um sinônimo de abandono, solidão e tristeza para os idosos que por algum motivo não podem estar nessa fase da vida próximo aos seus familiares. Mas esse não é o caso de Girassol, que com a perda dos seus familiares ainda em sua juventude precisou lidar com o desamparo e a inserção em um ambiente de trabalho bastante hostil, o acolhimento que recebe no seu novo lar é como o céu para Girassol que viveu algo próximo ao inferno antes na sua vida.

O relato de Girassol demonstra a dificuldade de existir na solidão em meio a sua dor e inconformação diante da situação análoga a escravidão que era submetida, uma vez que é um corpo invisível socialmente, diante dos reforços estruturais que fortaleciam a posição que fora submetida e que também forneciam respostas ao seu empenho de desvincular-se deste, ao ser desacreditada por nomenclaturas como “louca” e por estar envolvida em uma relação paternalista em que a Girassol é fornecida uma imagem infantilizada.

Segundo SOUZA (2018), em sua análise sobre as estruturas política e cultural brasileira, existe um fenômeno presente principalmente em sociedades periféricas como o Brasil, o que o autor classifica como *habitus* precário, que seria a existência de redes objetivas e não visíveis que desqualificam indivíduos e grupos sociais que são precarizados e classificados como sub produtores e sub cidadãos.

No caso das trabalhadoras domésticas, principalmente no caso de Girassol, que viveu em uma situação análoga à escravidão, observamos a invisibilidade desses corpos no âmbito social, a dificuldade em fazer formar redes de solidariedade, são corpos desprezados em seu físico e emocional.

[...] Como o exercício da ideologia do desempenho se dá de forma sub-reptícia, sutil e silenciosamente através de uma prática reproduzida irrefletidamente nos diversos *habitus*, com escolhas, distinções e distanciamentos como que pré-embutidos num princípio de realidade simbólico ancorado e reproduzido institucionalmente, a opacidade da dominação, também sob condições modernamente periféricas, é autodestrutiva para os grupos afetados com um *habitus* precário, na medida em que a autorrepresentação e a autoestima, socialmente construídas, leva inexoravelmente àquilo que Taylor havia definido como a consequência de reconhecimento social: “ausência de reconhecimento não significa apenas falta do devido respeito a alguém. Ela inflige feridas profundas, atingindo suas vítimas com um autodesprezo mutilador .” Uma dessas forma de feridas profundas parece a aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa, fechando o círculo do que gostaria de chamar de naturalização da desigualdade abissal como a da sociedade brasileira. (SOUZA, 2018, p. 178 e 179).

Em muitas situações observamos a falta de autoestima das trabalhadoras domésticas, em seu desconcerto ao pedirmos uma entrevista, não entender qual o propósito daquilo. Mas Girassol, com toda a sua trajetória traumática nos recebeu com entusiasmo, apesar de fugir de algumas questões (propositalmente ou não), parecia estar mais disposta a mostrar que apesar de tudo, está bem, que finalmente encontrou sua rede de apoio, inicialmente com os vizinhos picuienses que denunciaram a situação que era submetida e posteriormente com os cuidados que recebe na casa dos idosos picuienses.

3.1.3 “O povo diz assim: doméstica é um trabalho como qualquer outro. Não é, porque a maioria das pessoas humilha muito a pessoa lá”: o relato de resistência de Cravina.

A seguir conheceremos o relato de Cravina, que mora com a sua filha também trabalhadora doméstica e a sua neta, no bairro menos privilegiado da cidade. Segundo ALMEIDA (2018), em seu estudo sobre o racismo estrutural no Brasil, os grupos pertencentes à etnia negra, que é um grupo de refugados da sociedade, a discriminação racial direta e indireta acarreta estratificação social por meio de um fenômeno intergeracional, em que as chances de ascensão social é afetado, neste caso analisado ocorre até mesmo quando a filha possui um tom de pele fenotipicamente mais claro, de forma, que analisaremos a sua entrevista apenas no próximo capítulo. Inicialmente percebemos que Cravina começou a trabalhar ainda muito cedo para poder sustentar-se.

Comecei com doze anos até os cinquenta e um anos. Porque os meus pais não tinha condição de me dar as coisa, então eu tinha que ir trabalhar, comecei de babá até os treze anos, depois eu fui trabalhar em casa de família normal. Começava de sete horas e dormia no trabalho. Às vezes tinha folga no domingo, às vezes, era difícil. Parava de trabalhar depois da janta, arrumava a cozinha aí pronto descansava. De sete da manhã até oito da noite. (CRAVINA, 2023).

Neste relato, observamos que Cravina começou a trabalhar ainda criança como babá e, posteriormente, passou a desempenhar outras tarefas domésticas, deixando esse trabalho aos cinquenta e um anos para cuidar da sua mãe idosa. Ela estava inserida em uma longa jornada de trabalho, cumprindo 14 horas de trabalho diário, todos os dias da semana e folgando apenas em alguns domingos, além de residir na casa dos patrões. A seguir a questionamos se ela teve oportunidade de estudar quando era criança.

Não, eu vim estudar com dezenove anos. Porque eu não tinha tempo, não tinha tempo pra estudar não. E também morei um período no sítio, aí criança a gente não estudava, aí com doze eu vim pra cá e comecei a trabalhar em casa de família, quando eu vim pra cá os meus pais também nunca ligou de botar a gente na escola, eles também nunca estudaram, então achavam que era normal. Meu pai mesmo dizia que o estudo da gente era cabo de enxada. Aí pronto. (CRAVINA, 2023).

Havia uma maior dificuldade das pessoas pobres e negras em ter acesso à educação até alguns anos atrás no Brasil, a falta de escolaridade pressupõe a inserção em um trabalho pouco valorizado e explorador, como no caso do trabalho doméstico, algumas famílias como a de Cravina se conformavam com esse destino, outras tende a valorizar a educação, principalmente por ser considerado a principal forma de romper com este ciclo. O termo “o estudo da gente era cabo de enxada.”. Pressupõe a falta de utilidade que algumas famílias viam nos estudos, sendo mais útil trabalhar em algo que requer mais esforço físico que garantisse a sobrevivência familiar.

SILVA (2008) retrata em sua pesquisa, a respeito do papel dos avós nas famílias populares, ao entrevistar pessoas idosas pobres que estavam estudando na modalidade EJA (educação de jovens e adultos), a ética do trabalho das famílias pobres, em que educar bem os filhos para os pais dessa geração seria educar para ser um bom trabalhador. Na nossa pesquisa com mulheres pobres, trabalhadoras domésticas picuienses, também observamos essa ética do trabalho das famílias populares nos depoimentos coletados, pois era o trabalho duro desde a mais tenra idade que garantia a sobrevivência dessas pessoas de forma honesta.

Questionamos Cravina a respeito do seu relacionamento com os patrões e, ela nos afirma: “Alguns eram bons, outros não. Outros me humilhava, botava apelido em mim, essas

coisas assim. Principalmente quando eu era mais jovem né, que eu tinha meus doze, treze anos. Apelidos assim, não tem aquele desenho fofão, me chamava de fofão.” (CRAVINA, 2023).

A trabalhadora relata que encontrou bons patrões, mas que também encontrou patrões ruins, que a tratava por pronomes pejorativos, a humilhando. Ela relata, também, que esses fatos eram mais recorrentes quando era mais jovem, período em que os patrões presumem uma propensão maior a falta de instruções, submetendo as trabalhadoras a uma situação de maior exploração e violência, como o caso retratado.

Quando chegou essa parte mais adulta né, que eu trabalhava e tinha que levar ela (aponta para a filha), lavava de manhã e voltava à tarde com ela nos braços do serviço, porque não tinha com quem deixar. Aí depois quando fui trabalhar em outra casa deixava com a minha mãe porque ela (a patroa) não aceitava. (CRAVINA, 2023).

Cravina aponta um dos seus principais desafios quando atuou como trabalhadora doméstica, quando precisou conciliar o trabalho e a vida de mãe, relatando que levava a filha para o trabalho com ela, mas em outro emprego os seus patrões não permitiam que ela levasse a filha, a deixando sob os cuidados da avó em casa. É evidente a importância que as avós possuem nas famílias populares, são esses corpos velhos e também invisíveis, que desempenham a função de cuidar dos netos, para que os seus pais, homens e mulheres possam trabalhar e adquirir o sustento financeiro familiar.

Como filha de Cravina também é trabalhadora doméstica e, Cravina cuida atualmente da mãe idosa e da neta para a filha trabalhar. Percebemos a construção de uma rede de solidariedade familiar feminina, em relação ao cuidado de avó, mãe e neta, em meio ao trabalho de cuidado imposto ao gênero feminino.

O povo diz assim: doméstica é um trabalho como qualquer outro. Não é, porque a maioria das pessoas humilha muito a pessoa lá, porque a pessoa tá lá limpando, aí acha que a pessoa tem que fazer coisas que a pessoa não quer fazer, por exemplo como horário, eu trabalhei numa casa aí e chegava de oito, nove horas, eu não queria, mas tinha que fazer porque fulano ou ciclano não tinha chegado, aí tinha que botar janta, limpar a cozinha. Essa parte aí. (CRAVINA, 2023).

Nesta passagem vemos um pouco mais a formação discursiva da trabalhadora doméstica humilhada e explorada, Cravina afirma que o trabalho doméstico não é como qualquer outro, pois estar inserida neste posto, é como uma carta branca para ser humilhada, principalmente pelos patrões, por meio do pressuposto de que algumas vidas valem mais e outras menos, logo, estando inseridas em um campo de invisibilidade social podem ser tratadas de qualquer forma ou da pior forma possível, para satisfazer o ego sádico de outros seres humanos.

Ela afirma também o seu descontentamento em executar tarefas que não eram de sua responsabilidade, e passar mais tempo no trabalho do que o combinado, sem receber por suas horas extras. A trabalhadora afirma ainda que desenvolveu doenças diante do trabalho que realizou durante anos:

Bussit, lesões nos tendões, de pouco a mais, tudo isso eu tenho devido o trabalho doméstico em casa de família. Emocionalmente também, já cheguei a chorar muito em casa de trabalho, por isso mesmo, tem pessoas que são boas, mas tem outros que não, tem patrões bons e tem outros não são. Não sei se essa entrevista vem ao caso, mas teve caso de adolescente, que até abuso de filho de patrão a gente sofre, essas coisas assim, já passei por isso também, de chegar e agarra a pessoa, essas coisas assim. (CRAVINA, 2023).

Além das doenças físicas que a trabalhadora descreve, ela afirma que sentia o seu emocional abalado, diante do tratamento que recebia por alguns dos seus patrões, relatando também que vivenciou situações de assédio sexual dos patrões. A trabalhadora relata que mesmo em seus anos finais de trabalho, não obteve carteira assinada: “Não, nunca tive carteira assinada não. Inclusive eu trabalhei catorze anos numa casa, mas não era carteira assinada não.” (Cravina, 2023).

Cravina descreve em seu relato o sentimento de humilhação, em ser considerada uma pessoa inferior dentro da sociedade picuiense. Apesar de estar inserida nesse meio desde criança, ela assume em seu discurso uma posição de maior criticidade em relação ao tratamento que recebia.

3.1.4 “não é como a empregada, é como se fosse um lixo, sei lá”: o tratamento destinado aos refugados no depoimento de Violeta

A próxima entrevista analisada é a de Violeta que trabalhou onze anos como trabalhadora doméstica, deixando a profissão diante do cansaço e para se dedicar a cuidar da sua mãe idosa. O depoimento nos demonstra descontentamento em relação ao tratamento que alguns patrões atribuem as trabalhadoras, sem nos descrever episódios específicos.

Ela começou a trabalhar como doméstica aos onze anos, responsável por realizar todas as tarefas domésticas na casa e também por cuidar de duas crianças pequenas, ela afirma que estudou até a sexta série (quinto ano do fundamental) e que pós isso não quis mais estudar, sem nos especificar os motivos, afirmando apenas que não quis mais, como quem havia deixado de enxergar o sentido em continuar a estudar.

A trabalhadora nos descreve a sua rotina de trabalho: “Começava de sete da manhã ao meio - dia. Recebia cem reais por semana, não naquela época era uns setenta reais por semana. Cuidava das crianças, lavava, engomava, passava né, lavava banheiro, barria casa, lavava os prato, só isso.”. (VIOLETA, 2023).

Violeta retrata como era a sua rotina de trabalho em uma das casas em que trabalhou, a sua carga horária de trabalho semanal era menor em relação às demais, em seguida descreve as tarefas que executava, dentre elas cuidar das crianças da família contratante. Logo após, a questionamos a respeito de como era o relacionamento da trabalhadora com os patrões:

Já tive muitos patrões ruins e muitos bons também. Os bons eu tinha eles como uma família e os ruins só fazia humilhar eu né, maltratar com palavras. Toda casa, pode ser qualquer casa, a gente trabalha, mas nunca é bom, sempre tem os conflitos né, as coisas, as pilérias, sei lá. É ruim demais trabalhar, horrível na cozinha dos outros. (VIOLETA, 2023).

Ao falar sobre os seus patrões, inicialmente a trabalhadora relata sobre os bons patrões afirmando que os consideravam como seus familiares, relacionando ao sentimento de afeto e cuidado que as mulheres foram ensinadas a adquirir em relação à família, e ao sentimento bastante frequente no relacionamento trabalhadora e patrões. Mas posteriormente discorre sobre os patrões ruins, retratando que estes costumavam empregar abusos verbais contra a trabalhadora, no final da sua fala ela contraria a sua posição inicial ao afirmar que em todos os casos é ruim trabalhar como doméstica, que sempre é conflituoso.

Violeta também retrata as formas de discriminação que sofria quando trabalhava como trabalhadora doméstica: “Sempre tem discriminação, por parte dos patrão mesmo, que fica humilhando né, e as pessoas também de fora né, que ver a pessoa como... não é como a empregada, é como se fosse um lixo, sei lá. A gente não têm valor, quem trabalha pra esse povo, eles falam que a gente somos piniqueira.” (VIOLETA, 2023).

Para a trabalhadora o trabalho doméstico é algo extremamente desvalorizado, ela nos conta que a discriminação acontece tanto na casa dos patrões quanto fora, no meio cultural da sociedade, contando o tratamento enquanto lixo humano que recebia ao ser considerada alguém cuja serventia seria apenas servir a terceiros em suas atividades básicas.

3.1.5 “vontade tive de morrer, assim eu não tenho inveja de nada, mai eu tenho inveja de quem ler”: sobre a falta de tempo para si e a inacessibilidade da educação no relato de Rosa

A próxima entrevista que analisaremos será a de Rosa que mora em sua casa com a sua filha e o genro, também em um bairro pouco privilegiado da cidade. Ela começou a trabalhar quando possuía pouco mais de vinte anos quando passou a morar na zona urbana de Picuí, como babá e como doméstica, em certos casos executando os dois trabalhos ao mesmo tempo para uma família. Antes residia na zona rural e trabalhava na agricultura com o seu pai.

Graças a Deus eu trabalhei em casa de família, mas nunca trabalhei em casa de gente mau, não trabalhei em casa de gente ruim não. Na época era barato, que até hoje ainda é as coisa né? não da muita fé no que é que a pessoa fai, mai me pagavam direitinho e nunca ninguém me faltou com respeito não nas cozinha, nas casa que eu trabalhei não. (ROSA, 2023).

Inicialmente ela afirma que nunca trabalhou para pessoas ruins, que lhe empregasse algum tipo de crueldade ou desrespeito durante o cotidiano de trabalho, todavia recebia pouco, ela lembra em sua fala que ainda hoje é pouco, que o serviço que prestava não era valorizado por ser tarefas consideradas básicas, por meio da presunção cultural de que não é necessário grandes instruções para a execução do trabalho doméstico, e faz questão de reafirmar que nunca se sentiu discriminada. Em seguida a pergunto como era a sua rotina de trabalho.

Era mei pesado né, passava o dia todim trabalhano. Se fosse de criança tinha que lavar roupa todo dia, todo dia, todo dia. cuidando de bebê todo dia tinha que lavar, né? pesado. Agora nas casa nunca fiquei pra dormir não, eu era só o dia mesmo, seis e meia pras sete eu chegava, aí o bebê já tava acordado, aí a mãe me entregava, ia dar um banhim de sol por ali, aí entrava pra dar banho, dar comida, pra eles dormi. Aí pronto, era o dia todo, só de seis horas da noite que eu tava liberta pra vim pra casa. (ROSA, 2023).

Embora nunca tenha residido no trabalho, ela relata a sua longa jornada de trabalho, narrando algumas das tarefas que realizava, principalmente quando precisava cuidar bebês. É interessante também o termo que a trabalhadora usa ao se referir ao momento em que estava liberada do trabalho: “liberta”. O termo remete a estar livre de algo que a aprisione de forma perturbadora ou incômoda, nos remetendo também a escravização moderna do trabalho. Logo depois, a questiono o que ela considerava mais difícil em relação ao trabalho doméstico.

Era cuidar de menino mermo, porque assim, cumer difícil eu nunca fiz, mais cumer fácil, como diz o ditado, foi o que mamãe ensinou, graças a Deus, nunca tive muita dificuldade não, armoço fácil, armoço do dia a dia, agora esses negócio, que agora tem outros tipo de comida mais... aí eu nunca vi não. A mulher que eu trabalhava chamava umas pessoa, mais eu também não tinha o tempo também, que eu já ia era lavar era roupa, aí eu já não ia mais cuidar em cumer, aí nesse dia assim que acontecia, eu já ia era lavar as loiça que suja demai, aí vinha cozinheira, cozinheiro, aí se fosse pra mim aprender com eles eu não aprendia não, que eu era ocupada demais, era loiça demai que suja. Mai era bom, cuidar em comida é bom, eu não tenho preguiça também

não. Não sei fazer comida não, mais também não tenho preguiça de fazer comida não, graças a Deus, nunca tive. (ROSA, 2023).

Rosa afirma que era difícil cuidar de crianças, principalmente nos casos em que era responsabilizada por executar outras tarefas. Ela também relata outra dificuldade que enfrentou, que foi o fato de saber cozinhar apenas as comidas convencionais conforme a cultura gastronômica brasileira, que costumam ser consumidas no cotidiano, o preparo de comidas mais elaboradas não era uma habilidade que dominava. Nos casos em que os patrões recebiam convidados era contratado uma cozinheira para realizar o preparo da comida. A seguir ela relata a dificuldade que havia de empregar outras formas de sociabilidade além do trabalho:

Saia de noite. Porque as festa da antiguidade, era umas festa boa, que tinha de dia, o leilão, se eu tivesse trabalhano, a pobi deu não ia assistir nada não, só de noite mermo, porque eu não trabalhava de noite né. Aí quando eu vinha de seis horas pra casa, ainda pra se arrumar, se ajeitar, pra voltar pra rua, dar uns passeim e olhar as coisa, era mais não saia não, podia não. Perdia qualquer coisa que tinha no correr do dia dentro da cidade. (ROSA, 2023).

O trabalho doméstico e a longa jornada de trabalho em meio ao ambiente privado, dificultava a trabalhadora de circular no ambiente público, “olhar as coisas” fora do ambiente doméstico, ocorria apenas em um período breve da vida de muitas trabalhadoras. A respeito de sua vida escolar ela nos afirma:

Minha primeira escolinha, que eu tive, morava no sítio, já tinha doze anos ja, vivia trabalhano, agente trabalhava no roçado, apanhando algodão, apanhando feijão, aí nesse tempo não tinha esse negócio não, colégio, a gente não via não. Aí um dia surgiu uma pessoa lá, uma moça de lá do lugar mermo que a gente morava, tinha uma garagem bem grande que era da gente botar feijão, quando tava lucrano, botar lá tudo as coisa. Aí ela arrumou uns banco véi, uma mesa véia, aí era tanto menino, parecia que os menino dessa redondeza todinha vinha pra essa professora, aí era menino, criança, com gente já adolescente, eu já tinha doze né, aí como muitas que já tinha doze também, aí eu ficava, passei uns tempo lá, pra conhecer umendo o A, mai eu vim estudar mermo, estudar não, que não aprendi também não, frequentei demai, mai a memória, eu não sei porque que não teve, sabe quando em setenta, foi bem em setenta e sete ou era em seis, quando apareceu uma tal de uma escola aí da noite. Mas tinha colégio uns grupim por aí, aqui no bairro Limeira tinha, mai deixou pra noite, porque a gente já trabaia, a gente morava aqui, mai ia pros sitio trabaia mai papai, a gente ia pra mobral, foi quando eu aprendi a fazer meu nome, a metade, perdeno letra ainda, ainda tirei a identidade, a letra feia que só, mais ainda fiz. Era tudo separado, do jeito que a professora ensinava, mais mesmo assim eu fiz a minha identidade. Aí depois findou sem estudar aí frequentei mesmo uns grupo, frequei o Tio Felipe, acolá embaixo, um grupo pequeninim, a gente estudou na mobral lá de noite, aí depois voltei com um tempo, aí já não foi mais pra mobral, foi pra escolinha normal mais mermo assim, não sabia de nada também não, até hoje como eu também não sei, sei fazer meu nome, se apertar demais eu erro ainda. Não nasci com memória, vontade tive de morrer, assim eu não tenho inveja de nada, mai eu tenho inveja de quem ler, eu sei que aquilo eu não vou derrubar também, mai que eu mermo não tenho olho mal pra

botar olhado, mai eu mermo tem inveja da pessoa que é pa pa pa pa pa pa volta de novo e vai, é bonito. A vontade era tão grande, que fervia aqui, doía (bota a mão na cabeça), paguei uma conhecida minha, por mês, não me lembro nem quanto que ela cobrava, tudo pra aprender. Porque lá não ia ter muita zoada, porque no colégio tem aqueles adolescente e gente jovem, e gente casado, tudo ali estudano, uma zoada medonha, uns vão ali pra estudar outros pra fazer fofoca, aí o caba atraí de aprender. Aí paguei a essa menina, ela mora lá embaixo, paguei a ela um bocado de mês, mais quem disse que eu aprendi a desenrolar? conheço quase todas as letra, mais não sei dizer o nome, agora que é amarrado a cabeça chega doi, ai digo as letra pra lá e pra cá, aí pejejo pra saber o que é, pra mim dizer o que é, mais não digo não. (ROSA, 2023).

Nesse relato observamos o quanto o acesso à educação formal era algo difícil de ser acessado por aqueles indivíduos pertencentes às comunidades populares, bem como, a falta de escolaridade afetava a vida de tantas pessoas. Vemos no relato de Rosa o seu desejo de ser alfabetizada, diante da dificuldade enfrentada por aqueles que não sabem ler e escrever, quando afirma que já mais velha procurou por aulas particulares para ter acesso a essa forma de saber, configura-se em uma forma de driblar as limitações que lhes fora imposta ainda na infância, embora informe que não tenha conseguido o desempenho que gostaria, assinar o seu nome é uma vitória pessoal, uma tática empregada em sua arte de viver. Sobre as maiores limitações impostas às pessoas negras, Almeida discorre:

As duas primeiras explicações são racistas. A primeira é abertamente racista, pois impinge uma espécie de inferioridade natural a pessoas negras. A segunda é velada e racista, e afirma, ainda que indiretamente, que os negros são os *culpados* pelas próprias mazelas. Já a terceira e a quarta trazem o que poderíamos chamar de *meias verdades*. De fato, negros e negras, são considerados o conjunto da população brasileira, apresentam um menor índice de escolaridade e, sim, o sistema político econômico privilegia pessoas consideradas brancas. Mas o que as explicações três e quatro não mostram é o motivo pelo qual pessoas não brancas têm menos acesso à educação e como e porquê pessoas brancas obtêm vantagens e privilégios sociais. (ALMEIDA, 2019, p. 48).

Diante de uma espécie de sabotagem imposta à Rosa, ela não se conforma diante da limitação, indo em busca do seu desejo de aprender a ler e escrever, usando as ferramentas que havia disponível no momento. As trabalhadoras domésticas são personagens sociais que sofreram inúmeras limitações e que mesmo assim aplicaram ferramentas de resistências, mesmo que sutis.

É importante ressaltar diante desse relato e de outros que seguirão, os fatores de discussão que ocorriam na educação brasileira em relação à Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional que marcou o período inicial dos anos de 1960 no Brasil, além de outras iniciativas notáveis como o método de ensino criado por Paulo Freire, à pedagogia libertadora,

que ganhou dimensões nacionais, impulsionando os diferentes estados brasileiros a adotar o método no processo de erradicação do analfabetismo no Brasil. Esse caráter de redemocratização da educação brasileira é desestabilizado em 1964 com o Golpe militar, que anula a proposta de revolucionar o setor educacional do país, com o argumento de que as propostas eram subversivas.

O Regime Militar manteve a essência da estrutura referente ao ensino primário definida pela LDB de 1961, que tornava o ensino obrigatório apenas nos quatro primeiros anos de ensino e aprendizagem. No entanto, a legislação previa que em casos de pobreza dos pais ou responsável, insuficiência de escolas, matrícula encerrada e doença ou anomalia grave da criança, as famílias não eram obrigadas a realizar as matrículas de seus filhos. Além da ausência de políticas públicas educacionais, o governo passou a incentivar as instituições de ensino particulares, direcionando o ensino do país para o âmbito privado, elitizando o acesso à educação.

O Regime implementou reformas educacionais, entre elas referente ao ensino básico, a Lei n. 5.692 de 1971 que estabeleceu o sistema nacional de 1º a 2º graus, com o objetivo de aumentar a produção de trabalho, bem como, a modernização autoritária das relações capitalistas de produção, o sistema educacional do ensino era baseada em um sistema técnico de conhecimentos. Diante dos altos índices de analfabetismo o governo militar instituiu em 1967 o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), citado pela entrevistada, onde, de acordo com a lei n.º 5.379, o Estado buscava promover a alfabetização de pessoas na faixa etária dos 15 a 30 anos.

As teorias e métodos empregados nesse período correspondiam à visão que o Regime tinha em relação à educação, cuja finalidade última da educação seria promover a elevação da economia. A educação para os tecnocratas do período não apenas promovia a economia a maiores patamares, como também moldava o trabalhador para atender ao viés moderno capitalista, se tornando o denominado “capital humano”. Todavia, em relação às trabalhadoras domésticas a quase, ou mesmo total falta de instruções escolares, continuou a ser uma marca desta categoria de trabalho.

Só trabalhei muito de lavadeira de roupa mermo e engomar, aí isso aí foi que deixou um pouquim mair de dor na coluna, reumatismo, que o caba passar o dia em pé né? lavando roupa e depois no outro dia passar o dia engomando, isso aqui fica doido (mostra as mãos), assim eu não tenho dor pra inchar, tem gente que chega é aleijado né, mas eu tem meus ossim doente, minhas mão, minhas méca, meus péis dói que só. Mais isso foi mais de trabaiá. Trabalhei muito. (ROSA, 2023).

Na passagem acima, Rosa retrata os impactos do trabalho doméstico em sua saúde física, com o surgimento de dores constantes, que foi algo relatado também por outras entrevistadas, devido o esforço físico e repetitivo que o trabalho doméstico requer.

Quando eu era mais nova era só trabalhano demais, quando não tava trabalho no roçado, corria, que nem já disse, pras casa, depois foi pra lavar roupa, agora graças a Deus, na minha velhice, eu só faço as coisa de casa mesmo, só cuida na minha comida e lavar as roupa, e o resto é dela (aponta para a filha). A gente é inscrito ali, na coisa dos idoso né, aí agora é bom, tem os dias da gente participar lá, da vida ativa lá no Parque das Crianças, aí tem o forró, a gente vai, a gente viaja, tem encontro com os outros idosos nas outras cidades, a gente vai pras praia, aí é mais melhor né? (risos) Agora é mais melhor né, o ônibus cheim de idosa e de idoso, é bom pra gente passear, que a gente não passeava. Um passei desse quem que ia nas antiga né? cadê o dinheiro, por mais baratinho que fosse, ninguém ia conhecer a capital, em João Pessoa, em Natal nera, ninguém não ia mesmo, só depois que tô frequentando a Vida Ativa (programa de assistência social voltado para os idosos). Eu acho bom o programa, não é só eu não, é todos que frequentam, é muito bom, lá é bom que vem médico pra fazer reunião, dizer as coisa né, psicólogo, tudo vem. Aí tem banho de piscina né, que é pra fazer a fisioterapia, fazer ginástica, a gente quando era criança não ia, não sabia nem o que era isso, fazer uma terapiazinha numa piscina, e agora a gente faz, uma ruma de muié, mais é bom viu, é bom que é uma beleza mesmo. (ROSA, 2023).

Rosa afirma que na sua velhice pode descansar um pouco, e que por meio de programas de assistência social pode usufruir de atividades, como fisioterapia e viajar, que para ela era impensável em sua juventude, diante das restrições sofridas em detrimento da classe e cor, onde trabalhar lhe tomava todo o seu tempo de vida.

SILVA (2008) retrata duas formas de inserção social das pessoas idosas, a entrada nos grupos de convivência e nas universidades abertas a terceira idade. Essa experiência de Rosa é fruto de políticas públicas de reinserção social das pessoas idosas que existem na atualidade em todo o Brasil, por esse motivo ela pode usufruir de uma velhice ativa e participativa ao fazer parte de um grupo de convivência local de idosos.

3.1.6 “Era como se eu fosse filha. Naquele tempo era assim mesmo as coisas.”: o desconhecimento e a conformidade em torno da ausência dos direitos trabalhistas de Margarida

Iniciaremos a análise do relato de Margarida, uma mulher também negra, que trabalhou alguns anos com o trabalho doméstica até o seu casamento quando vieram os seus dois filhos e passou a se dedicar apenas aos cuidados da sua casa e dos seus filhos.

Observamos que a sua inserção no trabalho doméstico, assim como os demais casos já analisados, foi proveniente da falta de escolha, quando a questionamos a idade em que começou a trabalhar ela nos responde: “Vinte e três anos. Porque eu não tinha estudo e os empregos que apareciam era só esses mesmo em casa de família. Eu cozinhava, eu arrumava, cuidava de criança. Começava de sete até as cinco da tarde, eu residia no trabalho.” (MARGARIDA, 2023).

A falta de acesso à educação formal é demonstrado como o principal fator, para a inserção em um emprego extremamente desvalorizado socialmente, questionamos se ela teve acesso à educação na infância: “Tive. Mas só estudava meia hora, porque a gente trabalhava na agricultura, aí não podia estudar até o final. Estudei só até o terceiro.” (MARGARIDA, 2023).

Em muitos casos, a falta de acesso à educação as confinava ainda mais a essa falta de vínculos, o que podia gerar uma dependência psicológica em relação à família de seus patrões. Essa dependência reforçava a própria continuidade da condição de trabalhadoras domésticas. (TEIXEIRA, 2021, p.43).

As considerações da autora acima a respeito de uma pesquisa envolvendo trabalhadoras domésticas no estado de Minas Gerais, em que a maioria das trabalhadoras alvo da pesquisa vinham do interior do Estado ou da região nordeste do país, também se fazem válidas em relação às trabalhadoras e os seus aspectos educacionais nesta pesquisa.

O contexto sociocultural das mulheres pobres, principalmente moradoras de locais interioranos, configuram-se com a inserção do trabalho na agricultura desde a mais tenra idade, além do auxílio às mães com as tarefas domésticas e o cuidado com os irmãos, a inserção no trabalho doméstico para outras famílias, entre outros. Margarida afirma o motivo de ter ido para uma cidade diferente e exercer a profissão de trabalhadora doméstica, observamos novamente em seu discurso a repetição da falta de opção: “Era importante pra mim, ganhar o meu dinheiro, pra mim comprar as minhas coisas que eu precisava, que eu não tinha outra opção.” (MARGARIDA, 2023).

O primeiro emprego que Margarida atuou foi na cidade de João Pessoa e posteriormente trabalhou em uma casa de uma família em Picuí, o seu relato é importante, pois demonstra também os contrastes do trabalho doméstico na capital paraibana e em uma cidade do interior paraibano.

Era cidade grande, eu não conhecia nada que eu era do interior, era esses os desafios. Eu achava ruim lavar os tapetes que era pesado, pra estender eu achava ruim. Cuidar da cachorra também não era muito bom não, que eu tinha um pouco de medo dela, no começo ela ia me matando, mas depois ela se acostumou, eu fui botar o cumer pra ela, ela se agarro em mim, me rasgando, se não fosse o patrão meu, ela tinha me rasgado.

Eu cuidava dos filhos deles também, de cinco e quatro anos, eles queria bem demais a eu. Era só trabalho mesmo e saía no final de semana para passear com os meus patrão. Saía para a casa dos familiares deles, pra aniversário, pra praia. (MARGARIDA, 2023).

Observamos nesta passagem, o estranhamento em relação a uma cidade desconhecida e de um maior porte, em detrimento da qual era habituada. Em seguida relata a dificuldade do trabalho e também a dificuldade em cuidar dos animais do patrão, narrando um acidente com a cachorra e, que além do trabalho doméstico, era responsável por cuidar dos filhos dos patrões. Nesse período, a sua forma de lazer era também com familiares dos patrões, na praia ou em festas de aniversário, embora afirme que nesses momentos não trabalhava servindo a família contratante.

A sua volta para Picuí foi devido não ter se adaptado a João Pessoa e a ausência de familiares e amigos, a sua rede afetiva: “Porque eu vivia muito trancada lá, eu achava perigoso lá, aí vim embora. E não tinha ninguém da família, só eu mesmo, aí eu voltei. Só tive uma amiga lá, Mariana, que passava roupa lá, mas ela ia só nos finais de semana. Aí eu voltei em 1994, passei mais de um ano eu acho.” (MARGARIDA, 2023).

Ao retornar para Picuí continuou a trabalhar com o trabalho doméstico, segundo informações da sua filha que estava presente no momento da entrevista em João Pessoa a trabalhadora ganhava um salário mínimo, em Picuí passou a ganhar menos: “Eu tô dizendo a relação da cidade grande para a pequena, não era nem meio salário eu acho.” (FILHA, 2023). Sobre essa situação, a trabalhadora afirma: “Mas era bom. Era maravilhoso. Era como se eu fosse filha. Naquele tempo era assim mesmo as coisas. Deis reais por semana, era quarenta reais por mês.”

Embora o salário fosse melhor em João Pessoa a trabalhadora parece que gostava mais do seu trabalho em Picuí, por não ser uma cidade desconhecida, estar próxima dos seus familiares e amigos e também por construir um sentimento afetivo pela família contratante.

A filha afirma ainda, que embora o salário em Picuí fosse bem menor, o trabalho a ser executado por Margarida era maior: “Ela ganhava uma mixaria e trabalhava mais do que em João Pessoa, porque ela cuidava dos dois filhos, no qual, uma era recém nascida e, ela ainda tinha que dar conta do bar e ganhava menos.” (FILHA, 2023).

A filha da trabalhadora possui uma visão mais crítica da situação de exploração em que a mãe era submetida, a trabalhadora tende a romantizar o relacionamento com os patrões, em sua opinião o que era mais importante era o fato de ser “como filha dos patrões”. Já observamos

que a afetividade que envolve o trabalho doméstico, é um fator que contribui com a informalidade e a exploração dessa modalidade de trabalho.

Diante dessa afetividade recorrente, pode haver uma maior tendência das trabalhadoras em proteger a figura do patrão em uma entrevista como essa, ou o desconhecimento dos seus direitos enquanto trabalhadora acarrete a uma conformação dos fatos. Para BUTLER (2003) o dispositivo de gênero produz identidades e acarreta performances, comportamentos produzidos por meio da repetição de normas impostas aos sujeitos. E segundo SOUSA (2017) a concepção que um indivíduo tem de si depende dele e também de como ele é percebido pelo meio social, é o que nos torna produtos sociais.

Neste caso, além do trabalho doméstico desenvolvido por Margarida, ela precisava cuidar dos filhos dos patrões e também trabalhar no bar da família contratante. Margarida afirmou que nunca se sentiu discriminada por trabalhar como doméstica e, que deixou de trabalhar após o nascimento dos seus filhos: “Não, depois eu fui direto pra minha, eu casei, aí fiquei só com os meus filhos mesmo. Eu não podia mais trabalhar com os meus filhos, duas crianças, aí também eu não fui ficando com muita saúde, não tinha quem ficasse com eles e nem eu podia pagar.” (MARGARIDA, 2023).

O processo do trabalho doméstico também era permeado por micropráticas cotidianas, artes de fazer e de viver em suas aplicações de táticas em meio ao sistema que eram inseridas (CERTEAU, 2007). Estas micropráticas cotidianas consistiam em muitas situações de fugas, seja por meio da saída de um emprego onde se sentia isolada, ou mesmo deixar o emprego permanentemente para dedicar-se aos cuidados dos filhos e de si mesma.

3.1.7 “eu mesmo comecei a me manter com meus catorze anos de idade”: o labor como o principal recurso contra as limitações da vida no relato de Orquídea

Orquídea é uma mulher de setenta anos que mora sozinha, também em um dos bairros menos privilegiados da cidade de Picuí, ela tem três filhos homens e, afirmou que adora morar sozinha, pois se sente em paz. Como a maioria das entrevistadas começou a trabalhar ainda na infância, aos catorze anos, e como a maioria das mulheres das camadas populares ocupou diferentes espaços de trabalho:

Aos catorze anos, na casa de dona Raquel, meu primeiro emprego foi lá, trabalhei dois anos. Aí depois empregada doméstica também, em Otávio, empregada doméstica também, trabalhei três anos, empregada doméstica. Trabalhei lá na finada Elisa, lá não passei nem um ano, parece que foi seis mês, lá na mulher de João da farmácia parece

que passei foi seis mês. Aí foi tempo que sai do emprego, ai não trabalhei mais como doméstica. Trabalhei com agricultura, antes da agricultura, foi tombano friba de motô de agave, estendendo friba, trabalhei muito estendendo lenha nas mata, tudo é trabalho né? Trabalhei também em Minério, depois de empregada doméstica tá, daí é outros tipo de trabalho, depois disso aí trabalhei na agricultura, colhendo feijão, colhendo milho. (Orquídea, 2023).

Para muitas mulheres picuienses o trabalho doméstico era uma alternativa, mas costumavam migrar para outros trabalhos como a agricultura, o trabalho com agave e também no minério, pois possuíam uma melhor remuneração. Outras buscavam conciliar o trabalho doméstico e a agricultura familiar.

Estudei na minha juventude. Sei ler, escrever, só não sei matemática (risos) sei ler e escrever. Estudei até o quarto ano antigo, que não é esses estudo de agora, quarto ano primário, que na época era quarto ano primário. Quando eu tive ele (aponta para o filho mais velho) eu ainda estudei, sai dos emprego, aí depois dele me ajuntei com o pai dos meninos (os outros dois filhos que vinheram em seguida), aí foi quando comecei a trabalhar nesses outros empregos. Ainda estudei seis mês, aí deixei, não estudei mais o quarto ano. Deixava ele com Isabel, minha irmã, e ia estudar. No caso eu tinha vinte e um anos, não minto, vinte e três quando eu ganhei ele, tinha vinte e cinco anos quando eu parei mesmo de estudar, aí não quis mais não. Quando eu trabalhava como doméstica, estudava também no antigo Professor Lordão. Estudei, antes de sair pra esses outros emprego, estudei na Mobral, foi de onde veio minha leitura, foi da MOBREAL, aí fiz o primeiro ano da MOBREAL com a Clarice (professora), aí depois no segundo ano da MOBREAL com Cecília (professora), no segundo ano, já segundo normal, sem ser mobral, foi com Helena (professora), no terceiro ano, lá no professor lordão, e o quarto, já tinha saído do emprego, tinha ele aí (aponta para o filho mais velho) fiz aí no Tio Felipe, seis mês de estudo, aí eu deixava ele com Isabel e ia estudar, aí pronto deixei. (ORQUÍDEA, 2023).

Orquídea afirma que aprendeu a ler e escrever, mas não sabe fazer cálculos, ela afirma que os conteúdos estudados na época eram bem diferentes dos que são estudados hoje, conciliando os estudos com o trabalho doméstico e depois com os cuidados com o primeiro filho, contando com a ajuda da sua irmã. Pois, para as mulheres assumirem a vida pública através do estudo e do trabalho, elas precisam de outras mulheres para assumir as suas atribuições domésticas, como neste caso, em uma família popular onde a irmã assume a condição de substituta no lugar de cuidadora da criança. Abaixo ela expõe a sua experiência com os conteúdos temáticos que estudou:

As matérias era português, ciências, matemática, que eu nunca fui boa em matemática, eu sei que por aí aprendi ler e escrever, matemática é que eu não sou bem não. Mais gostei de meus estudo, das matéria, português e ciências. Acho que na época era só essas matérias: português, ciências, matemática. (ORQUÍDEA, 2023).

Através desses relatos, observamos que para as pessoas que enfrentaram dificuldades para ter acesso à educação a valorizam, seja como a finalidade para a mudança para uma profissão mais valorizada, ou como vemos no relato de Orquídea e de Rosa o seu esforço para aprender a ler e escrever, o quanto a alfabetização pode mudar a vida de alguém. É importante relembrar que na época mencionada os índices de analfabetismo eram muito altos.

SILVA (2008) demonstra em seu estudo a respeito dos corpos enrugados populares, ao abordar aqueles que fazem parte de turmas do EJA tendem a serem mais facilmente escolarizáveis em comparação aos corpos infantes e jovens, porque eles tiveram uma infância marcada pelo trabalho e viam o acesso à educação escolar com algo impossível. No momento em que esses corpos estão estudando em turmas do EJA, eles estão curando uma memória recalçada, que era o sonho de estudar na infância, demonstrando gratidão e encantamento pela escola.

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a *culpa* pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avalia a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro o discurso da meritocracia é altamente racista, vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos com a desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p. 63).

A educação formal é apontada pelas trabalhadoras como a principal forma de mudança de trabalho para exercer uma mão de obra com maior privilégio social, contudo, o acesso à educação pelas camadas populares não eram fáceis ou simples, era necessário pagar material escolar, professores particulares, uma vez que as escolas no interior eram mais escassas, além da rotina de trabalho que iniciava ainda na infância. Na próxima passagem do depoimento, Orquídeas descreve a sua rotina de trabalho:

Acordava seis horas, fazia o café, servia o café, aí ia cuidar no armoço, daí por diante, lavar roupa, quando precisava lavar roupa, passar. Terminava, pela manhã, onze horas já tava tudo desocupado, quando não tinha roupa, quando tinha roupa ia passar, quando tinha roupa pra passar. Dormia lá no local de trabalho. Eu ia dormi oito, oito horas mais ou menos, quando não tinha uma festa né pra eu ir (risos) aí dormia cedo, quando tinha chegava no máximo era uma, duas horas, tem que falar a verdade né e, no outro dia tinha trabalho doméstico. A tarde, enquanto, não chegava a hora da janta, se tinha alguma coisa assim pra passar, passar pano na casa, eu ia fazer. Mair quando não tinha, ficava tranquila, lá mesmo, até a hora de fazer a janta. (ORQUÍDEA, 2023).

Orquídea morava no trabalho e mesmo com todas as limitações que esse fator colocava à trabalhadora, ela retrata a sua rotina de trabalho de forma leve, afirmando que saía para as festas retornando de madrugada para a casa. O bom relacionamento com os patrões pode não ser utópico e até mesmo uma realidade para algumas trabalhadoras, é importante ressaltar também que cada discurso exprime o que o seu autor considera importante de exteriorizar, não dar ênfase ao sofrimento, mas demonstrar que apesar de todas as limitações impostas no âmbito sociocultural era uma trabalhadora, doméstica e de outras funções, que apesar das dificuldades aprendeu a ler e escrever, que se divertiu também, o que nos faz lembrar da frase da escritora Maria Carolina de Jesus: “Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.” (JESUS, 1983).

Orquídea continua em seu relato: “Eu sempre gostei do meu trabalho de doméstica, nunca tive do que reclamar não. Durante os meus trabalhos domésticos, eu sempre fui muito bem acolhida, meus patrão me tratava bem.” (Orquídea, 2023). Em seguida a questiono se em algum momento ela se sentiu discriminada por trabalhar como doméstica:

Deixe eu ver...não. Foram quatro casas que eu trabalhei e nenhuma me trataram mal, sempre me acolhiam bastante. Tive que sair, porque foi tempo que engravidei dele também né? (o filho mais velho). Aí falei pra o pai dele que não tava mais com condições de trabalhar, aí ele alugou uma casa e saí do emprego, porque eu mesmo quis sair tava com vontade. (ORQUÍDEA, 2023).

No geral, o relato de Orquídea é o que mais se contrapõe aos demais já analisados nesse capítulo, narrando o seu trabalho de forma leve, afirmando que sempre recebeu o acolhimento dos patrões e, que saiu do trabalho apenas após ter engravidado do seu primeiro filho, como uma forma de ser poupada de um trabalho que requer força e repetição, em uma fase mais delicada que é a gestação.

Meu primeiro emprego, foi com dona Marta, o esposo dela era de cama, eu fui mais pra cuidar dele que ele tinha câncer né?ela é costureira, aí eu ficava com as meninas dela, assim mesmo morei dois anos com ela. Dona Marina não tinha esposo, era separado, só a minha patroa mesmo, ela tinha as duas meninas e dois filhos, pelos filhos dela eu era muito bem recebida. (ORQUÍDEA, 2023).

O primeiro emprego que Orquídea descreve, além de realizar as tarefas domésticas, era a cuidadora de uma pessoa doente e das crianças. Ela afirma que a sua patroa era uma costureira, não era uma pessoa de grandes recursos financeiros, o que nos demonstra uma categoria de

trabalho não apenas para pessoas abastadas de fato, devemos atentar ainda para o contexto interiorano em que a elite da cidade, principalmente até vinte anos atrás, era formada por pequenos comerciantes e alguns profissionais liberais.

Algumas mulheres ainda muito jovens, que iniciavam o seu labor ainda na adolescência, trabalhavam em casas onde as patroas pertenciam à mesma classe social, principalmente porque a renda que lhes eram fornecidas era um auxílio para a renda geral de sua casa. A relação entre patroa e trabalhadora, em casos como esses, costumava ser mais tranquila e sem tanta exposição a humilhações, diferentemente do que ocorre com a maioria das trabalhadoras que trabalham para as famílias pertencentes a elite ou a classe média.

Na segunda casa mencionada, ela não informa a profissão da patroa, apenas que a mesma era divorciada, e que possuía filhos, sendo bem recebida por eles. Abaixo ela informa também alguns detalhes da sua renda:

Na época o tipo de dinheiro eu não sei não se era cruzeiro nem cruzado, tostão também não era. Na época era cinco, três, que na época era muito dinheiro na época, daí por diante, por mês. Comprava roupa, me mantinha de roupa, calçado, eu mesmo comecei a me manter com meus catorze anos de idade, trabalhava só pra mim mesmo, paguei aula assim pra meus dois irmãos, foi tempo que a minha mãe se separou do meu pai, aí quando eu recebia o dinheiro dava um caderno a um, um lápis a outro, carta do abc a um, carta do abc a outro. Era até a vizinha que ensinou a eles a aprender qualquer coisa, mas eu dando sabe dinheiro, e o que ganhava dava os material pra eles. (ORQUÍDEA, 2023).

Orquídea não recorda bem qual era o seu salário, embora pareça se contentar com o valor que recebia, acreditamos que ainda era um valor muito baixo considerando o peso da moeda e do quadro econômico como um todo. Todavia, ela narra com orgulho à conquista da sua independência financeira ainda muito jovem. E quando os seus pais se separaram, ela também auxiliava com as despesas com os irmãos menores, principalmente em relação aos estudos.

Assim como Margarida, Orquídea não reclama de dores físicas ou emocionais, assume uma posição antes de tudo de trabalhadora, de alguém que lutou para sobreviver da forma que pode, sentindo satisfação em relação a isso. Observamos também que a trabalhadora em sua juventude, ao contrário das demais, afirmou gostar de frequentar a festas:

Passei bastante. Aqui em Picuí tinha carnaval, brincava carnaval, na época que aqui tinha carnaval, na época também tinha bastante festa, tinha festa de natal, festa de janeiro, hoje não tem é nada, tinha tudo isso, muito animado. O carnaval era só dançando, no salão mesmo, ia pular na rua. (ORQUÍDEA, 2023).

Nessa parte do seu relato, Orquídea narra algumas formas de diversão que empregava na época, mostrando mais uma vez que apesar das dificuldades impostas, ela também buscou moldar a sua vida da forma que pode de uma forma que lhe agradasse. A questionamos também a respeito das suas considerações sobre a sua vida hoje:

Me acho bem, confortável. Não tem esquentar cabeça, é bem silencioso, que eu adoro o silêncio, tirando a zoada do rádio que hoje eu liguei (risos) Pronto, eu gosto. Hoje eu não tenho diversão nenhuma não, só o rádio até meio dia, passou do meio dia eu desligo, só vou ligar no outro dia. Aí a noite é que vou pra televisão assistir. Durmo bem, graças a Deus. Ainda acordo como a rotina do meu trabalho, de seis horas eu tô acordada, pra morar sozinha e Deus é a mesma rotina, não sei acordar tarde. (ORQUÍDEA, 2023).

Orquídea mora sozinha, os seus filhos são adultos e casados, ela afirma gostar de morar sozinha, onde se sente em paz. A sua forma de diversão passou a ser o rádio e a televisão, onde ouve músicas e notícias, mas no geral não gosta de barulho.

Ao longo dos depoimentos analisados nesse capítulo observamos pontos em comum e divergentes, algumas trabalhadoras valorizam a educação e outras não a valorizam tanto, a forma de narrar as entrevistas também são diferentes, na maioria dos casos escolheram serem mais sucintas, descrevendo a rotina de trabalho alguns dos seus descontentamentos diante da rotina, outras se dedicam a narrar apenas a sua experiência com o trabalho doméstico.

Na maioria das falas observamos o sentimento experimentado pelas trabalhadoras de discriminação em meio às práticas cotidianas veladas ou não dos patrões em relação às trabalhadoras. Em sua tese de doutorado, SILVA (2008) expõe acontecimentos de discriminação e de classificação estigmatizante dos corpos pobres e sobretudo negros das trabalhadoras domésticas em seu ambiente familiar na infância:

[...] Na convivência com a minha avó Donzinha eu me sentia desrespeitada e invadida nos momentos em que eu brincava com as crianças filhas de empregadas domésticas, sobretudo negras. Ela era muito preconceituosa com as pessoas pobres e negras. Achava que a sua neta de classe média não devia se misturar com aqueles outros corpos estranhos. Eu ficava revoltada com sua atitude recriminatória e classificatória, inclusive quando ela queria proibir a nossa convivência e nossos momentos lúdicos. (SILVA, 2008).

A relação classificatória de distinção envolvendo classe e raça em relação as trabalhadoras não se limita a exploração do seu trabalho invisível, requer também um tratamento sociocultural discriminatório como no exemplo dado do comportamento de uma avó com a neta de classe média, com o intuito de proteger a neta dos comportamentos e valores

culturais daquela categoria humana classificada como inferior, se tratando de uma normalização das coisas e pessoas.

Em muitas situações o tratamento discriminatório não ocorre de forma exposta em atitudes e palavras, mas nos comportamentos, nos gestos e olhares, no desconforto silencioso vivenciado por essas mulheres, e são expostos nessas falas na sua maioria de forma ainda bastante tímida.

3.1.8 “Saia às vezes de duas hora da madrugada, com uma trouxa na cabeça, e a outra na cangaia do burro pra o rií e os dois menino que era a minha companhia e mais quatro ou cinco muié”: o relato de resiliência de Amarílis

A nossa próxima depoente, Amarílis, é a nossa depoente mais velha, quando nos concedeu a entrevista estava com noventa e seis anos, ela inicia relatando os aspectos da sua infância:

Naqueles tempo a fome era grande demais. Pai era mexedor de farinha, mãe rapava mandioca e eu em casa mais os três menino. Eu ficava mais os três menino, pra mim to veno eu era a mais veia, ficava na panela, no fogo de lenha. Eu lavava roupa, barria casa, barria terreiro, mas naquele tempo se contava as casa que era coberta de telha, era coberta de palha e coqueiro, não tinha esses negócio que tem hoje não. (AMARÍLIS, 2019)

Amarílis assim como as demais entrevistadas, foi uma criança que começou a trabalhar desde a infância, aos oito anos, ajudava a cuidar dos irmãos, e realizava trabalhos domésticos, se trata em parte de uma divisão do trabalho da família popular como critério de sobrevivência, é perceptível também que a divisão do trabalho baseado nas distinções de gênero iniciava desde cedo.

Naquele tempo, a gente botava um feixo de lenha na cabeça, ai nós fazia aquela fogueira. Depois tacava fogo ai cobria com areia ai ia ajeitando até que fazia o carvão pra fazer a brasa, pra botar no ferro, pra esquentar, pra engomar. Acho que é por isso que a minha mão hoje não vale nada, Deus me perdoe. Quando eu comecei a engomar tava com 10 anos, mãe adoeceu dos dente, que mãe lavava roupa e engomava, ai cadê não tinha quem lavasse e nem que engomasse. Engomava mais com goma e passava em cima uma vela. Primeiro as avessa, bem engomadinho por dentro, depois um pano moiado passando por cima. Aí não tinha quem engomasse, ai mãe me ensinou, também de lá pra cá até hoje eu engomei praticamente. Achava muito bonito, trabaiva. (AMARÍLIS, 2019)

Amarílis afirma que começou a lavar e passar roupa quando criança em um período em que a sua mãe estava doente, e, nessa ocasião, seu trabalho garantiria a renda da família, sua

mãe lhe ensinou aquelas atividades e, desde então, passou a realizar o trabalho. Ela relata a beleza que enxergava no trabalho doméstico, a forma e o cuidado que era realizado e que dava o resultado do trabalho. Em seu depoimento, observamos também a dificuldade que a falta de energia elétrica impunha às tarefas domésticas no período.

Eu plantava feijão, milho, melancia, jerimum, fazia empeleitada pra criar meus fi. Era, mais homi! Trabaiei demais no mei do mundo, fazia empeleitada com o povo. Lavava roupa, engomava nesses mei de mundo, o ferro ta ali de mostra. Era só vivia no mei do mundo trabalhando: lavando roupa, engomando, cuidando nas cozinha do povo, cuidando de muié de resguardo. Ô meu Jesus, eu lutei com treze menino com os meu fazia quinze, trabaiano nas casas. Sofri demais! E outra coisa também, nesse tempo também não existia luz, ai a gente pisava farinha no pilão, penerava numa meia pra fazer o cume dos meninos, de menino novo, farinha dessas que a gente come pra fazer a papa pra dar com o dedo (risos). Era, passei muita coisa. (AMARÍLIS, 2019).

As mulheres populares, como demonstra essa passagem do relato de Amarílis e de outras entrevistadas, costumavam procurar ser empregadas em diferentes modalidades de trabalho. Em relação ao grupo estudado, as mulheres costumavam se inserirem principalmente nos trabalhos na agricultura e nas tarefas domésticas. Nesse relato, observamos a resiliência da entrevistada em meio à escassez que vivenciou para conseguir a sobrevivência do seu grupo familiar, ao se referir à comida dos filhos que não condizia com uma comida especial para crianças da idade deles no período.

Eu me levantava de quatro horas pra ir trabaiaí, uma vez ainda hoje me lembra, eu avexada pra comprar uma roupa pra os menino numa noite de festa, o galo cantou, nesse tempo não existia relógio de parede, aí eu digo rumbora João mais José (filhos), que já vai da à hora de nós chegar lá, lá em Valdemar Medeiros, a gente chegou lá não tinha ninguém, tavam tudo dormindo, sentei assim na calçada ai chamei neném, ai ela disse isso não é Amarílis doida que já ta por aqui não?! Ai eu disse: é. Aí seu Valdir disse: mais rapai! Eu cheguei uma duas hora da madrugada, foi, pra apanhar algodão, pra aproveitar o dinheiro, um quilo de algodão por um tostão, era, lá nas Cacimbinha (sitio), encostado a Baraúnas. Trabaiaiva pra da de cume, pra da de vestir a mim e aos meu fi, pra mim não passar fome nem eles também. Sofri demais nesses tempo. Meus patrão era tudo bom! Eu pegava briga de caçoada mais eles, às vezes eu queria largar cedo, e dizia: eu não vou fazer fogo em mei de roçado não, não vou apanhar algodão não. (AMARÍLIS, 2019).

Na passagem acima, Amarílis retrata um fato que ocorreu em um período de festividades da cidade, onde gostaria de comprar roupas novas para os filhos, em seu depoimento ela incorpora a figura da mulher trabalhadora, honesta que buscou a sua sobrevivência e a dos seus filhos. Nessa passagem, ela afirma que todos os seus patrões eram bons, embora, percebemos

em seu depoimento que havia desentendimentos da trabalhadora com os patrões, onde havia insubordinação de Amarílis diante de algumas das tarefas que lhes era impostas.

Saia às vezes de duas hora da madrugada, com uma trouxa na cabeça, e a outra na cangaia do burro pra o ri e os dois menino que era a minha companhia e mais quatro ou cinco muié de madrugada pra lavar roupa na cacimba do ri, de pé fazia lá de casa uma légua e meia, e chegava lá ia ensaboar as roupas, botar feijão no fogo debaixo de um pé de pereiro, era as coisas era meio coisada, meio difícil, mas to aqui ainda contando a história. Chegava do serviço de noite e arremendava o vestido pra trabaiá no outro dia, não tinha outro. Naquele tempo não era nem guarda roupa, era uma mala veia, eu ainda tenho uma mala veia ali. (AMARÍLIS, 2019)

Amarílis retrata a rotina das lavagens de roupa, recorda que saia de madrugada na companhia dos filhos e de outras mulheres para o rio, retratando novamente a escassez material em que vivia ao relatar que possuía apenas um vestido e a falta de móveis, que precisava costurá-lo todos os dias quando chegava do trabalho para trabalhar com o mesmo vestido no dia seguinte.

Estes foram os depoimentos coletados de trabalhadoras domésticas negras, no próximo capítulo adentraremos as análises dos depoimentos das trabalhadoras brancas, para que possamos identificar as distinções e semelhanças das condições de trabalho doméstico no município de Picuí em relação às questões étnicas.

4 CAPÍTULO III – OS LAMPEJOS EM TORNO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA CIDADE DE PICUÍ: MULHERES BRANCAS

“[...] No resto da casa o sol se filtrava de fora para dentro, raio a meno por raio a meno, resultado do jogo duplo de cortinas pesadas e leves. Mas ali o sol não parecia vir de fora para dentro: lá era o próprio lugar do sol, fixado e imóvel numa dureza de luz que como se nem de noite o quarto fechasse a pálpebra. Tudo ali era nervos seccionados que tivessem secado suas extremidades em arame. Eu me preparara para limpar coisas sujas, mas lidar com aquela ausência me desnor-teava.”.

Clarice Lispector

4.1 “porque a gente, além de trabalhar muito ainda passava precisão”: aspectos do trabalho doméstico feminino no relato de Tulipa

Neste capítulo analisaremos os depoimentos de trabalhadoras domésticas de etnia branca na cidade de Picuí. Compreendemos que as mulheres em geral, tiveram maior dificuldade de incorporar no mercado produtivo e competitivo do sistema capitalista, pois os seus corpos foram classificados como frágeis e tidas como intelectualmente inferiores, sendo relegadas ao trabalho subalternizado da sociedade. Logo após a abolição, muitas mulheres negras e brancas, integrantes da classe trabalhadora, passaram a se inserirem no trabalho doméstico. O nosso objetivo em analisar as falas separadamente é analisar as possíveis semelhanças e distinções em relação à etnia das trabalhadoras.

Segundo TEIXEIRA (2021), em seu estudo sobre o trabalho doméstico no Brasil, as mulheres brancas obtiveram maior vantagem sobre as mulheres negras, pois havia uma maior preferência pelas trabalhadoras brancas, uma vez que as mulheres brancas eram consideradas mais agradáveis esteticamente, semelhante à preferência por negras claras para executar o trabalho na casa grande no período colonial, além disso, as mulheres brancas eram tidas como mais confiáveis do que as negras, em relação à preocupação que os patrões sentiam de serem roubados pelas suas funcionárias.

Algumas pesquisas acadêmicas, como a citada acima, já têm apontado que as domésticas brancas obtiveram maior vantagem no trabalho doméstico do que as negras, outras afirmam também que as mulheres brancas em um passado próximo foram melhores aceitas em trabalhos assalariados como o de operárias, por exemplo. A nossa análise visa compreender como essas distinções ocorriam no município de Picuí e as distinções das percepções próprias das trabalhadoras em relação ao seu cotidiano de trabalho.

Portanto, iniciaremos com o relato da trabalhadora doméstica que escolhemos a denominar, para fins da pesquisa, de Tulipa. A trabalhadora tem setenta e um anos e atualmente reside com o marido em Picuí, fomos até a trabalhadora e solicitamos uma entrevista a respeito do período em que atuou como trabalhadora doméstica, a trabalhadora se prontificou a nos conceder a entrevista um pouco receosa se saberia responder as perguntas, por se tratar de uma pesquisa acadêmica, “se eu souber responder, eu respondo”. (TULIPA, 2023).

A trabalhadora inicia o seu relato retratando o momento em que começou a trabalhar como doméstica, ainda muito jovem como é a regra nessa área, por meio do seu relato podemos ter acesso as suas próprias percepções sobre o trabalho que executou e conseqüentemente sobre a própria vida:

Tinha 14 anos. Trabalhei em Alfredo e em José, lá em Alfredo eu trabalhei pouco, lá em José eu trabalhei mais. Lá em José era muito trabalho. Tinha que cuidar da casa, cuidar da comida, olhar as criança que era pequena, eram quatro pequeno. Quando ela saia (a patroa) eu que era responsável por eles, dormia com eles. Acordava de cinco da manhã pra fazer o café, pra menina que ia estudar, enquanto eu fazia o café, ela ia pegar o pão na padaria. Aí ela tomava café ia pra escola e eu continuava na luta. Lavava roupa deles, passava. Era luta, trabalhava muito, até sete horas, oito, que era hora que, que a gente dormia lá nera?! Dormia no trabalho. Aí depois da janta ia arrumar a cozinha pra poder parar. (TULIPA, 2023).

Os patrões de Tulipa eram os proprietários do sítio onde sua família morava e trabalhava, executando a agricultura familiar.²⁶ Em um determinado momento da vida dessas mulheres, geralmente ainda na infância, elas precisam adquirir uma fonte de renda para sobreviver e também para facilitar a sobrevivência dos seus familiares.

A trabalhadora afirma que na primeira casa em que trabalhou não passou muito tempo, preferindo não se alongar sobre esse primeiro emprego, e na segunda casa em que passou a trabalhar, cuja família já era seus patrões da agricultura, ela relata o ritmo de trabalho intenso,

²⁶ Consiste em uma modalidade da agricultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais, é realizado por grupos de famílias, pequenos agricultores ou empregados, a colheita dos produtos serve de alimento para eles e também são destinados a comercialização e comercialização de parte da população.

morando na casa dos patrões e em alguns momentos sendo responsabilizada pelo cuidado com as crianças da família. “Era luta, trabalhava muito”. (TULIPA, 2023).

Achava mais difícil era lavar e passar (risos). Era tudo na mão né naquele tempo, não tinha máquina à gente lava roupa na mão (risos). Quem é que gosta a gente trabalha porque precisa não é porque gosta não. Eu até que gostava de lá, só não gostava muito daquele Ricardo (filho mais velho dos patrões) que era besta, ele bebia e chegava em casa bebo, enjoado (risos), mas os menino eu gostava. (TULIPA, 2023).

Em seguida, Tulipa fala das atividades domésticas, relatando que considerava mais difícil lavar e passar roupa, em um período em que não havia surgido os utensílios domésticos como a máquina de lavar e o ferro (que em seu modelo mais antigo funcionava a base de brasas e era mais pesado) que surgiram com a modernidade, geralmente detalhes como esses são considerados insignificantes em nossa sociedade, a menos em casos de propagandas de eletrodomésticos romantizadas destinadas ao público feminino. Contudo, é fato que a modernidade facilitou também o trabalho doméstico, mas quando se trata do trabalho doméstico remunerado esse fator não é algo que atenua a exploração que as trabalhadoras continuam a ser submetidas.

Ela afirma que no geral não gostava do trabalho, trabalhava porque precisava, embora volte em seguida a afirmar que não era muito ruim, considerando que poderia ser pior, trabalhar é o requisito básico para sobreviver em uma sociedade capitalista, mas para isso em muitas situações a classe trabalhadora é submetida a situações desumanas. O corpo, que é invisível, também sente o desconforto da escassez e da exploração.

Ela retrata também o relacionamento com os filhos dos patrões, que conforme a fala da trabalhadora costumava ser agradável exceto com o filho mais velho que costumava consumir bebida alcoólica, o uso da expressão “besta” é usado como alguém que se considera superior de alguma forma em relação a outro, mas Tulipa prefere não se alongar a respeito. Em seguida, lhe pergunto se ela já sofreu algum tipo de discriminação por executar o trabalho doméstico em outras residências:

Aonde eu trabalhava não, mais fora o povo discriminava né? quem era empregada doméstica, naquele tempo eles chamava de Chofer de fogão, piniqueira, era chamava, o povo né, povim besta. Os povo da casa não, nunca sofri não, mais os oto era danado pra ter preconceito com a gente porque trabalhava nas cozinha do povo. (TULIPA, 2023).

Tulipa afirma que não se sentia hostilizada diretamente pelos patrões, mesmo com a longa jornada de trabalho, o salário irrisório e o desconforto que sentia com o filho mais velho dos patrões, pontos como esses são normalizados pelas próprias trabalhadoras, pois é dessa forma que a ordem dos costumes foram estabelecidas nos ditames do trabalho doméstico.

SOUZA (2018) considera que a formação identitária é formada em parte pelo reconhecimento ou ausência de reconhecimento do indivíduo, o falso reconhecimento ou o não reconhecimento em relação a uma pessoa ou, um grupo de pessoas pode causar diversos fatores negativos como distorção efetiva de uma imagem desvalorizada e redutora de si mesmos. A falta de reconhecimento pode ser também o emprego de uma forma de opressão, causando feridas graves à existência de alguém, em que as vítimas projetam em si mesmas uma autoimagem depreciativa, o reconhecimento é uma necessidade humana, que no caso das trabalhadoras domésticas em muitos casos ocorre com o simples bom relacionamento com os patrões.

Quando Tulipa discorre sobre as percepções sociais que as pessoas atribuíam a ela, a trabalhadora usa a expressão “povim besta”, que se referia a pessoas egocêntricas da mesma classe da trabalhadora, mas que tinham a opção de não trabalhar como doméstica, e também das classes superiores a dela.

Essa fala revela o pensamento coletivo, que se demonstra de forma velada, que a sociedade tem em relação às trabalhadoras domésticas, como seres inferiores, aqueles destinados a fazer a limpeza das residências dos seus superiores. Outras trabalhadoras também reafirmam essa visão social, como a trabalhadora que afirmou não sentir que era vista como a empregada, mas como um lixo. E a expressão “Chofer de fogão” demonstra o desprezo patriarcal pelas atividades que foram atribuídas culturalmente às mulheres.²⁷ Em seguida a pergunto se ela teve oportunidade de estudar na infância:

Sim, eu fui pra escola inda. Até o segundo ano. É porque era assim, eu comecei a estudar lá onde nós morava de Arara pra lá, eu tinha uns oito anos, aí quando nós viemos simbora praqui parou, né, mais depois eu comecei denovo, lá no Tio Felipe, era lá, parece que não alcançaram mais não, era um grupo véi cercado de aveloi (risos) era eu estudei lá. Naquele tempo era tão bacana as professora que eu acho que nem curso elas tinham, porque primeiro veio uma pra ensinar a nós o nome dela era Bernadete, olhe eu ainda me lembro, ela veio uns dia num veio mais, ai veio uma, ela dizia que era de Frei Martim, era Neide, era uma moça muito bonita, ela ensinou uns dias agente, até Luísa teve de ensinar a gente, ela era tão bacana que na hora do recrei

²⁷ Assim como, a expressão “peniqueira”, cuja a classificação estigmatizante tem origem no período, com base na arquitetura das casas coloniais, em que os banheiros das casas eram construídos em um espaço fora das residências, os familiares costumavam usar penicos e as empregadas domésticas eram obrigadas a recolher os penicos com fezes e urinas para lavar. Na modernidade, os banheiros passaram a serem construídos no interior das moradias, isso fez com que as pessoas deixassem de usar penicos.

ela dizia: ei menina, não vão brincar não, vamo falar de namorado (risos). Eu tinha bem uns doze anos ou era treze, sei lá, eu era mocinha, bem novinha, frangotinha. Ai pronto, ai depois eu parei de novo, aí nós fumo morar no sítio, aí pai pagava uma mulher que dava aula particular no sítio. Estudo meu foi assim esfarrapado. (risos). (TULIPA, 2023).

A vida escolar de Tulipa não tende a fugir da regra dos depoimentos que já analisamos, algo bastante conturbado e precário. Nesse período alguns pais buscavam ao menos alfabetizar os filhos, dado a importância e relevância de saber ler e escrever na vida de alguém, até o momento em que a necessidade de dedicação exclusiva ao trabalho falasse mais alto em meio às dificuldades econômicas.

Tulipa descreve o grupo escolar que estudou como algo pouco atrativo, especialmente para as crianças, o corpo docente da escola descrito com reprovação devido não permanência das professoras na escola, a falta de preparo dos professores que não tinham curso superior, e o comportamento antiético de algumas professoras. Quando passou a morar na zona rural o seu pai passou a custear aulas particulares que duraram até Tulipa passar a trabalhar como funcionária doméstica aos catorze anos. A seguir ela descreve um pouco de como eram as suas aulas:

Português, estudei matemática, estudava um bocado de coisa, só num tinha muito o que tem hoje, eu não me lembro mais não. A primeira vez que eu fui estudar, foi numa cartinha que tinha uma mão assim olhe (mostra a mão aberta), ela tinha uma mão assim na capa, o nome dela era cartilha do povo, era o nome dela, aí tinha a mão assim (mostra novamente a mão aberta, atribuindo um dos dedos a cada letra citada) a, e, i, o, u (risos). Aí quando eu terminei, isso foi lá em Arara, foi quando eu comecei, aí a professora foi, não deixou eu ir pro livro não, botou outra cartilha, chamava a cartilha maravilhosa, que era a que tinha as história da gata borralheira, do lobo mau, era boa de estudar (risos). Era bem em sessenta e dois, por aí. (TULIPA, 2023).

Tulipa relembra que estudou português e matemática, e que uma das ferramentas usadas pelos professores por no início da década de 1960 era o uso de cartilhas. Nesse período a educação no interior paraibano dava os seus primeiros passos, observamos a dificuldade das classes menos favorecidas em ter acesso à educação no seu relato.

A respeito da sua situação de vida atual, Tulipa discorre: “Agora eu sou mais feliz, graças a Deus. Não vivo trabalhano né, sou aposentada, tenho meu dinheiro pra eu comer, comprar minhas coisa, acho melhor do que pra trai, porque a gente além de trabalhar muito ainda passava precisão, agora não, graças a Deus eu vivo melhor.” (TULIPA, 2023).

A trabalhadora afirma que apesar de trabalhar muito na sua juventude não era o suficiente para suprir com as suas necessidades básicas como a alimentação, afirmando que agora a sua vida é mais agradável, pois tem uma vida mais confortável em que os itens essenciais para a sua sobrevivência não lhe faltam.

No relato de Tulipa observamos uma experiência de trabalho bastante extenuante, que se deu ainda na infância da trabalhadora, não fugindo da regra de uma relação paternalista entre patrões e a trabalhadora, a dificuldade em ter acesso à educação formal e a exposição a dificuldades econômicas. Em meio a exploração que era submetida a trabalhadora não critica a postura dos patrões, a exploração aparece como algo comum para a categoria de trabalho, ou mesmo atenuado por um relacionamento com os patrões sem agressão direta.

4.1.2 “O povo chamava a pessoa de piniqueira”: as diferentes jornadas de trabalho das mulheres da classe popular no relato de Bromélia

Seguindo o nosso mapeamento de trabalhadoras domésticas, a segunda análise que realizaremos será da trabalhadora Bromélia, que tem cinquenta e nove anos, na ocasião em que a entrevista foi realizada e mora atualmente também com o marido. Em sua fala, a trabalhadora mescla os dilemas do trabalho doméstico não remunerado em sua própria residência e o trabalho remunerado para outras famílias. Inicialmente a questionamos se ela teve acesso à educação formal na sua infância:

Eu vou contar uma história a você, eu toda segunda feira faltava na escola, eu tinha uma irmã mais velha, as minhas irmã não queria fazer nada só se escorava neu, aí pai recebeu uma reclamação de mim porque eu não ia pra escola na segunda, aí pai foi saber porque era que eu não ia na segunda, aí eu fui e disse a pai na frente da professora: toda segunda eu levo uma pisa pra não ir pra escola, e volto daquele camim ali ó debaixo de peia, que a minha irmã toda segunda da uma pisa em mim, pra mim não ir pra escola. Quando eu me arrumava ela dizia: Você pensa que vai pra onde? Você não vai pra escola não e me metia peia. E eu tinha medo de dar nela por causa de pai. Ela não quer que eu vá pra escola pra eu ficar em casa cuidando de casa, de menino, de janta de tudo. Pai disse, depois eu vou ensinar uma coisa a você, segunda se arrume pra ir pra escola, quando chegar ali pegue dois oi de agave e dele uma pisa pra ela nunca mais se esquecer. Pra que pai disse isso, eu já tinha vontade mesmo, eu deixei ela mesmo uma friba de agave verde.

Eu aprendi a agora. Eu estudei até o oitavo, que eu fiz ali (em um escola próxima a sua residência já adulta) o sexto ano, o sétimo e o oitavo, o nono eu fiz lá na rua (centro da cidade), no Felipe. Eu parei de estudar quando eu era criança, porque eu me casei, e naquele tempo quando a pessoa casava né não estudava mais. Aí eu casei, não fui mais estudar não, fui ter menino e pronto. Nunca, nunca soube o que foi brincar, quando era de noite caia na minha caminha de mola até a cinco horas. (BROMÉLIA, 2023).

Bromélia narra um evento que ocorria na sua infância, o conflito entre irmãs em relação à distribuição das tarefas domésticas. Em meio aos deveres com o trabalho doméstico em sua residência a sua vida escolar ficava afetada, essa parte do relato nos faz refletir sobre as diferentes jornadas de trabalho que as mulheres são submetidas, essa situação é normalmente originada na infância, não restando tempo para as brincadeiras infantis, prática bastante recorrente entre as crianças, principalmente quando pensamos no conceito de infância moderna.

Segundo SARTI (2011) é difícil delimitar, ou mesmo caracterizar, a infância no contexto das famílias populares. As crianças tendem a assumir o mesmo estatuto dos demais familiares ainda muito cedo à medida que passam as obrigações familiares. No caso de Bromélia, o casamento aconteceu também de forma precoce, a infância principalmente para as mulheres findava muito cedo, a principal função das mulheres era o cuidado com as tarefas domésticas, as demais ficavam em segundo plano. Em seguida ela relata a sua rotina de labor:

Nas casas, eu comecei a trabalhar eu tinha já uns vinte e seis, porque foi na época que eu vim morar aqui. Agora trabalhar mesmo eu tinha uns sete, oito anos, porque meus pais ia trabalhar deixava eu em casa aí eu tinha que cuidar das coisas né. Nas casas dos outros eu trabalhei muito tempo.

Minha mãe deixava numa xícara o tanto do sal, o tanto do arroz pra mim fazer, tudo ela deixava um tantí, qui nem você vai fazer um bolo, o tanto de água, porque eu não sabia com era. Eu me subia num tamborete pra mim coisa o fogo de lenha.

Era em casa. Levava na cabeça roupa pra lavar no riacho, tudo isso, lavando prato, varrendo casa três vei por dia, que tinha menino demai e sujava demai. Na casa dos meus pais, sabe com quantos meninos eu ficava? Com três, depois mãe achou pouco ainda teve outro, pra eu criar, não era pra ela criar não, era pra eu criar. Agora esses menino macho era o creca, toda semana mãe comprava um pá de chinelo e eles perdia, e quem provava do que era ruim era eu, tinha vez que até pra peia eu ia, por isso que eu disse eu vou me casar logo, pra mim sair de dento dessa casa, pra mim sair de dento desse inferno, cá noutro pior.

Na casa dos outros eu ia das sete e não tinha hora de chegar não e ia cuidar de menino também, teve um que até mandar eu toma no... mandou, na época ele tinha onze anos, mas também eu fiz ele levar uma surra tão grande, quando a mãe dele chegou foi o primeiro boa tarde que eu dei, eu sei que eu também ameacei ele na peia. (BROMÉLIA, 2023).

Bromélia afirma que começou a executar as tarefas domésticas ainda muito jovem, pois os seus pais trabalhavam e ela era responsabilizada por realizar as tarefas domésticas e cuidar dos irmãos mais novos, o trabalho das mulheres não remunerado na maioria dos casos tem início ainda na infância e tende a se estender ao longo de toda a sua vida, com o cuidado com os irmãos mais novos até o cuidado com os netos, em muitos casos começam nesse período a ter que conciliar as tarefas domésticas com outras tarefas.

CORAZZA (2002) classificou essa forma de infância bastante comum nas famílias populares com o conceito de infâncias desrealizadas, quando as crianças não tiveram o sentimento de infância materializado, na perspectiva moderna de Rousseau e Freud. Essas crianças não apenas não tiveram a infância romantizada por Rousseau, como foram introduzidos à responsabilidades da vida adulta ainda muito jovens.

A respeito do trabalho doméstico remunerado ela nos informa que ia trabalhar a partir das sete horas e que não havia horário fixo para findar a jornada de trabalho diária, e que além das tarefas como limpar, arrumar e cozinhar era responsabilizada também por cuidar dos filhos dos patrões, relatando um caso de abuso verbal de um dos filhos dos patrões. Contudo, Bromélia assume uma postura reativa em relação aos fatos, como uma forma de obter pequenas vantagens em relação às situações adversas e não adquirir uma postura completamente submissa a estas.

Eu não tinha patrão ruim não pra mim, pra ser sincera. A mais ruim que deu pra mim, eu vou dizer agora, era Marina, que ela não queria cozinhar em casa, só queria comprar marmitta e, eu de marmitta sou muito ruim de comer.

Eu só achava ruim os horários, porque eu tinha minha casa pra cuidar também, aí quando as meninas (as filhas) eram solteiras que vivia dentro de casa era bom demais, que quando eu chegava tava tudo arrumadim, aí quando eu passei a trabalhar que só era eu e o marido, aí era mais difícil né, porque ele trabalhava na cerâmica e eu trabalhava, eu fiz um negócio mais ele que quem chegasse em casa primeiro ia ajeitando a janta, porque ele toda vida gostou de jantar cedo. Aí por isso que tinha dificuldade, mas eu nunca tive muita dificuldade de trabalhá não, oxe eu fazia minhas coisas de noite, lavava banheiro de noite, arrumava minha casinha de noite, era assim. (BROMÉLIA, 2023).

Em seu relato, Bromélia afirma que de forma geral os seus patrões eram bons, contudo ela contradiz essa informação ao longo da entrevista. A trabalhadora afirma que o maior desafio que enfrentava era conciliar o trabalho doméstico para outras famílias e as tarefas domésticas da sua própria casa, que na maioria esmagadora dos casos recai unicamente sobre as mulheres.

Ela nos relata que antes das filhas mulheres casarem ela relegava essa responsabilidade a elas, como os seus pais faziam quando a trabalhadora era criança, após as filhas casarem buscava dividir essas tarefas com o marido, todavia, essa divisão ainda é ainda caracterizada como uma ajuda, pois a maior responsabilidade das atividades continua a ser destinada às mulheres. Posteriormente, ela relata sobre as situações em que se sentiu discriminada.

Pelo meu marido não, mas pelo meu pai eu me senti discriminada, porque ele disse que eu ia sair de lá do sítio e ia matar meus filhos aqui de fome, que aqui nós não tinha do que viver, aí isso aí é uma discriminação. O povo chamava a pessoa de piniqueira, não podia ter uma raiva da pessoa, “isso quer ser coisa, mas isso é uma chofer de fogão, uma piniqueira e não sei quê” chamava com a pessoa. Se você não tivesse cabeça, você até arengava, até dentro da casa das patroas, que elas dizia: “não,

não fiz isso não”. Uma vez uma patroa fez uma comigo, ela viajou pra Caruaru, aí ela deixou um bilete, que eu torrara a carne que tava separada, que ela ia passar três dias fora de casa. E eu tinha que ir dar banho na cachorra, lavar o muro e dar de comer. Ela mandou eu torrar a carne aí quando chegou disse que não tinha mandado não. Por Deus que eu tinha guardado o bilete, eu era esperta e doida viu, peguei o bilete e disse: leia esse bilete aí. O marido dela disse: “você faz as coisas aí depois diz que não fez? Não foi você que escreveu esse bilete?”. Eu disse: “Foi ela quem escreveu e botou na geladeira, e se ela achar ruim eu vou mebora agora, porque eu não sou presa não, eu tenho um marido pra me dar o que comer, eu trabalho aqui porque eu quero dar o bom e o melhor para os meus filhos, um chinelo, uma roupa, um negócio, não é porque eu seja passando fome em casa não, que eu tenho um marido que trabalha e bota a feira em dento de casa.”. Eu disse desse jeito a ela. O marido dela disse: “Muito bem, porque ela pensa que todo mundo aguenta essas coisas.”. (BROMÉLIA, 2023).

Bromélia afirma que se sentiu mal quando o pai não a apoiou quando escolheu deixar a zona rural com a sua família, para tentar a vida no espaço urbano, considerando que iria ser uma trabalhadora doméstica, recebendo mal e que dessa forma na percepção do seu pai não seria possível arcar com a demanda financeira familiar. Assim como já foi apontado por outras trabalhadoras, Bromélia afirma que as pessoas em sua volta, em momentos de conflito, costumavam a chamar de “piniqueira” e “chofer de fogão”.

Contradizendo a sentença que afirma anteriormente em nossa entrevista, de que no geral todos os seus patrões eram bons, não significava que não havia conflitos a exemplo do que ela nos relata acima, apesar de nessa situação contar com o apoio do marido da patroa, o fato complexo de cumprir com uma ordem e a patroa posteriormente afirmar não ter lhe dado a determinada ordem.

Ela afirma que quando os patrões saíam para viajar, ela tinha que ir na casa, dar comida e fazer os cuidados higiênicos com o animal de estimação dos patrões. A trabalhadora ainda afirma que o seu salário era um complemento ao salário do marido, fazendo questão de afirmar no momento do conflito que o seu marido arcava com a sua obrigação moral de sustentar a família em seus itens mais básicos.

Eu precisava de criar os meus filhos mai o marido, o que ele ganhava no motor era pouco só dava pra feira e o resto era por minha conta, era assim a gente tinha que trabalhar. Hoje valeu a pena, mas eu comecei a trabalhar no sítio pra valer à pena entendeu? No sítio eu trabalhava nos roçados, eu criava os meus bichos, foi onde eu comprei minha casa. Meu marido trabalhava no motor, eu tratava de gado que tinha, ovelha, de bode, galinha, porco. Que eu botei na cabeça que ia comprar uma casa pra mim, olhe eu disse: Eu tenho fé em Deus que eu vou comprar ou um pedaço de terra pra mim ou vou comprar uma casa pra mim, seja onde for. Fui trabalhano, trabalhano. Eu me acordava de três horas, pra mim ir ver ração pra esses bichos, de bicicleta viu. Eu sinto satisfeita, hoje eu sinto, é ma vida mais tranquila porque eu tenho o meu aposento, o meu marido tem o dele, aí hoje eu me sinto mais tranquila. (BROMÉLIA, 2023).

Geralmente os homens da classe popular não conseguiam suprir com as despesas financeiras familiares, dessa forma, as mulheres também precisavam trabalhar, a sua mão de obra era ainda menos valorizada do que a dos homens, principalmente quando eram trabalhadoras domésticas, em funções consideradas como tipicamente femininas, como é o trabalho doméstico. No caso de Bromélia, o marido arcava apenas com os custos alimentares, ela precisava trabalhar para custear os demais itens em casa.

Mas ela afirma que conseguiu maior “tranquilidade” em sua vida quando voltou para a zona rural, para trabalhar na agricultura e com a criação de animais e, apenas dessa forma, com o trabalho agrícola conseguiu comprar a sua casa. Bromélia e o marido já são aposentados, e ela afirma que se sente satisfeita com a sua trajetória, em meio as adversidades e conquistas, do emprego corajosamente de suas táticas em meio as estratégias sociais que a oprimia e explorava. Contudo, ela afirma que o trabalho doméstico lhe deixou algumas marcas físicas e emocionais:

Eu tenho um braço aqui, que de tanto eu arear alumínio, eu lavava seis balai de louça por dia em uma casa, fora as festas que ela fazia, cada copo de água que tomava deixava lá na pia, eu lavava tanta louça que essa unha minha ainda é doente, apodrecia minhas unha, unha minha caia. Tem vez que eu digo: Meu Deus eu trabaiei tanto que eu não sei como eu trabaiei.

Eu tomo remédio, ta vendo ali as caixas, pressão alta até a bexiga, não foi de outra coisa não. Minha fia olhe aqui os remédios, dois de pressão, pra dormir, esse aqui é de ansiedade, isso aqui tudo é remédio, quando vem as caixas é dessa altura (gesticula). (BROMÉLIA, 2023).

As marcas das dores causadas em Bromélia diante de um trabalho explorador, as angústias causadas, afinal em nossa sociedade não passa de trabalho de segunda categoria relegado a escuridão do depósito social, destinada ao sexo frágil da classe dos cidadãos de segunda categoria. Talvez seja proposital que poucos segmentos sociais se voltem para as trabalhadoras domésticas, pois o seu trabalho barato e exploração dos seus corpos garantem o conforto e luxo de uma elite, constituída sobre uma base escravocrata.

4.1.3 “só não vale a pena quando você pega as pessoas que querem te escravizar”: a narrativa cautelosa de Petúnia

A próxima trabalhadora que realizaremos a análise do seu relato a chamaremos de Petúnia, atualmente a ex - trabalhadora doméstica possui cinquenta e nove anos e reside com uma de suas filhas e o marido, de uma segunda união. A nossa entrevista aconteceu na casa de

sua mãe, quando voltávamos de outra entrevista, conversamos sobre o nosso mapeamento de trabalhadoras domésticas na cidade e ela afirmou que também trabalhou como doméstica e se prontificou a responder as nossas perguntas, embora mesmo concordando com a gravação de sua fala, ela passou a ficar um pouco mais tímida com a situação.

De forma que a trabalhadora escolheu ser mais sucinta em suas falas, provavelmente pela timidez e insegurança em ser gravada, ainda na condição de narrar algo errado, a explicamos que não existia certo ou errado em nossa conversa, que ela teria que descrever apenas alguns pontos do período em que atuou como doméstica.

Inicialmente, ela nos informou a idade que tinha quando começou a trabalhar, assim como a maioria era ainda bastante jovem: “A partir dos dezesseis anos de idade. O dia todo. Começava de sete até às seis horas da tarde.” (PETÚNIA, 2023).

Em seguida a perguntei sobre a sua possível acessibilidade a educação: “Estudei, mas naquela escola, como chama? O EJA? (confirmando) Antes do EJA, eu já tinha estudado o primeiro, segundo. Naquele tempo antigo, eu não sei como chamava aquilo. Eu não sei dizer não.”. (PETÚNIA, 2023).

Percebemos como Petúnia parecia insegura, sobre estar dando informações e os detalhes corretamente, e colocando como uma certeza para si mesma que não sabia dizer o que queria ou o que seria o correto a dizer. Os sujeitos a nossa pesquisa costumam adquirir certa modéstia e insegurança, chegam a experimentar um certo desembaraço e desconfiança quando se encontram em uma situação semelhante, se perguntando se o que tem a dizer é importante, quais seriam os motivos que alguém se interessaria pelo assunto e para qual finalidade. Quando buscamos responder essas perguntas, as entrevistadas ainda são tomadas pela insegurança como Petúnia ao declarar “Eu não sei dizer não”.

Em seguida, ela afirmou o que considerava mais difícil de executar em seu trabalho: “As faxinas que era terrível, de quinze em quinze dias. Só faltava morrer de fazer faxina. Limpava a semana todinha, aí quando era na quarta, de quinze em quinze dias eu fazia uma faxina de três dias, quarta, quinta e sexta.”. (PETÚNIA, 2023).

Nessa passagem da fala de Petúnia, percebemos as nuances do trabalho desgastante que executava, onde ela usa a expressão “só faltava morrer de fazer faxina”. Perguntamos também, se ela já se sentiu discriminada ou alguma forma de intimidação por ser trabalhadora doméstica, ela me respondeu em um tom esclarecedor: “Eu não, que todo trabalho é digno. Nunca me senti não.”. (PETÚNIA, 2023).

O ato de trabalhar em si, em nossa sociedade, é sinônimo de dignidade, em contraponto a outra nomenclatura dada aos pobres, os de vagabundos, os que não têm um trabalho. Até mesmo em relação às mulheres nesse contexto de família em que o homem deve ser o provedor, ser trabalhadora é mais digno do que aquelas que escolhem a “vida fácil”, por meio de práticas ilegais e amorais como a prostituição, por exemplo. Contudo, não significava que a moral dessas mulheres não fossem colocadas sob suspeita em meio a moral patriarcal da sociedade, como descreve a autora abaixo sobre as configurações do labor das mulheres populares:

Em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário. [...] As mulheres que trabalhavam nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeiras, engomadeiras, pareciam correr menos perigo moral do que as operárias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre as ameaça a acusação de serem mães relapsas. Vide a crítica insinuada por um depoente: “para a requerente trabalhar era necessário que o menor ficasse em casa da avó paterna ou outras pessoas, não recebendo assim uma educação como devia...”. (FONSECA, 2008, p. 516).

Petúnia afirmou que todo trabalho é digno e por conta disso nunca se sentiu discriminada ou ao menos nunca se deixou abater pelo tratamento cultural designado àqueles que pertencem a uma classe trabalhadora desfavorecida, todo trabalho é digno, mas é fato que alguns trabalhos são mais valorizados do que outros em nossa sociedade.

Tenho problema nas pernas, tenho problema de circulação, tô com desgaste no joelho. Que essa é a fase que a gente mais se sente doente. Tudo foi por conta do trabalho. Hoje eu me considero sozinha. Mas me sinto acolhida pela família, tenho a minha mãe que ainda com pouco me ajuda. Aí tem a menina né, vai fazer a vida dela agora, a tendência é ficar só mesmo. (PETÚNIA, 2023).

Nessa passagem, Petúnia acredita ser importante relatar que nesse momento da sua vida, com a idade mais avançada, é o período em que sente mais dores no corpo, algumas delas provenientes do trabalho doméstico. Nesse período da sua vida se sente sozinha, a sua filha “vai fazer a vida dela”, uma das suas companhias é a sua mãe, de quem também pode contar com apoio financeiro, vivenciando uma relação de cuidado mútuo ente elas. A vida familiar, especialmente nos casos das famílias populares, costuma se tratar de um campo sólido de apoio solidário. No final da nossa entrevista, Petúnia decide trazer uma reflexão sobre o seu trabalho:

Não, eu não achava ruim não o meu trabalho. Eu gostava de trabalhar. Hoje eu considero que não posso mais trabalhar, mas eu gostava de trabalhar, porque todo trabalho é digno né. E quando a gente pega uns patrão bom vale a pena, só não vale a pena quando você pega as pessoas que querem te escravizar, aí é terrível isso, mas quando você pega uma pessoa boa que reconhece teu trabalho, aí é diferente, porque

o patrão bom faz o empregado ser bom né, faz a pessoa sentir prazer, sentir gosto de zelar, de cuidar, entendesse? É isso.

Tem família aqui, que quando eu comecei a trabalhar lá, aí eu tinha o que dezesseis anos, eu passei quatro anos e meio, quando eu sai de lá os meninos choraram. Porque assim, eu era uma pessoa que eu cuidava, que eu zelava com carinho, entendeu? E eles não eram má pessoas, era uma pessoa simples, humilde, era professora, inclusive é até a madrinha da minha menina né. Só que eu trabalhava lá, vivia lá, dormia lá, nas outras não, mas nessa eu dormia lá, era bom por uma parte e por outra não, a pessoa fica como escravizada. Quando você termina o seu trabalho e vem pra casa é bom, quando você permanece no trabalho é horrível isso. Mas hoje em dia mudou muito, em relação à antigamente, não é como era não. Hoje em dia as pessoas trabalham e tem os seus direitos, antigamente você trabalhava deis anos, vinte anos e não tinha direito de nada. Trabalhei muito tempo, mas não tinha direito a nada, só ganhava com o dia da semana. É sofrido. (PETÚNIA, 2023).

Nessa última fala de Petúnia, ela afirma que gostava de executar as tarefas domésticas e de cuidar, ela reconhece também que teve patrões bons e ruins, patrões que sentia como que estes quisessem a escravizar. Contudo, ela relatou a um caso com uma das suas patroas, onde ela constituiu um vínculo afetivo com a família, a patroa tornou-se a madrinha de uma das suas filhas, ela classificou a patroa como uma pessoa boa e humilde, uma professora. Mas o fato de morar na casa da patroa, fazia com que a trabalhadora se sentisse escravizada, pois é um contexto ainda mais complicado de estabelecer horário de iniciar e finalizar o trabalho, a funcionária deve estar sempre disponível para os patrões.

Petúnia procurou descrever o fato com cautela, iniciando que gostava de trabalhar e que não trabalhava mais devido às dores que sentia. Identificamos que há uma dificuldade em falar dos desconfortos da profissão, quando se considera os patrões apesar de tudo pessoas boas, reclamar de algum ponto do trabalho ou dos patrões causa receio, pois pode ser considerado uma forma de traição e até mesmo de ingratidão, especialmente diante da nomenclatura de “ser como da família”. Conforme Sarti, em seu estudo sobre as dinâmicas das famílias periféricas paulistas: “[...] o mundo do trabalho no Brasil constitui-se dentro de um universo social onde as relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas de nossa formação histórica. [...]”. (SARTI, 2011, p. 39).

Como já demonstramos, essa relação escravista do trabalho continuou a se fazer presente nas relações de trabalho após a abolição, mas essa fala de Petúnia é interessante também por se tratar de uma trabalhadora branca, o que nos faz refletir o quanto a nomenclatura de classe é opressora em nosso país, a base escravista na formação brasileira se revela aqui também em relações feitas com base em favores, lealdades pessoais, clientelismos e a constituição de camadas dependentes. Esse relato, também nos faz lembrar da fala de um dos entrevistados de Sarti em sua pesquisa sobre a organização de famílias pobres: “Porque no

Brasil só tem justiça, só tem polícia para P.P.: preto e pobre. Porque branco pobre no Brasil também é preto. É a mesma justiça para os dois.”. (SARTI, 2011, p. 93).

Petúnia expõe também o seu descontentamento com a falta de direitos trabalhistas, o salário mingüado, que conforme o seu relato a situação do trabalho doméstico em Picuí era ainda pior no passado. A narrativa da trabalhadora demonstra cautela ao falar do seu trabalho, o sentimento ambíguo de afetividade e de exploração e o descontentamento em relação à falta de direitos.

4.1.4 “E eu trabalhei muito que o ortopedista disse que atrofiou os braço, perdeu as força de tanto movimento”: a experiência como diarista de Íris

Em meio a nossa busca por tentar conectar uma rede de trabalhadoras domésticas que estivessem dispostas a serem entrevistadas, recebemos a indicação de Íris e nos dirigimos até a sua residência, ela possui sessenta e dois anos e mora com a sua mãe, já bastante idosa e com uma filha adulta. Íris também concordou em falar um pouco sobre a sua vida de trabalho, ela inicia falando sobre o período da sua vida em que começou a trabalhar:

Eu tinha doze anos, lavando roupa mais ela (aponta para a mãe), quando eu morava no sítio, faz vinte seis anos que eu moro aqui, mais na época eu morava no sítio, era lá no sítio papafina, lá era açude, a gente lavava roupa de coca, carregando água no açude e lavando de coca o dia todo.

Estudei até a segunda série, não é segundo ano, é segunda série. Não conseguia conciliar o trabalho, porque na época no sítio era difícil escola, não era que nem agora, na época era difícil escola. Eu fui alfabetizada, mais depois que eu moro aqui, eu estudava a noite.

Naquela época só tinha escola a noite, que o povo chamava a mobral, depois era muito distante da casa dela (aponta para a mãe) fui algumas veiz, aí não fui mais, que a gente trabalhava o dia todim na agricultura. Eu vim ser alfabetizada depois que eu moro aqui, na vida adulta. (ÍRIS, 2023).

Íris ocupou uma modalidade de trabalho diferente das demais entrevistadas, sendo diarista, onde lavava e passava para diferentes famílias ao longo da jornada de trabalho semanal. Ela nos conta que aprendeu o ofício ainda na infância com a sua mãe, se dividindo entre as atividades do campo, as domésticas e as domésticas remuneradas. Descrevendo as suas tarefas, que por não haver água encanada no período, lavava as roupas carregando água dos rios e agachadas o dia inteiro, discorrendo a respeito dos seus esforços físicos para executar as tarefas.

Em seguida ela afirmou que estudou apenas até a segunda série, do que seria hoje o ensino fundamental, o motivo para a sua falta de escolaridade na infância, ela afirma ser a falta

de escolas próximas a sua casa e a dificuldade de conciliar os estudos com a rotina de trabalho, sendo alfabetizada apenas na vida adulta.

No sitio, trabalhava na agricultura, o dia todim alimpano mato, as veiz apanhano feijão, apanhano milho, apanhano fava. Assim no alugado, dos outro, pra gente ganhar o dinheiro, pra gente comprar o alimento né? pra gente sobreviver. Aqui na rua eu trabalhava como doméstica, lavava e passava, como diarista, cada dia numa casa diferente.

Era muito bom, minhas patroa era ótima, nunca tive nenhuma ruim. Ainda hoje em dia, eu deixei pra cuidar dela (aponta para a mãe) é tudo louca pra mim voltar. Eu comecei ganhava era vinte reais lá em Valéria, lá em Cláudia eu lavava e engomava, era cinquenta na época.

O mais difícil que eu achava e, eu ainda acho era lavar roupa, lavava mermo porque era o jeito, gostava mermo era de passar, deixava tudo lisinha, dobradinha. (ÍRIS, 2023).

Íris afirma que em meio ao trabalho doméstico que executou durante anos, nunca teve uma patroa ruim. É um discurso que contradiz a maioria dos depoimentos analisados, por meio da sua fala presumimos um ambiente de trabalho ausente de conflitos e harmônico. Ela discorre com zelo sobre a forma que executava seu trabalho e conseqüentemente por esse motivo as suas ex patroas anseiam para que ela volte a trabalhar.

O fato de Íris trabalhar como diarista, não passando a maior parte do seu tempo em uma mesma casa pode ser um fator que diminuiria as ocorrências de maiores conflitos, ela afirma que executava apenas as tarefas de lavar e passar, ela também nos informou que nunca se sentiu discriminada por ter sido trabalhadora doméstica. É uma modalidade de trabalho mais flexível, e que também diminui as formas de garantia de direitos da trabalhadora.

Ela afirma o seu salário no período em que trabalhava, podemos perceber que embora o relacionamento diário fosse agradável, e Íris executasse o seu trabalho com bastante cuidado e zelo, que é descrito também pela trabalhadora Petúnia em relação à forma que executava o seu trabalho, a trabalhadora não era bem paga e também tinha os seus direitos garantidos. Conforme já descrevemos anteriormente no relato de outras trabalhadoras, o bom relacionamento com os patrões tendem a se sobressair na fala das trabalhadoras, em detrimento aos seus direitos negados.

Eu gosto da minha vida, sou acolhida pela família, a minha cozinha é cheia, tem hora que eu até reclamo, porque quando amanhece o dia tá tudo lá na mesa, conversano, zoano.

O que eu peguei mesmo, trabalhano, foi uma alergia muito forte, quando apareceu o sabão concentrado e o amaciante concentrado. Hoje em dia não posso sentir cheiro de nada, uma alergia muito forte. E eu trabalhei muito que o ortopedista disse que

atrofiou os braço, perdeu as força de tanto movimento, porque todo dia eu trabalhava em casa diferente, às vezes eu pego as coisa e cai no chão. (Íris, 2023).

Íris parou de trabalhar para cuidar da mãe que é bastante idosa e tem Alzheimer, como mora também com a filha e netos, ela diz que gosta da sua trajetória de vida, embora em alguns momentos reclame do barulho da casa cheia. Nesse caso, também observamos a maneira própria de organização das famílias populares, constituindo um laço de solidariedade.

Conforme SILVA (2008), essa configuração familiar de Íris é classificada como família ampliada. É um modelo familiar bastante presente entre os populares, se tratando de uma forma estes empregam para buscar a sobrevivência conjunta como o acesso à alimentação, moradia e vestimentas, recorrendo ao apoio solidário do grupo familiar que é ampliado formado por três gerações: avós, pais e netos.

Podemos observar mais uma vez, o papel que a figura da mulher adquiriu ao longo dos anos como aquela que cuida, antes de qualquer coisa, aquela que cuida dos filhos, netos e dos pais em idade avançada. Para essas mulheres a sua sobrevivência e a de suas famílias são as suas maiores vitórias diante da adversidade da vida.

Ela finaliza a entrevista informando do ocorrido de uma alergia a produtos de limpeza concentrado e que atrofiou os braços em meio à jornada de trabalho intensa e de tarefas repetitivas, afirmando que em alguns momentos não consegue segurar objetos com as mãos.

Íris assume um discurso romantizado do seu trabalho, podemos observar também o quanto se dedicava em executar bem as tarefas que lhes eram designadas, mas é possível também observar em seu discurso problemáticas recorrentes que cercam o trabalho doméstico, como a exploração de uma rotina de trabalho intensa e a ausência de direitos trabalhistas.

4.1.5 “Era ruim demais, eu não gostava não, trabalhava porque era o jeito”: as diferentes funções de trabalho executadas por Camélia

A próxima trabalhadora que se dispôs a colaborar com a pesquisa e que analisaremos o seu depoimento a seguir a chamaremos de Camélia tem cinquenta e nove anos de idade e reside com o marido. Camélia escolheu ser sucinta em seu relato, embora as trabalhadoras se disponham a serem entrevistadas quando explicamos o motivo de irmos até elas para colher informações, observamos uma certa timidez em suas posturas e incompreensão do motivo das perguntas, ou mesmo a importância de investigar a dinâmica do trabalho doméstico. Chegamos até Camélia por meio da indicação da trabalhadora Petúnia, e Camélia nos recebeu em sua

residência em uma tarde de domingo. Inicialmente a questionamos sobre o início da sua labuta com o trabalho doméstico remunerado:

Eu trabalhava na agricultura, aí fui pra Natal trabalhar como doméstica, trabalhei lá quatro anos e aqui foi quatro anos também. É porque aqui não tinha quase serviço, aí fui trabalhar lá fora. Fui morar em Búzios, aí tava trabalhano em Ponta Negra. Faz uns vinte anos que eu trabalhei lá em Natal. Quando eu comecei a trabalhar como doméstica eu tinha vinte e cinco anos.

Eu estudei só até a quarta série, mais só sei fazer meu nome. Eu estudei aqui faz dois anos que eu estava estudando ali em cima (gesticula), aí não fui mais não. Naquele tempo era mais difícil, a gente ia pra longe de pés. Trabaiava até o almoço, ai almoçava e ia pra escola, lá em Ciço Pratina (sítio), eu morava em Ciço Pratina, aí estudava em Cumaru(sítio). A gente ia de pés como daqui (bairro Limeira) no Cenecista (outro bairro de Picuí, o mais distante do Limeira). Não tinha tempo para brincar, que eu trabalhava muito. Quando não era pastorano gado, era plantando fava, plantando agave. (CAMÉLIA, 2023).

Camélia começou a trabalhar na infância por meio da agricultura de subsistência, devido à falta de oportunidades de trabalhos em Picuí, foi morar em outra região em uma cidade maior como trabalhadora doméstica onde trabalhou por quatro anos, em seguida retornou a Picuí para trabalhar também como doméstica.

Embora Camélia tenha saído da cidade em busca de oportunidades melhores de emprego, melhor salário executando o trabalho doméstico, como já observamos com outros agentes da pesquisa, algumas trabalhadoras não se adaptam a cidade que escolhem para morar, por não se adaptarem as dinâmicas de uma cidade de grande porte, pela dificuldade de relacionamento interpessoais, característica reforçada pela própria modalidade do trabalho doméstico, o medo da violência presente nos grandes centros urbanos brasileiros, a falta de adaptação com os padrões modernos das grandes urbes na sua totalidade.

Camélia retrata a dificuldade que teve para poder estudar na sua infância, ela afirma que estudou até a quarta série, mas sabe apenas escrever o seu nome, levando em consideração a baixa qualidade do ensino da época e a falta de escolas acessíveis seja por questões financeiras ou pela distância que os locais de ensino se encontravam, especialmente para as crianças moradoras da zona rural, como a própria trabalhadora expõe em seu depoimento que precisava caminhar bastante para chegar até a escola mais próxima da sua casa, que somadas à rotina de trabalho, se tornava bastante difícil de conciliar, o que também desencorajava o projeto de ascensão social por meio da educação. A trabalhadora afirma que em meio às atividades trabalhistas, ainda na infância, o quesito brincar não fazia parte da sua rotina infantil. A seguir ela retrata m pouco da sua rotina de trabalho:

Era cuida da casa e cuidar do cumê, lavar roupa. De segunda a sexta, eu passava a semana no trabalho e ia pra casa na sexta, no sabo às veis, eu dormia no serviço, que era muito distante de eu ir pra lá e pra cá. Eu começava a trabalhar de cinco horas, seis horas. Acordava cedo, pra eu cuidar do café pra eles ir trabalhar, arrumava a casa, cuidava do cumê e lavava roupa, lavava roupa um dia e outro não.

Era ruim demais, eu não gostava não, trabalhava porque era o jeito, achava melhor trabalhar como agricultora, como antigamente. Porque a gente cansava muito. (CAMÉLIA, 2023).

Como podemos observar no depoimento da trabalhadora, ela era a responsável por executar todas as tarefas domésticas nas residências onde trabalhou, como limpar, fazer a comida, lavar e passar roupas, onde ficava a semana inteira no trabalho e devido a morar na zona rural picuiense, em algumas situações só retornava para casa aos sábados. A sua rotina de trabalho tinha início entre as cinco e seis horas do dia, ela não afirma o horário exato em que estava livre das funções do trabalho, uma vez que quando as trabalhadoras dormem no trabalho se torna mais difícil de fixar um horário de conclusões das tarefas domésticas.

Camélia conclui essa parte de sua narrativa afirmando que não gostava de trabalhar com o trabalho doméstico, trabalhava com essa modalidade de trabalho devido à falta de oportunidades de outras formas de trabalho, preferindo trabalhar como agricultora, pois se sentia muito cansada com a rotina quase que infundável do trabalho doméstico.

Ela não explica o motivo exato do distanciamento do trabalho com a agricultora, mas naquele momento ela passou a necessitar de outros tipos de renda, assim como Bromélia em um período de sua vida. O labor das mulheres populares costumam ser diversos e variam ao longo da sua vida, elas costumam estar sempre disposta a executar alguma forma de trabalho que lhe permitam a sua sobrevivência.

Perguntamos também a trabalhadora a respeito do seu relacionamento com os patrões, e ela escolheu nos responder de forma sucinta: “Mais ou menos. Porque, pelo menos ela, queria que a gente cuidasse em cumê, e um feijão era pra dar pra semana, para seis pessoas.” (CAMÉLIA, 2023).

Embora, Camélia tenha preferido não se alongar em sua resposta, é perceptível que não era sempre que o seu relacionamento com os patrões era agradável. Em sua fala ela faz referência a uma patroa em específico “pelo menos ela”, como precedente a falar sobre algo que mais a desagradou em seu período de trabalho, que era o fato de não conseguir fazer com que um quilo de feijão durasse a semana inteira para a alimentação para seis pessoas, ela expressa que por ser a responsável por cozinhar na casa ela sofria hostilizações por não conseguir realizar o feito.

Nesse depoimento vemos mais uma vez o conflito entre patrões e trabalhadora envolvendo comida. O fato do feijão não render a semana inteira, podia levar a julgamentos sobre a quantidade de comida que a trabalhadora cozinhava, estaria sendo exacerbada e desproporcional, e mesmo se a trabalhadora não estaria comendo muito do feijão dos patrões. A seguir Camélia afirma que enxergava nas festividades da cidade, uma oportunidade para trabalho:

Eu ia, porque eu trabalhava lá em Raquel, mas eu tomava conta lá do clube, eu era que fazia faxina lá no clube e, quando tinha festa e ficava pela porcentagem do clube. Lá em Isadora eu também cuidava de uma senhorinha que era cega. Na festa de padroeiro eu trabalhei no pavilhão, de garçom, trabaiava como garçom. Quando eu saía da casa que trabalha ia em casa tomar banho e saía para o serviço. (CAMÉLIA, 2023).

Camélia afirma que a sua patroa era proprietária de um clube de festas, e que ela era a responsável por fazer faxinas no clube e quando havia festas ela ficava trabalhando, pois ganhava uma porcentagem em dinheiro do lucro da festa. Camélia detalha que em outra casa em que trabalhou, além das demais tarefas domésticas que era responsabilizada, ela também cuidava de uma idosa com deficiência visual.

O trabalho doméstico designado as mulheres, nos casos em que são pagas para executar um determinado trabalho e também quando não são pagas está diretamente ligada ao cuidado, onde especialmente nas áreas interioranas elas recebem um salário ínfimo para executar toda a gama de tarefas domésticas necessárias a casa que passam a prestar o serviço, cozinhar, arrumar, lavar, passar, cuidar de crianças, cuidar de idosos, cuidar de pessoas com deficiência e cuidar de pessoas doentes.

De forma, que quem cuida e é cuidado estão imersos em uma teia paternalista e que de alguma forma os exclui do ambiente público. Os corpos que permanecerão no ambiente doméstico na modernidade, assim o fizeram também para não agredir a ordem pública e que devem continuar invisibilizados e inaudíveis. “A casa é o território dos corpos depositáveis e dos que inspiram cuidados, dos incapazes de se autogerirem. [...]” (SILVA, 2008).

No caso de Camélia, e de Margarida, trabalhadora que já analisamos o seu depoimento, incluía também realizar tarefas em bares ou clube de festas que pertenciam a seus patrões; no caso de Girassol (que viveu em uma situação análoga a escravidão) era enviada para realizar as tarefas domésticas nas casas dos familiares dos patrões. É exigido das trabalhadoras domésticas executarem uma gama de atividades de acordo com a demanda dos patrões, e que na maioria dos casos não recebem o salário justo ao seu trabalho.

Camélia afirma que no período de festividades do padroeiro da cidade ao sair do trabalho, passava em casa para tomar banho e em seguida trabalhava de garçom, reforçando a característica dos membros das camadas populares em procurar diferentes meios de sobrevivência, quando após uma longa jornada de trabalho ela ainda saía para trabalhar a noite. Ela nos afirmou que não saía para essas festividades para se divertir, mas apenas para trabalhar e quando tinha tempo saía apenas para a igreja.

Questionamos a trabalhadora se em algum momento ela se sentiu discriminada por ser trabalhadora doméstica e ela afirmou que não. Porém ela se queixa de dores físicas relacionadas ao trabalho doméstico: “Agora eu só vivo aleijada, com problema de desvio, eu tenho febre reumática.” (CAMÉLIA, 2023).

É bastante difícil para alguma dessas mulheres se enxergarem dentro de uma rotina de trabalho que as explora e as oprime, embora sintam o desconforto e o cansaço do cotidiano é difícil para elas afirmarem que eram exploradas e oprimidas quando há uma normalização dessa rotina de trabalho doentia, e as suas mães e avós vivenciaram realidades parecidas sem reclamar da situação, pois conforme SARTI (2011) o trabalho é antes de tudo a dignidade do pobre.

Esse fator cultural está atrelada a própria formação do Brasil em sua relação escravocrata e clientelista do trabalho. Quando sentimos que a conversa já estava finalizada, agradecemos a Camélia pelo seu tempo.

4.1.6 “queriam que eu priorizasse o trabalho e não a minha vida”: a experiência de trabalho de Jasmim

A próxima trabalhadora que analisaremos a sua narrativa a chamaremos de Jasmim, ela é filha da trabalhadora Violeta, as entrevistas foram realizadas no mesmo dia, mas separadamente, pois Jasmim tem uma filha pequena e foi necessário que a mãe e a avó se revezassem em relação ao cuidado com a criança e para que elas pudessem colaborar com a pesquisa. Jasmim e a sua mãe Violeta moram juntas.

Jasmim tem vinte e nove anos, é a trabalhadora mais jovem que tivemos contato para a construção dessa pesquisa. Estabeleci contato com Jasmim após uma conversa com uma amiga sobre a pesquisa, e ela me indicou a contatar a trabalhadora, marcamos de conversar com Jasmim em uma tarde de terça-feira. Ela começa a nossa conversa retratando o período em que começou a trabalhar e a sua rotina de trabalho:

Eu comecei com catorze anos. Porque eu precisava ajudar a minha mãe, ela também trabalhava, mas ganhava pouco, só ela quem mantinha a casa, aí eu precisava ajudar ela aí eu comecei a trabalhar.

Era bem cansativa né, porque não é fácil, trabalho assim doméstico é bem puxado. É muita coisa né, a pessoa ganha pouco e trabalha muito (risos). É desse jeito. Trabalhava de sete a duas horas da tarde. Fazia de tudo. Antes eu trabalhava, mas não tinha criança pra mim cuidar não, mas na casa que eu estou atualmente tem criança, mas aí ela já tá uma mocinha grandinha, aí eu só cuido mais da casa mesmo. Antes eu trabalhava todos os dias, hoje eu só trabalho três vezes por semana. (JASMIM, 2023).

Jasmim também começou a trabalhar ainda em sua infância, era filha de mãe solo e precisou começar a trabalhar para ajudar a mãe a manter a casa financeiramente, ela diz que o trabalho doméstico é difícil fazendo alusão a rotina exaustiva de trabalho somado à desvalorização do trabalho que resulta em salários minguados.

Segundo a trabalhadora, ela realizava todas as tarefas domésticas necessárias na casa, das sete às duas horas do dia, em comparação com as demais entrevistadas observamos uma redução de horas da sua jornada de trabalho, afirmando que no seu emprego atual tem uma criança, mas como ela já é um pouco crescida ela se atenta mais as outras tarefas da casa.

Jasmim também afirmou em nossa conversa que mesmo trabalhando nunca deixou de estudar, tem o ensino médio completo e atualmente faz um curso técnico de enfermagem, o trabalho infantil na lógica das famílias populares passou a não se opor a educação escolar, mas a atuar como um complemento.

Conforme SARTI (2011) a autonomia moral da mulher pobre e mãe solo são feitas com a condição de que ela trabalhe para contribuir com a sustentação financeira do filho, essa prerrogativa é importante, mas não suficiente como um todo, pois a sua respeitabilidade moral continua a depender do apoio dos seus familiares.

Pra mim é um desafio, porque eu deixo a minha filha em casa , né. Eu deixo a minha filha em casa, deixo de estar passando um momento com ela pra tá lá, porque assim o que eu ganho é um sustento pra mim e pra ela, pra mim ajudar a comprar o que ela precisa, e pra mim é um grande desafio deixar ela em casa, parte o meu coração pra mim poder trabalhar, porque ela é muito apegada a mim, até pra sair é escondido, porque chora. (JASMIM, 2023).

Nessa passagem ela retrata a dificuldade que enfrenta em conciliar o trabalho com a maternidade, demonstrando a dificuldade que muitas mulheres enfrentam, especialmente as mulheres das camadas populares e mães solas, em conciliar o trabalho externo com o trabalho doméstico no interior de suas residências mais o cuidado com os filhos. A dificuldade que

Jasmim sente é similar a da sua mãe que precisava levar ela para o trabalho, quando era criança e quando a patroa não permitia levar a filha a deixava com a mãe também.

A família de Jasmim é chefiada por mulheres, ela e a sua mãe que promovem o sustento financeiro da casa. As famílias chefiadas por mulheres, tornam a sobrevivência do núcleo familiar mais difícil, levando em consideração a dificuldade que as mulheres têm dentro do mercado de trabalho, especialmente as mais pobres e com poucas instruções educacionais, acabam sendo empregadas nas modalidades de trabalho mais desvalorizadas como o trabalho doméstico.

No caso de Jasmim, mesmo com o ensino médio completo, não conseguiu ser empregada em outras formas de trabalho, devemos estar atentos aqui também ao preconceito que envolve classe social, os moradores dos bairros mais pobres e a responsabilidade imediata com a maternidade.

Visualizamos em casos como esse a configuração da família popular como uma rede de cooperação, e não apenas como um núcleo. A estrutura familiar das camadas populares é constituída por ramificações que envolvem diferentes níveis de parentesco e compadrio, o que se configura em uma trama específica de obrigações morais, dificultando a individualização do grupo familiar e firmando as bases de sustentação para os seus membros. (SARTI, 2011).

A história e outras áreas de conhecimento têm demonstrado que as famílias populares costumam se organizar de uma forma distinta do padrão familiar burguês, esse fator ocorre não apenas devido às dificuldades econômicas, mas também aos valores diversos que a comunidade popular foram adquirindo.

Contudo, não significa que a moral patriarcal em torno do ideal feminino não recaísse também sobre as mulheres pobres, o casamento religioso e a exclusiva dedicação ao marido e aos filhos, seriam também o ideal a ser perseguido por essas mulheres. O fato de mulheres como Jasmim estarem na condição de mãe solo, não significa que elas estivessem isentas da moral patriarcal em sua própria comunidade, observamos também os resquícios de uma aceitação da ausência da figura paterna e uma maior sobrecarga da mulher em relação aos cuidados com os filhos.

Jasmim retrata em sua narrativa o descontentamento em não passar muito tempo com a filha que é um bebê ainda, e que isso se configura como um desafio para a trabalhadora, mas que para ela é algo necessário para poder comprar os itens necessários para a filha. Posteriormente, a pergunto se ela já se sentiu discriminada por ser trabalhadora doméstica:

Já, sempre tem né, independente de onde seja pode ter um patrãozim até bom, mas sempre vai ter de soltar piadinha, de se achar melhor do que a pessoa, porque estar naquela classe mais alta do que a pessoa e a gente na mais baixa, mas sempre tem quem quer se achar melhor do que a pessoa.

No momento da minha gravidez, que foi bem difícil, bem complicada e eles ficavam me soltando piléria, nos momentos que eu não estava podendo ir, quando eu sentia muita dor, aí ficava querendo me obrigar a trabalhar, com pilérinha “há se você não está precisando trabalhar, então diga que você não quer trabalhar” sabendo que eu estava passando por momentos difícil, que eu tinha que dar atenção a minha gravidez que foi bem complicada e, era isso eles não entendiam, queriam que eu priorizasse o trabalho e não a minha vida. (JASMIM, 2023).

Jasmim afirma ter se sentida discriminada em alguns momentos pelos patrões, devido a sua função trabalhista e por estar inserida em uma classe social inferior a deles. Para a trabalhadora até os melhores patrões que teve a fizeram em algum momento se sentir discriminada, fazendo a trabalhadora se sentir um ser humano inferior pela sua condição econômica e por tudo que se presume culturalmente de forma preconceituosa em relação ao ambiente cultural que envolve as trabalhadoras domésticas, como aquelas habituadas à violência urbana por residirem nos bairros mais pobres, de serem pessoas com poucas instruções e por esse motivo devem se contentar com migalhas.

Em seguida ela narra um dos momentos em que se sentiu desconfortável em relação à postura dos patrões no período de sua gestação, ela afirma que teve uma gravidez difícil e por esse motivo precisou faltar alguns dias de trabalho, se afastando em alguns momentos, mas que os seus patrões não foram compreensíveis com o momento de saúde delicado que a trabalhadora vivenciava. Jasmim afirma que mesmo nos momentos em que ela estava sentindo dor eles queriam que ela não faltasse o dia de trabalho, “queriam que eu priorizasse o trabalho e não a minha vida”. (JASMIM, 2023).

As vidas dos que pertencem à classe social mais baixa, a das mulheres e também a das pessoas com o tom de pele escuro, são pouco importantes para as demais com maior poder sociocultural. Jasmim exprime o seu descontentamento em relação à postura dos patrões preocupados apenas em usufruir da mão de obra da trabalhadora sem se atentar com o estado de saúde da trabalhadora. Em seguida pergunto se ela sente que os seus direitos como trabalhadora passaram a serem respeitados nos últimos anos, especialmente após a PEC das domésticas em 2013:

Não funcionou pra mim não, que eu não tenho carteira assinada nem nada. Pelo menos aqui né, essas leis não valeu de nada, porque muitas continua trabalhando demais né, o que, as horas extras muita gente paga né, mas aqui as coitadas de nós, trabalha muito e não recebe fora a parte de nada. Pra qui não valeu de nada, só se foi pra fora mesmo. É muito desvalorizado esse trabalho, acho que nunca veio nem na cabeça dos patrões em falar dessas leis, nunca falaram não. (JASMIM, 2023).

Jasmim afirma que as conquistas da categoria das domésticas, a exemplo da PEC das domésticas, tiveram pouco impacto na sua realidade, pois não tem a carteira assinada, as suas horas extras de trabalho não são pagas e, que outras trabalhadoras além dela continuam enfrentando longas jornadas de trabalho, segundo a trabalhadora, o contexto das trabalhadoras domésticas picuienses é ainda de não amparo dos seus direitos trabalhistas.

Ela finaliza essa passagem da sua fala demonstrando desinteresse que os patrões têm em relação à garantia dos direitos das funcionárias, especialmente nas cidades interioranas. Pois, o trabalho doméstico é um conforto ou mesmo um luxo barato que os patrões gostam de usufruir, não garantir os direitos das trabalhadoras é uma forma de manter o trabalho doméstico como um luxo barato. Jasmim prossegue: “Porque tipo assim, realmente era pra uma cuidar só da casa e ter outra pra cuidar da criança, eu me virava nos trinta, cuidar da casa, cuidar da comida, cuidar de tudo, com um salário só, um salário minimozinho, porque salário mínimo mesmo não é.” (JASMIM, 2023).

A trabalhadora expressa o seu descontentamento em relação à falta de divisão do trabalho doméstico, afirmando que a sua rotina de trabalho era intensa porque precisava executar muitas tarefas ao mesmo tempo, e que só ganhava um único salário, que não chegava a ser sequer um salário mínimo.

Jasmim é a trabalhadora que mais expressa o seu descontentamento em relação à ausência dos seus direitos trabalhistas, denunciando em seu relato a situação desumana em que foi tratada no período de sua gravidez, ela também, assim como outras trabalhadoras, demonstra a experiência de discriminação por ser trabalhadora doméstica e por pertencer a uma classe social mais baixa.

A trabalhadora também expressa o desejo de deixar a profissão por meio de um curso técnico de enfermagem, que como ela mesma define é um trabalho muito desvalorizado. Contudo é perceptível também a dificuldade que essas mulheres, pertencentes às famílias populares, de romper com esse ciclo por meio da trajetória de vida de Jasmim semelhante com a da sua mãe, Violeta.

A entrada de crianças pobres no mundo do trabalho também não é uma realidade distante no País e na região do nosso estudo a partir do segundo capítulo, apesar do empenho de medidas governamentais como leis e programas sociais que estimulam as crianças a estarem na escola na idade correta, essa ainda é uma realidade encarada por muitas crianças.

Dessa forma, finalizamos as análises dos relatos coletados das trabalhadoras domésticas brancas da cidade de Picuí –PB. Como podemos observar o recorte de classe em que essas

mulheres estão inseridas e a profissão que exerceram/exercem, as colocam em vivências semelhantes as das trabalhadoras negras, o conteúdo das narrativas e a forma como se posicionam diante dos fatos são bastante parecidas. A dificuldade em retratar fatos incômodos, a incerteza de que os seus depoimentos fossem relevantes para a pesquisa. As distinções raciais aparecem nas estatísticas que apontam que as trabalhadoras negras são a maioria a ocupar essa profissão desvalorizada e ausente de direitos e, quando são as negras a serem expostas a piores tratamentos no ambiente de trabalho, a exemplo dos casos de trabalho análogo a escravidão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Voltava, não se pode dizer mais rica, porém mais garantida depois de ter bebido em não se sabe que fonte. O que se sabe é que a fonte devia ser antiga e pura. Sim, havia profundidade nela. Mas ninguém encontraria nada se descesse nas suas profundezas - senão a própria profundidade, como na escuridão se acha a escuridão. É possível que, se alguém prosseguisse mais, encontrasse, depois de andar léguas nas trevas, um indício de caminho, guiado talvez por um bater de asas, por algum rastro de bicho. E - de repente - a floresta.”

Clarice Lispector

O trabalho se tratou de um estudo a respeito de uma história do cotidiano das empregadas domésticas no Brasil e na cidade de Picuí, onde pretendemos cartografar as memórias das empregadas domésticas com relação a sua rotina de trabalho nas famílias que as empregavam, investigando todas as formas de opressão, invisibilidade e violência, bem como as formas de resistência.

As principais fontes escolhidas para o desenvolvimento deste trabalho foram às redes sociais, documentários e a história oral, buscamos através dessas fontes realizar um contraste macro e micro territorial que nos permitiu uma análise mais ampla do perfil das trabalhadoras domésticas.

Inicialmente percorremos pelo movimento ciberativista das empregadas domésticas a partir da iniciativa de Joyce Fernandes (Preta Rara) em expor relatos de opressão e exploração direcionado as trabalhadoras domésticas. A maioria dos depoimentos, não apenas das próprias trabalhadoras, mas também de familiares e de outras pessoas que tiveram alguma proximidade com os casos relatados, são bastantes fortes expressivos, nesses casos analisados a maioria dos depoentes preferiram não serem identificados.

Quando passamos a analisar o contexto da cidade de Picuí em relação ao trabalho doméstico, identificamos falas de mais submissão, uma absoluta ausência de marcas de militância, de mobilização ou engajamento social até de quaisquer forma de denúncia e

recorrência ao cumprimento dos seus direitos por parte dos seus patrões, tendo em vista que não localizamos nenhum caso na justiça de denúncias feitas por empregadas domésticas. Isso prova uma cultura de sujeição a essa herança escravocrata. Uma vez que as próprias narrativas das entrevistadas mostram a irregularidade de suas relações de trabalho.

Nesses casos, estamos falando de trabalhadoras distantes da militância, em que a sua maioria desconheciam os seus direitos trabalhistas, percebemos uma maior timidez em seus discursos, o que a princípio nos inquietou pelas respostas que pareciam conformistas e até romantizadas sem muitos detalhes para as nossas perguntas. Embora, algumas entrevistadas ousassem a falar um pouco mais, podemos perceber o quanto a temática é silenciada até mesmo entre as trabalhadoras, havendo um estranhamento de muitos setores até mesmo entre elas quando tocamos no assunto, diante do estranhamento de ser ouvida quando a maioria dos segmentos as silenciaram.

No cenário picuiense, optamos por realizar uma análise distinguindo os relatos de mulheres brancas e negras, o nosso resultado demonstrou a semelhança das condições de vida e de trabalho dessas mulheres (uma vez que os seus corpos se adéquam as categorias de gênero feminino e classe trabalhadora), a postura que adquiriram diante da vida, o orgulho de ser uma trabalhadora e mãe de família, a semelhança está presente também na forma que se comunicam.

O fator racial é um agravante para as trabalhadoras negras, diante das estatísticas que apontam que elas são a maioria a ocupar cargos profissionais desvalorizados socialmente, como o trabalho doméstico, estando mais expostas a situações de trabalho irregulares e de violência no ambiente de trabalho, esse fator é relacionado ao estigma racial do período escravocrata que permaneceu no Brasil.

Nos depoimentos das trabalhadoras negras e brancas observamos narrativas generalistas e silenciosas, demonstrando alguns traços interpretáveis das opressões vivenciadas, esse silêncio ocorre também pela falta de conhecimento dos seus direitos trabalhistas. Contudo é nas narrativas de Cravina, Violeta (mulheres negras) e Jasmim (mulher branca) que observamos de forma mais clara o descontentamento diante dos tratamentos que lhes eram destinados, além de Girassol (mulher negra) que demonstra o seu descontentamento ao narrar episódios traumáticos ao ser submetida a uma situação análoga a escravidão.

As mulheres entrevistadas também afirmaram estarem melhor na velhice, por estarem distante do ofício de empregadas domésticas e, por contar com redes de apoio como a família, abrigo para idosos, aposentadoria e programas sociais do governo voltados para idosos.

As narrativas das trabalhadoras domésticas em muito se assemelham, como o fator da inacessibilidade a educação, a entrada no mundo do trabalho ainda na infância, o descontentamento em relação à falta de direitos humanos e trabalhistas (em algumas de forma mais claras do que outras), a exploração e a opressão vivenciada pelas trabalhadoras, tanto no cenário macro quanto no cenário micro.

Diante das nossas inquietações acadêmicas, buscamos o acesso às memórias clandestinas e subterrâneas das empregadas domésticas, conforme denomina o autor POLLAK (1989). As nossas diferentes fontes nos apresentaram resultados distintos em relação à postura das trabalhadoras em relação aos fatos quando relacionadas ao contexto macro envolvendo o Brasil e o contexto micro delimitada a cidade de Picuí-PB. A postura da maioria dos relatos das trabalhadoras picuienses, salvo alguns casos, tendem a uma perspectiva conformista, que se contrapõe aos relatos das mídias sociais no cenário macro, Brasil, onde os relatos analisados não são apenas das trabalhadoras, mas de familiares em um contexto de ciberativismo.

Observamos também uma forte semelhança nas narrativas que retratam o relacionamento com os patrões, estes demonstram fatos específicos do cotidiano que causaram o sentimento de humilhação nas trabalhadoras, outras narrativas generalistas que os classificam como bons patrões e refletem o envolvimento das domésticas em um estado paternalista de trabalho e/ou que silencia a negação de direitos destas. Podemos concluir que o trabalho doméstico está fortemente relacionado a uma estrutura patriarcal, paternalista, clientelista e com fortes traços escravistas.

O estranhamento dos sujeitos da pesquisa é compreensível, ao serem chamadas a estarem sobre as luzes e falarem de si e dos seus trabalhos, pois são aquelas relegadas ao quartinho no fundo das residências insalubres e pouco iluminados, instruídas a serem silenciosas em suas vozes e comportamentos em geral, a sociedade como um todo esteve raramente disposta a ouvi-las, submetidas desde os anos iniciais de suas vidas a um contexto de exploração e de opressão.

SPIVACK (2010) já no título de seu notável artigo sobre aqueles que ocupam os lugares subalternos, abre a sua discussão com o questionamento *Pode o subalterno falar?* Ao longo do artigo ela nos responde que não, pois não é possível falar quando a sua voz contraria o discurso predominante, as suas vozes passam a serem inaudíveis, abafadas pelos grupos que detém de maior poder.

Contudo, observamos como a atuação de um movimento social, pode atribuir uma maior visibilidade a personagens sociais relegados a um local de subalternidade, ou mesmo

inquietações acadêmicas abrem espaço para uma maior visibilidade de um grupo, formando uma rede discursiva secundária em contraponto a predominante, de forma que qualquer lampejo que as tornam visíveis se oferecem como uma oportunidade de rupturas do sistema problemático que as envolvem.

Ponderamos que as trabalhadoras domésticas vivem na condição de corpos invisíveis que não se veem e nem podem serem vistos pelos demais, que são seus diferentes em relação à classe, gênero e raça, não se limitando apenas a indivíduos, mas também a instituições. Não serem vistos é o fator primordial para que a exploração da categoria continue a proliferar, e não se veem passa a ser uma marca de sua própria existência. Em muitos casos o fator da afetividade é uma estratégia forte e eficaz na permanência da exploração e opressão das trabalhadoras domésticas, como podemos perceber nos relatos.

Introduzimos o trabalho com uma explanação de casos de trabalhadoras domésticas que viveram em uma situação análoga a escravidão e que receberam a atenção da mídia, no decorrer do trabalho nos deparamos com outros casos de trabalho análogo a escravidão, o que nos faz concluir que esses casos não são raras e grandes exceções, mas um pouco mais recorrentes do que imaginávamos.

No caso de Girassol, que envolve o contexto micro da nossa pesquisa, ao termo contato direto com a trabalhadora observamos com maior proximidade a sensível e problemática situação de pessoas submetidas a estas situações, a dificuldade de falar dos fatos, a aparente incompreensão destes por completo, a íntima necessidade de ressignificar os eventos passados e a si própria. Concordamos com as considerações do autor abaixo a respeito da permanência da mentalidade escravista no Brasil:

O que permanece do escravismo é a sub-humanidade cevada e reproduzida, a crença de que existe gente criada para servir outra gente, e se um governo existir para redimi-los deve ser derrubado sob qualquer pretexto de ocasião. É necessário reproduzir uma classe de carentes pela ausência de pressupostos para o sucesso escolar como uma forma de continuar a escravidão com outros meios. (SOUSA, 2017, p. 125).

Os fatores sócios históricos do Brasil reproduziram ao longo dos anos desvantagens sociais, que o grupo aqui estudado sofreu envolvendo as questões de classe, raça e gênero. Estas desvantagens continuaram a limitar o grupo ao longo dos anos por meio de fatores como a inacessibilidade a educação e a necessidade de trabalhar ainda na infância, todas essas mulheres entrevistadas em Picuí tiveram uma infância desrealizada (CORAZZA, 2002), são mulheres de famílias pobres educadas no cabo da enxada e para o trabalho no campo e cuidando da casa

e dos irmãos. Estes fatores as relegaram aos trabalhos ausentes de prestígio social, vivenciando a invisibilidade em meio às péssimas condições de trabalhos.

Dessa forma, em meio aos casos analisados entendemos o quanto a mentalidade escravista se faz presente na sociedade brasileira nos tempos mais recentes da nossa história, a necessidade da permanente constituição de grupos de cidadãos que sejam classificados como inferiores econômica e simbolicamente para que possam ser explorados sob o sistema patriarcal capitalista.

Nos relatos observamos a necessidade do distanciamento da figura de vítima nas falas das trabalhadoras, apesar das injustiças sociais vivenciadas por essas mulheres, algumas delas refugiam o seu discurso sobretudo na figura da “trabalhadora”, onde enfatizam que foi por meio do trabalho que auxiliavam nas despesas familiares, criaram e deram educação aos filhos. Além do fato da dificuldade em retratar fatos que lhes causaram emoções negativas, como os abusos e humilhações vivenciadas, percebemos muitos silêncios e traumas recalcados.

Como demonstrou SARTI (2011) em seu estudo sobre as famílias da periferia paulista ser um trabalhador é condizente com a moral dos pobres, ser um trabalhador segundo esse código moral é algo que está atrelado a honra e não necessariamente a direitos.

Em meio as inquietações expostas que nos fez debruçar nessa pesquisa a finalizamos com a sensação de que ainda pouco sabemos sobre o trabalho doméstico, em meio ainda aos poucos trabalhos acadêmicos que discutem a temática e aos inúmeros silêncios que visualizamos no decorrer do trabalho, tanto da sociedade quanto de parte das trabalhadoras, nos sentimos como alguém que ascende uma lanterna no escuro de um porão, concluamos então com reticências e não com ponto final. Muito ainda há a ser dito e a ser escrito sobre a história das mulheres empregadas domésticas no Brasil e em Picuí...

REFERÊNCIAS

AGRA, Fabiana de Fátima Medeiros. **Picuí do Seridó século XX**. Vol.2, João Pessoa: A União, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. – 3. Ed. ver. Atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História. A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política** (PUC-SP), V.8, n. 23, p. 73-97, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli. Carneiro; Pólen , 2019.

AMENO, Agenita. **A função social dos amantes**. – 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

AREND, Silvia Fávero. **Trabalho Escola e Lazer**. (In). PINSKY. Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 2012.p. 65-82.

AVILA, Maria Betânia de Melo; Salete Barbosa Cavalcanti, Josefa. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas** : tensões entre dominação/exploração e resistência. 2009. 321 fls.Tese (Doutorado em sociologia). - Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARBOSA, Luciana Cândido. **Trabalho doméstico**: Uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa – PB, 2013. 161 fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade** – gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Cadernos Pagu, Minas Gerais, p. 91 – 107, 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. História: Questões & Debates**, n.42, p.71-80, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** Movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer, 13 Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância e educação** – Era uma vez – quer que conte outra vez? Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

CORONEL, Maria Carla F. **Mulheres domésticas**– Profissionais de Segunda Classe”. Revista de Direito, São Paulo, V.13, Nº 17, p. 7 – 18, 2010.

CHAUI, Marilena de Souza. **Ideologia e educação**. Educação e Pesquisa [online]. 2016, v. 42, n. 1 [Acessado 14 Agosto 2023].

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991.

CHAVEAU, Agnès; TETART, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Zaíra Ary. **A situação das mulheres na sociedade de classes**: o valor social do emprego doméstico. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 5. Nova Friburgo -RJ, 1981. Anais do 5º Encontro Anual da Anpocs, 1981. p.1-42.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes**. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Escrita acadêmica**: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.) Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.117-140.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Martins Fontes, 2006 a.

FONSECA, Cláudia. **Ser Mulher, mãe e pobre**.(In) PRIORI, Mery Del. (org) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. P.510-553.

FIALHO, Kênia Roberta da Rosa. **Sentidos sobre o trabalho doméstico no Brasil**: Análise dos testemunhos do livro “Eu, empregada doméstica”. 2021. Monografia – Curso de Jornalismo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. **Para uma História do Tempo Presente**: o ensaio de nós mesmos. Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 17, p. 137-151, 2009.

FILHO, Severino Cabral. **A cidade revelada**: Campina Grande em Imagens e História. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala** – Formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.

GUIMARÃES, Flávio Romero. **Trabalhadoras domésticas**: Da invisibilidade e Exclusão Social à Conquista de Direitos. – Curitiba: Juruá, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. 10. Ed. – São Paulo: Ática, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa – São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Maria Artenisia da Costa. **Tecendo memórias, fazendo histórias**: trabalho feminino em Picuí-PB (1937-1950). 2019. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano e VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: Fotografia e História Interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, vol.1, nº. 2, 1996, p.73-98.

MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. **Espaço Feminino no Mercado Produtivo**. (In). PINSKY. Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 2012.p. 126 – 146.

MENASCHE, Renata; COLLACO, Janine H. L. **Comida para pensar**.- Dossiê. **TESSITURAS: REVISTA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**. V.3, P. 1-338, 2015.

OLIVEIRA, Abílio César de. **Município de Picuí** (Esboço histórico). Brasília: CENEC, 1981.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. – Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº53, junho 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrvkWDkdVR4VPskmLJ/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev.2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades**: escrita e leitura da alma. In: Pesavento, Sandra Jatahy; Langué, Frédérique. (orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007 b. p. 7-21.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. In: **Tempos Acadêmicos**. n. Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2003. p. 127-134.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M.S. Côrrea – 2. Ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.103-130.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. – Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Vozes, Petrópolis, 1979.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, Josimere Fires da. **Fotopintura: Retrato e Restauração de Vidas em Campina Grande (1950-1970)**. 2015. (graduação em História). – Faculdade de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

SILVA, Keila Queiroz e. **Cuidados e Cuidadores**: Os outsiders em territórios urbanos modernos e pós-modernos. Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, Vol. 9, nº 3, p. (1-15), 2012.

SILVA, Keila Queiroz. **Os corpos enrugados e meus “outros” espelhos etários**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, Priscila de Souza e. **O emprego doméstico no Brasil** – Um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea. Revista de Ciências Sociais, Nº 49, p. 188 – 204, 2018.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. (In) PRIORI, Mery Del. (org) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 362-400.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania Brasileira**: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. – São Paulo: Jandaíra, 2021.

TOMASI, Julia Massucheti. **Esquecer, silenciar ou compartilhar o trauma**: Algumas experiências da memória traumática na cultura contemporânea. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo – Dossiê nº 9, 69 – 86, Setembro de 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO USADO NAS ENTREVISTAS

- 1) Em qual momento da sua vida começou a trabalhar como doméstica?
- 2) Como era a rotina de trabalho?
- 3) Quais funções você desempenhava na casa da família empregadora?
- 4) Você teve acesso a educação escolar na infância?
- 5) Como você descreveria o período da sua infância?
- 6) Como era o cotidiano da cidade no período em que trabalhou como doméstica?
- 7) Já se sentiu discriminada no período em que atuou/atua como doméstica?
- 8) Quais desafios que você enfrentou/continua a enfrentar na área do trabalho doméstico
- 9) Como era o seu relacionamento com os patrões?
- 10) Como era realizada a remuneração pelo trabalho que você desempenhava?
- 11) Já vivenciou alguma situação constrangedora no período em que trabalhou como doméstica?
- 12) Na sua percepção quais os impactos do trabalho doméstico na sua vida naquele período e hoje?

APÊNDICE B – LISTA DE DEPOENTES

Amarílis (20/09/2019)

Girassol (20/03/2023)

Tulipa (05/06/2023)

Orquídea (25/06/2023)

Íris (29/06/2023)

Rosa (02/07/ 2023)

Petúnia (02/07/2023)

Camélia (09/07/2023)

Bromélia (09/07/2023)

Margarida (15/07/2023)

Violeta (27/08/2023)

Jasmim (29/08/2023)

Cravina (29/08/2023)

ANEXO A - FONTES

<https://azmina.com.br/reportagens/empregadas-domesticas-por-que-nao-valorizamos-essas-profissionais/>

<https://azmina.com.br/reportagens/primeira-geracao-rompendo-o-ciclo-familiar-de-trabalho-domestico-no-brasil/>

<https://azmina.com.br/reportagens/nao-recomendo-trabalho-domestico-a-ninguem/>

<https://www.facebook.com/euempregadadomestica>

<https://www.instagram.com/euempregadadomestica/>

<https://www.youtube.com/watch?v=BDkAXgGiOoM>

<https://www.youtube.com/watch?v=lBtofqXoRsI&t=104s>

ANEXO B - PARECER DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM PICUI - PB: SENSIBILIDADES E OS DESAFIOS DE SOBREVIVÊNCIA (1960-1990)

Pesquisador: MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67227923.1.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.992.645

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de dissertação que se propõe à análise da história de vida de mulheres na cidade de Picuí. O protocolo está adequado às exigências da CONEP

Objetivo da Pesquisa:

compreender as relações sociais e culturais sobre o trabalho doméstico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram devidamente incluídos no processo. A forma de amenização dos riscos está descrita apenas no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram todos devidamente apresentados

Recomendações:

Nas informações básicas, incluir as formas de amenização dos riscos

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.

Bairro: São José

CEP: 58 107-670

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)2101-5545

Fax: (83)2101-5523

E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer 5.992.645

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO_2081270.pdf	29/01/2023 15:13:19		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoomite.pdf	29/01/2023 15:12:08	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto1.pdf	29/01/2023 15:00:23	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito
Outros	termodeanuenciainstitucional.pdf	29/01/2023 14:59:15	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito
Outros	instrumentodecoletadedados.pdf	29/01/2023 14:57:52	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromissodospesquisadores.pdf	29/01/2023 14:53:20	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeseclarecido.pdf	29/01/2023 14:49:59	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	29/01/2023 14:30:50	MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 10 de Abril de 2023

Assinado por:
XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR
(Coordenador(a))

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n. CEP: 58.107-670
Bairro: São José
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br